

Nº 28 • ANO 13 • FEVEREIRO DE 2020

GOVERNANÇA & DESENVOLVIMENTO

REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (CONSAD)



CONSAD

20
ANOS

CONSELHO REFORÇA SEU PROTAGONISMO
NA ARTICULAÇÃO DOS INTERESSES
COMUNS DOS ESTADOS E DF
COM FOCO NA GESTÃO PÚBLICA



XI CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA



temas: gestão de pessoas, transformação digital, gestão de ativos, concessões e PPPs, gestão de compras/logística entre outros.

Realização



16, 17 e 18

de junho de 2020

em **BRASÍLIA - DF**



gestão pública
em foco



nomes internacionais
e nacionais



painéis
estratégicos



integração
dos estados

**CUIDAR DE VIDAS
E SONHOS É MAIS
QUE ENCONTRAR
SOLUÇÕES PARA
O HOJE. É PENSAR
NO AMANHÃ.**

Siga-nos nas redes sociais:



Editorial

A busca pela excelência na gestão pública deve ser constante, tendo em vista, principalmente, que os modelos colocados em prática estão continuamente se aprimorando. Arelado a isso, é preciso, cada vez mais, que a qualidade dessa administração seja rigorosamente orientada aos anseios de uma sociedade que está ainda mais exigente em relação à eficiência e à agilidade dos serviços que garantem os seus direitos.

Desde que foi criado, há cerca de 20 anos, o Conselho Nacional de Secretários Estado da Administração (Consad) traz como uma de suas pautas prioritárias o debate da modernização na administração com foco no cidadão, sobretudo através de soluções criativas e inovadoras.

O Consad é, desde sua origem, um instrumento favorável para a promoção e compar-tilhamento de experiências que possam gerar um diferencial na atuação dos entes federa-tivos. Nessas duas décadas, o colegiado, por meio de ações concretas, defende e incentiva ações exitosas que se opõem ao formato de administração pública problematicamen-te burocrática, que se distancia dos moldes da transparência e da eficiência. Para isso, imersos aos valores da colaboração e da cooperação mútua e técnica, buscamos sempre construir soluções em prol da sociedade e do desenvolvimento dos nossos estados.

Tendo em vista todo o trabalho que já foi feito ao longo dos anos por diversas secretá-rias e secretários de Estado que integraram o Consad e todas as ações concretas que hoje contribuem com a qualificação da gestão pública no país, a 28ª edição da revista *Governança & Desenvolvimento*, a primeira lançada no ano em que o colegiado comemora seus 20 anos, resgata um pouco do legado da atuação do Conselho na visão de alguns dos seus ex-presidentes.

Abrimos um espaço, também, para a apresentação dos caminhos que estão sendo percorridos pela atual gestão do Conselho no biênio 2019-2020, sobretudo no eixo da modernização da gestão pública brasileira. Por meio da atual direção, buscamos trazer os servidores públicos para dentro do Conselho e criamos e fortalecemos grupos de trabalho voltados para temas prioritários da gestão pública brasileira. Nosso objetivo principal é contribuir na formação de líderes. A liderança é o elemento promotor da gestão, respon-sável pela orientação, estímulo e comprometimento para o alcance e melhoria dos resul-tados institucionais.

A intenção do Conselho é vislumbrar e incentivar a liderança inspiradora e motivar as pessoas, com vistas ao desenvolvimento da cultura da excelência, à promoção de relações de cooperação e à proteção do interesse público.

Pesando nisso, e como parte de um importante marco da gestão do Conselho, teremos a honra de promover, em junho, o XI Congresso Consad de Gestão Pública, que terá como foco o fomento de discussões aprofundadas acerca da administração pública brasileira. Ao longo das páginas desta revista, discorreremos sobre o evento cujo principal objetivo é ser um espaço de discussão, formação redes e produção e disseminação de conhecimen-tos acerca da gestão pública entre as mais diversas frentes da sociedade brasileira.

Também neste material, temos ainda artigos, matérias e entrevistas elaboradas pelas secretarias de Administração e Gestão dos Estados, que mostram como cada unidade da federação vem atuando em prol do desenvolvimento do país, um esforço em conjunto que tem gerado grandes resultados. Vale a pena se inspirar nesses casos de sucesso. Por fim, é importante destacar o trabalho engajado e dedicado dos assessores de comuni-cação das Secretarias de Estado da Administração de todo o país que, de forma muito especial, desenvolveram este produto. Através de toda a sinergia desses agentes voltada para a disseminação das boas práticas da gestão pública, surge esta edição, que é feita, inclusive, de forma plenamente financiada pelos parceiros que acreditam no poder uma gestão eficiente e que contribuíram para a concretização deste material.

Uma boa leitura!

Fabício Marques Santos
Presidente do Consad

MISSÃO

Promover a melhoria da gestão pública nacional para gerar bem-estar e desenvolvimento

VISÃO

Ser reconhecido como liderança nacional em gestão pública

VALORES

- Colaboração e cooperação
- Sinergia e integração
- Inovação
- Otimização e eficiência
- Ética e transparência



PRESIDÊNCIA

FABÍCIO MARQUES SANTOS
Secretário de Estado do Planejamento,
Gestão e Patrimônio de Alagoas

1ª VICE-PRESIDÊNCIA

EDSON CABRAL DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Administração
do Estado do Tocantins

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

LEANY BARREIROS DE SOUSA LEMOS
Secretária Estadual de Planejamento,
Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul

CONSELHO FISCAL

Inês Carolina Barbosa Ferreira Simonetti Cabral (AM)
Edelvino da Silva Góes Filho (BA)
Merlong Solano Nogueira (PI)

MEMBROS DO CONSAD

Maria Alice Melo Araújo (AC)
Fabrício Marques Santos (AL)
Suelem Amoras Távora Furtado (AP)
Inês Carolina Barbosa Ferreira Simonetti Cabral (AM)
Edelvino da Silva Góes Filho (BA)
Flávio Barbosa Jucá de Araújo (CE)
André Clemente Lara de Oliveira (DF)
Lenise Menezes Loureiro (ES)
Bruno Magalhães D'Abadia (GO)
Flavia Alexandrina Coelho Almeida Moreira (MA)
Basílio Bezerra Guimarães (MT)
Roberto Hashioka Soler (MS)
Otto Alexandre Levy Reis (MG)
Hana Ghassan (PA)
Jacqueline Fernandes de Gusmão (PB)
Reinhold Stephanes (PR)
Marília Raquel Simões Lins (PE)
Merlong Solano Nogueira (PI)
Bruno Schettini (RJ)
Maria Virginia Ferreira Lopes (RN)
Leany Barreiros de Sousa Lemos (RS)
Pedro Antônio Afonso Pimentel (RO)
Pedro de Jesus Cerino (RR)
Jorge Eduardo Tásca (SC)
Henrique Meirelles (SP)
George da Trindade Góes (SE)
Edson Cabral de Oliveira (TO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Elizabeth Garcia Campos

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Fabício Oliveira Arruda (Sead-GO)
Igor Raphael Gouveia de Queiroz
Inês Carolina Barbosa Ferreira
Rodrigo Vilas Boas de Sena (Saeb-BA)
Vitor Possatti Rodrigues (Sege-ES)

CONSELHEIRO EDITORIAL

Francisco Amorim

EDITORIA

Maria Carla Lisboa

CHEFE DE REDAÇÃO

Cleidimar Pedroso

AUXILIAR DE REDAÇÃO

Flávia Matos

Minne Santos

EDIÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Elton Mark

PROJETO GRÁFICO

Elton Mark

REVISÃO DE TEXTO

Ana Seidl

COMERCIAL

Daniel Guimarães

TIRAGEM

5.000 exemplares

CONSAD

SRTS Quadra 701, salas 527/528
Asa Sul, Brasília-DF
CEP: 70.340-000

Facebook: /consadbr
Twitter: @consadbr
Instagram: @consadbr

* Agradecemos a colaboração das assessorias de comunicação pelos artigos apresentados. As informações contidas nos textos são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

Governança & Desenvolvimento é uma publicação do Consad produzida pelo Instituto Brasileiro de Administração Pública – IBAP, com assessores de comunicação das secretarias dos estados filiados ao Consad.



NESTA EDIÇÃO



08

CAPA

Consad completa
20 ANOS de
atuação na
articulação dos
interesses comuns
dos estados
com foco no
aprimoramento
da administração
pública



||| GESTÃO NOS ESTADOS ||||||||||||||||||



30 Acre

- Acre bate martelo e arrecada mais de R\$ 1,5 milhão

32 Alagoas

- Governança para Resultados deve aprimorar entregas da gestão pública em Alagoas

36 Amapá

- Tecnologia voltada para gestão de pessoas que otimiza serviços de saúde no Amapá é premiada pela SGB

38 Amazonas

- Amazonas recadastra os servidores, aposentados e pensionistas a custo zero

48 Bahia

- Bahia na dianteira da transformação digital

52 Ceará

- Ceará inicia pactuação de compromissos para Acordo de Resultados

54 Distrito Federal

- Distrito Federal aperfeiçoa gestão de compras públicas

58 Espírito Santo

- Pitch Gov.ES vai proporcionar aos cidadãos do estado serviços melhores

62 Goiás

- Goiás economiza e beneficia servidores com Novo Estatuto

70 Maranhão

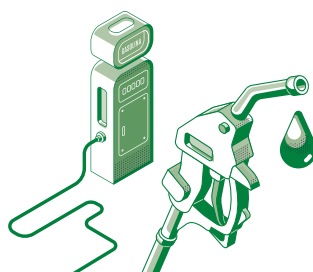
- Governo maranhense lança aplicativo que beneficia consumidor

72 Minas Gerais

- Minas quer economizar com uma unidade para compras compartilhadas

78 Mato Grosso

- Mato Grosso economiza R\$ 93,5 milhões com a reforma administrativa



80 Mato Grosso do Sul

- Com boas práticas, MS aprimora as compras públicas



88 Pará

- Pará lança Transgov para reduzir os gastos do governo do estado

90 Paraíba

- Paraíba moderniza a gestão do patrimônio

92 Paraná

- Paraná disponibiliza sistemas de gestão e cursos para todos os estados brasileiros

100 Pernambuco

- Cefospe completa 10 anos com um olhar no futuro

104 Piauí

- Piauí premia ideias inovadoras e de boas práticas na gestão

GESTÃO CONSAD

CONGRESSO CONSAD ESTÁ DE VOLTA COM UM NOVO FORMATO

16

MARCOS CORRÊA/PR



ENTREVISTA

GUSTAVO MONTEZANO

Presidente do BNDES

24

108 Rio de Janeiro

- Rio de Janeiro institui política de governança

110 Rio Grande do Norte

- RN prioriza a modernização da gestão patrimonial

112 Rio Grande do Sul

- RS aprova reforma estrutural mais ampla das últimas décadas

116 Rondônia

- Rondônia investe na capacitação dos servidores públicos

118 Roraima

- Projeto Renascer garante dignidade aos reeducandos



120 Santa Catarina

- Laboratório de inovação pioneiro no país ajuda SC a aperfeiçoar gestão

122 São Paulo

- Sistema padroniza e simplifica a abertura de concursos públicos

124 Sergipe

- Sergipe avança na modernização da máquina pública

126 Tocantins

- Junta Médica investe na qualidade de vida do servidor público



SEÇÕES

16 GESTÃO CONSAD

130 ESTANTE



ENTREVISTAS

42 WILSON MIRANDA

66 BRUNO D'ABADIA

74 SERGIO GUSMÃO

84 ROBERTO HASHIOKA

96 REINHOLD STEPHANES



ARTIGOS

22 MARIANO LAFUENTE

34 FABRÍCIO MARQUES SANTOS

46 INÊS CAROLINA SIMONETTI

50 EDELVINO GÓES

56 ANDRÉ CLEMENTE

83 VÂNIA BAREICHA

128 FLORENCIA FERRER
ROGÉRIO GODINHO



DUAS DÉCADAS À FRENTE DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NO PAÍS

CONSAD COMPLETA 20 ANOS DE ATUAÇÃO NA
ARTICULAÇÃO DOS INTERESSES COMUNS DOS
ESTADOS COM FOCO NO APRIMORAMENTO
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



TEXTO: CLEIDIMAR PEDROSO (ASCOM SEAD-AM) E FLÁVIA MATOS (ASCOM SEPLAG-AL)
FOTOS: ARQUIVO CONSAD E MINNE SANTOS (SEPLAG-AL)



ARQUIVO: FÓRUM RIO

O protagonismo na articulação dos interesses comuns das secretarias de Administração dos estados e do Distrito Federal marca a biografia do Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad), que completará 20 anos de existência em novembro deste ano. Uma história construída por densos debates voltados para a modernização e inovação na gestão pública.

No 40º Fórum Nacional de Secretários de Administração, em Maceió (AL), no dia 16 de novembro de 2000, 25 representantes dos estados decidiram pela criação do Consad e estabeleceram que o Conselho surgia com a finalidade de mobilizar as bancadas federais, promover a interlocução com ministérios, interagir com a sociedade civil e política, além de propor e participar da implementação e formulação

112ª edição do Fórum Conjunto Consad/Conseplan: em novembro de 2019, Rio de Janeiro virou o centro das principais discussões que têm movimentado a administração pública brasileira nos últimos meses

de políticas públicas no âmbito de atuação dos governos federal, estaduais e do DF.

De lá para cá, o Conselho oportunizou diversas agendas com gestores do governo federal e parlamentares, viagens ao exterior para conhecer modelos de gestão e parcerias com grandes instituições. Da criação do Consad até hoje, mais de 70 fóruns foram realizados, parte deles em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento (Conseplan) como alternativa para facilitar a interlocução.

GESTÃO MODERNA

Paulo César Medeiros foi presidente do Consad de 2008 a 2010, quando ocupava o cargo de secretário estadual de Administração e Recursos Humanos (Searh) do Rio Grande do Norte. Segundo ele, aquele período, para o Consad, foi de forte preocupação com a modernização da gestão pública. “Aquele época foi marcada pelas preocupações com a nova gestão pública com foco em resultados. Uma tentativa de mudança de paradigma para uma gestão moderna, menos burocrática. Algo que já acontecia em países desenvolvidos”, destaca Paulo César.

Ele conta que o Consad tomou a frente das discussões acerca de uma gestão pública baseada na avaliação de desempenho, indicadores e resultados. “Uma discussão que deve ser presente até hoje. Nós vivemos em um país diverso, existem repartições no século XXI, outras no XX e tantas outras no

século XIX. Não é um modelo homogêneo”, observa o ex-presidente do Consad.

MENOS BUROCRACIA

A cada nova diretoria, o Consad sempre seguiu na esteira da luta para reduzir a burocracia na gestão pública, afirma Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, ex-secretário de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro (Seplag), que foi presidente do Consad entre 2010 e 2012. “Quando fui presidente, já tínhamos essa preocupação: métodos gerenciais menos burocráticos impactam na vida de quem consome o serviço público: o cidadão”, explica.

“Quando fui presidente, realizamos um seminário com o jornal *Valor Econômico* que contou com a participação de ministros e gestores federais. Os resultados foram publicados em um suplemento que circulou com o jornal. Por meio de parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, fomos conhecer o processo de gestão e planejamento no Chile, Inglaterra, Estados Unidos e Canadá. Foi um período feliz de aprendizado”, destaca Sérgio Ruy, lembrando as parcerias firmadas pelo Consad.

52º Fórum Consad foi realizado em 2003, em Maceió (AL)



ARQUIVO: LII FÓRUM MACEIO

PRESENÇA FORTE DOS SERVIDORES: A MARCA DA ATUAL GESTÃO

No que depender da atual gestão do Consad, o colegiado continuará colocando em pauta assuntos que podem mudar o modo de fazer a administração pública. E, pensando nisso, surgiu uma das marcas da diretoria do atual biênio, que é a criação, a institucionalização e o fortalecimento de grupos de trabalho e comissões formadas por servidores públicos.

A ideia é que, por meio desses grupos, os debates acerca da gestão pública sejam cada vez mais aprimorados através do intercâmbio de experiências. O objetivo é também proporcionar o fortalecimento e o protagonismo de cada estado e a aproximação com o governo federal, instituições privadas e a sociedade.

Apesar do pouco tempo de atuação, os grupos já trazem grandes resultados. Um deles é o Grupo de

FOTOS: ARQUIVO



“Essa época foi marcada pelas preocupações com a nova gestão pública com foco em resultados. Essa era a agenda nacional que se colocava naquele momento”

Paulo César Medeiros,
ex-presidente do Consad,
biênio 2008/2010



“Na ocasião, já tínhamos essa preocupação: métodos gerenciais menos burocráticos impactam na vida de quem consome o serviço público: o cidadão”

Sérgio Ruy Barbosa Guerra
Martins, ex-presidente do
Consad, biênio 2010/2012

Transformação Digital (GTD.GOV). Idealizado em 2019, por meio de uma parceria com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (Abep-Tic), o GTD.GOV hoje reúne mais de 20 unidades federativas, 33 instituições afiliadas ao Consad e à Abep-Tic e mais de 105 especialistas em digitalização de serviços públicos.

Outro grupo técnico que vem tendo uma atuação forte é o de Gestão Estratégica de Pessoas. O grupo, que tem cerca de oito meses de exercício, mais de 21 estados representados e reúne esforços

com instituições renomadas, como a Fundação Lemman, já possui produtos concretos, como o amplo diagnóstico sobre a gestão de pessoas no país.

Além destes, o Consad também instituiu o Grupo das Redes de Escolas de Governo, que tem papel estratégico para o fortalecimento do aperfeiçoamento e da profissionalização do funcionalismo público, bem como a formação de líderes governamentais.

Há, ainda, a Comissão sobre Comunicação Pública, que tem contribuído com o



“Desenvolvemos uma atuação marcada por dinamismo e inovação. Com destaque para iniciativas como a Agenda Comum de Gestão Pública entre os estados, o Prêmio Consad de Jornalismo e o 1º Fórum Conjunto Consad, Conseplan e Confaz”

Eduardo Diogo, ex-presidente do Consad, biênio 2012/2014



“São centenas de profissionais pensando, dialogando e trocando experiências sobre temáticas que precisam de soluções. Com muito foco, estamos conseguindo gerar grandes resultados”

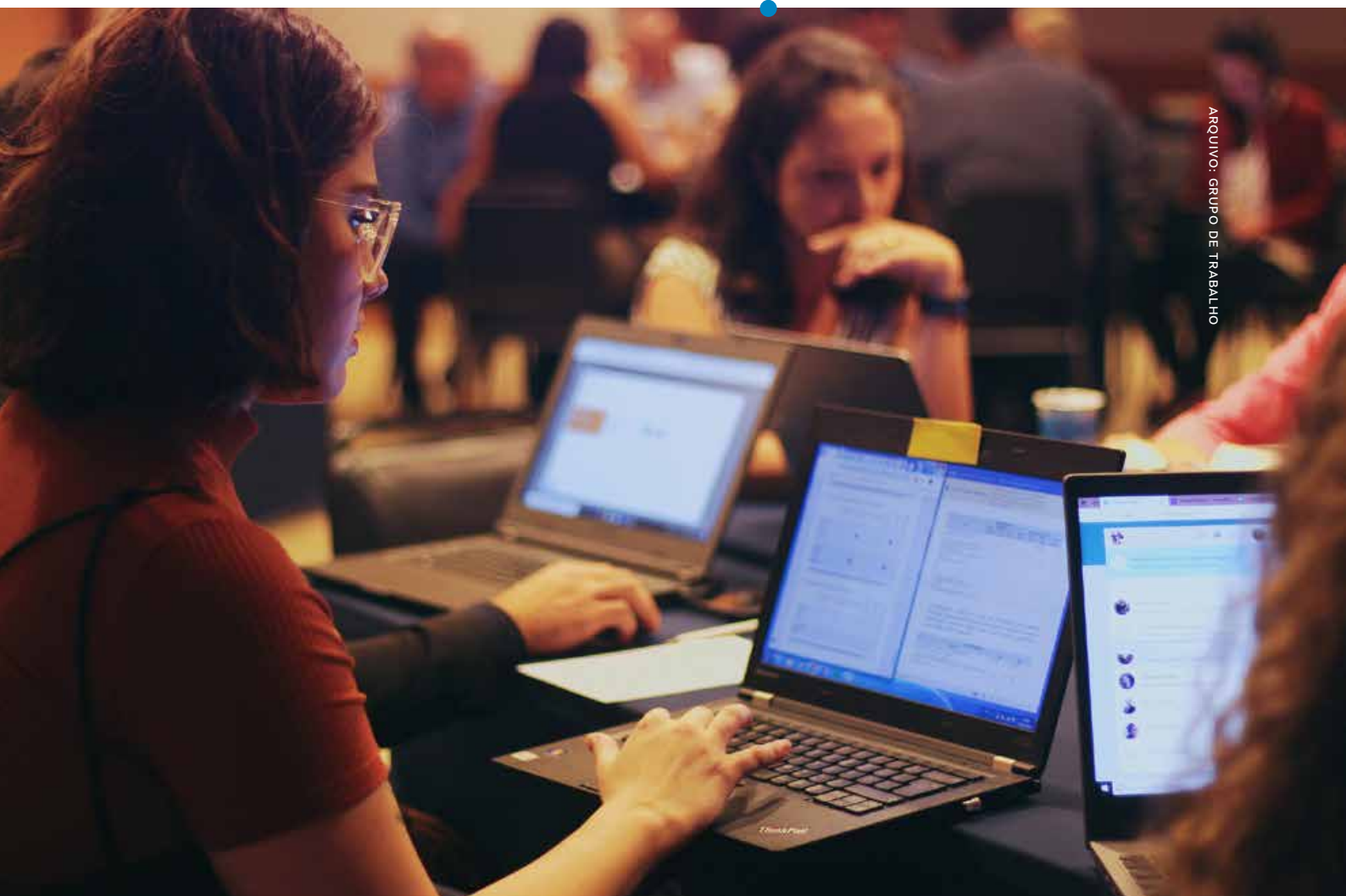
Fabrício Marques Santos, atual presidente do Consad, biênio 2019/2020

reposicionamento da marca do Consad e busca, de forma sinérgica e engajada entre os estados, disseminar as boas práticas da administração pública no país. Foi criado, também, o Grupo Técnico de Gestão de Ativos, o qual, com pouco mais de três meses de criação, já se organiza para uma agenda de ações em 2020.

Para o presidente do Consad, Fabrício Marques Santos, cada grupo, por meio de suas singularidades, representa a vontade que o serviço tem de se modernizar e buscar ações para driblar os desafios diários encontrados no âmbito da máquina pública.

“Não há outra saída que não seja pensar de forma criativa, inovadora e moderna. Precisamos buscar, dentro das nossas próprias rotinas, formas

Atual gestão trouxe servidores para dentro do Consad ao criar e fortalecer grupos de trabalho



ARQUIVO: GRUPO DE TRABALHO



ARQUIVO: GRUPO DE TRABALHO

de nos adaptarmos ao que a sociedade está nos cobrando. Por isso, reunir técnicos e especialistas com as mais variadas expertises e vivências, sem dúvida, é um projeto que só vem agregando às pautas nacionais urgentes. São centenas de profissionais pensando, dialogando e trocando experiências sobre temáticas que precisam de soluções. Com muito foco, estamos conseguindo gerar resultados e desenvolver produtos importantes para superar os desafios”, destaca Fabrício.

“Hoje, temos grandes parceiros lado a lado com os grupos, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Fundação João Pinheiro, Instituto República, Banco Mundial, entre tantos outros que reforçam a importância e a credibilidade que os nossos GTs estão tendo”, pontua Fabrício Marques. ●

“Não há outra saída que não seja pensar de forma criativa, inovadora e moderna. Precisamos buscar, dentro das nossas próprias rotinas, formas de nos adaptarmos ao que a sociedade está nos cobrando”

*Fabrício Marques Santos,
presidente do Consad*



CONGRESSO CONSAD ESTÁ DE VOLTA COM UM NOVO FORMATO

ÚLTIMA EDIÇÃO OCORREU EM 2017 E EVENTO VOLTA A SER REALIZADO NO ANO EM QUE O COLEGIADO COMPLETA DUAS DÉCADAS DE EXISTÊNCIA

TEXTO: ASCOM/CONSAD
FOTOS: ARQUIVO/CONSAD

Conferências de alto impacto, painéis com a participação de representantes de diversos estados, diálogos com especialistas nacionais e internacionais que são renomados em suas áreas de atuação e lançamentos exclusivos de livros relacionados com a gestão pública. Esse será o novo formato do Congresso Consad de Gestão Pública, que retorna neste ano.

O encontro, realizado pelo Conselho Nacional de Secretários da Administração (Consad), ocorrerá de 16 a 18 de junho em Brasília, Distrito Federal. Nesta XI edição, o congresso terá o tema Inovar para Transformar Vidas e será uma oportunidade ímpar na qual será mostrado ao país a gestão pública sob o aspecto da entrega de políticas públicas mais efetivas, inovadoras, transparentes e aderentes às perspectivas e necessidades dos cidadãos.

Um evento com olhar para o moderno, criativo, inovador, e que não deixará de lado princípios fundamentais ancorados nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável adotados durante a Cúpula das Nações Unidas, a serem atingidos até 2030, bem como a agenda da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e seus respectivos desdobramentos para governos subnacionais.

“Esse é um evento que, talvez, seja o maior laboratório de experiências apresentadas sobre as diferentes práticas de gestão que estão sendo desenvolvidas nos dias atuais em todo o país, demonstrando que o Brasil, em que pese a crise econômica e política, tem boas experiências e o momento é mais do que propício ao compartilhamento”, declara o presidente do Consad, Fabrício Marques Santos.

As inscrições começam no próximo dia 20. Todas as informações serão disponibilizadas por meio do portal do Consad: consad.org.br. O Congresso Consad contará com representantes de órgãos e entidades parceiras que possuem comprometimento com o fomento de melhorias da administração pública brasileira.

Prêmio Mérito Consad
marcou edições
anteriores do congresso
e retorna neste ano





VI CONGRESSO CONSAD EM 2013, EM
BRASÍLIA, REUNIU 2,3 MIL PESSOAS

VUCA

A próxima edição do Congresso Consad foi pensada a partir do termo Vuca, que tem origem no início dos anos 90 e foi introduzido pela United States Army War College para definir o mundo multilateral que se formava após a Guerra Fria. Desde a crise financeira dos anos 2008 e 2009, essa definição se expandiu para o ambiente corporativo e assumiu um papel decisivo na gestão de negócios e se tornou a principal referência para descrever o contexto atual de rápida transformação, caos e turbulência.

Composto pelas palavras inglesas volatility (volatilidade), uncertainty (incerteza), complexity (complexidade) e ambiguity (ambiguidade), Vuca representa um grande desafio e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade para as organizações construírem o caminho da prosperidade e longevidade.

O XI Congresso Consad buscará trabalhar as temáticas em trilhas de desenvolvimento ao combinar as necessidades do mundo Vuca, Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis e os desafios da administração pública brasileira.

O trabalho será conduzido em trilhas para promover o maior número de conexões entre os participantes e não segregar. Promoverá agenda para

“Esse é um evento que, talvez, seja o maior laboratório de experiências apresentadas sobre as diferentes práticas de gestão que estão sendo desenvolvidas nos dias atuais em todo o país”

Fabício Marques Santos
presidente do Consad.

temas como gestão, qualidade de gasto, saúde, educação e outros. Todos esses temas serão tratados em conjunto, de forma orgânica e sistêmica. A ideia é buscar visões multifacetadas, construções coletivas e olhares complementares.

TRILHAS

TEM SOLUÇÃO?

O objetivo dessa trilha é buscar possíveis soluções para problemas complexos enfrentados pelos governos, a partir de perspectivas multidisciplinares. Isso, na visão de diferentes profissionais, com perfis mais práticos ou acadêmicos, que podem estar envolvidos em sua resolução.

Os proponentes deverão submeter problemas reais que desejam ver discutidos nas oficinas, explicando seu histórico, característica e apresentando dados que permitam entender o contexto e os diferentes atores envolvidos. Os problemas serão apresentados em oficinas com o objetivo de discutir e construir coletivamente potenciais soluções. Após a discussão, o responsável pelo envio do problema deverá sistematizar os resultados e enviar o caso completo para publicação no banco de conhecimento Consad.

DEU CERTO!

Os cases de sucesso ganharão ressonância no congresso com o objetivo de serem multiplicados ou reproduzidos em outros estados. Trabalhos premiados poderão ser apresentados estilo *TED Talks* no auditório principal. Para essa trilha, haverá uma seção de *pitchs* estilo *demoday* também no auditório principal. Os proponentes submeterão resumo da proposta para avaliação da comissão avaliadora. Após avaliação, serão selecionados os melhores cases, que deverão ser transformados em trabalhos completos para envio antes do evento e publicação no banco de conhecimento Consad. As propostas selecionadas deverão, ainda, ser apresentadas durante o evento, em formato de painel/palestra.

@CONEXÃO MUNDO

Essa trilha será composta por palestras e painéis com foco na prospecção de cases de sucesso no mundo, inclusive o congresso buscará algumas abordagens da iniciativa privada.

PRÓXIMA CURVA

Espaço onde serão tratadas tendências tecnológicas, regulação, futurismo. Além de palestras com essas temáticas, uma vila de *startups* expõe potenciais soluções para governos vindas das empresas e do próprio Consad. Os proponentes submeterão resumo da proposta à comissão avaliadora. Após avaliação, serão selecionadas as melhores ideias, que deverão ser apresentadas no evento em formato de



Último Congresso Consad ocorreu em 2017

pitch para banca avaliadora. Além disso, o público do evento poderá dar nota para as propostas por aplicativo, durante o *pitch*. A definição das ideias vencedoras será baseada na soma da nota da banca (85%) com a nota do público (15%).

GESTÃO E CONTROLE – INTEGRAR PARA INOVAR

O tema dessa trilha é como a construção de um diálogo mais próximo entre controladores e gestores pode melhorar o setor público. Devem ser submetidos trabalhos que relatem tanto desafios quanto experiências exitosas na relação entre órgãos de controle e a gestão dos governos na resolução de problemas governamentais. O objetivo é reunir controladores, gestores e acadêmicos para compartilhar visões e disseminar boas práticas entre os tribunais de contas, secretarias, órgãos de controle interno e a academia.

Os proponentes submeterão resumo da proposta para avaliação da comissão avaliadora. Após a avaliação, serão selecionados os melhores resumos, que deverão ser transformados em trabalhos completos para envio antes do evento e publicação no banco de conhecimento Consad. As propostas selecionadas deverão, ainda, ser apresentadas durante o evento em formato de painel/palestra. ●



GTD.GOV CONQUISTA PRÊMIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO

INICIATIVA CONCORREU NA CATEGORIA DIGITALIZAÇÃO
DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DO PRÊMIO GLOBAL PARA
SERVIÇOS PÚBLICOS DA APOLITICAL

TEXTO: ASCOM/CONSAD
FOTOS: ARQUIVO/CONSAD

Coordenado pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), o Grupo de Trabalho de Transformação Digital (GTD.GOV) foi o único projeto do Brasil a vencer o Prêmio Global para Serviços Públicos em 2019. Desenvolvida pela instituição britânica Apolitical, a premiação é uma das mais importantes para equipes que trabalham com inovação no âmbito do setor público.

Instituído há seis meses, o GT foi um dos nove projetos que concorreram na categoria Digitalização de Serviços Públicos. Vencedor por votação popular, o Grupo vem unindo gestores e técnicos de cerca de 20 governos estaduais e distrital do Brasil para compartilhar conhecimentos e desenvolver soluções inovadoras para o processo de Transformação Digital pelo qual a administração pública do país vem passando.

“A razão de ser do Grupo é fundamental para que possamos reduzir as desigualdades e entregar melhores serviços públicos para a população. Em apenas seis meses, vencermos um prêmio tão importante mostra o quanto esse tipo de iniciativa é indispensável para a simplificação da vida dos brasileiros, que são os que mais ganham com essa integração entre os estados”, pontua o coordenador do GT, Thiago Ávila.

Para a representante da Secretaria de Estado da Administração Pública de Goiás e integrante do GTD, Vânia Bareicha, o Grupo vem repensando a atuação pública no intuito de resgatar a confiança do cidadão nos serviços prestados por ela.

“Inovar já não é uma opção. É uma questão de sobrevivência, pois a sociedade exige uma nova atuação governamental. É preciso dar escala para a prestação de serviços públicos e entregar mais para a população, principalmente para aqueles que estão em maior vulnerabilidade”, comenta Vânia.

Implementado com vistas a otimizar, de modo assertivo, a dinâmica das organizações públicas, o GT tem se debruçado em uma agenda que visa justamente a isso: transformar a cultura burocrática em uma estrutura hábil, que esteja alinhada às demandas da sociedade.

“O trabalho que desenvolvemos por meio do GT busca disseminar a inovação no setor público, trazendo melhorias para os cidadãos, como facilidade e agilidade no acesso aos serviços públicos por meios digitais. A vitória na premiação indica que estamos trilhando um bom caminho e nos motiva ainda mais”, afirma a secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo e conselheira do Consad, Lenise Loureiro.



“Inovar já não é uma opção. É uma questão de sobrevivência, pois a sociedade exige uma nova atuação governamental.”

Vânia Bareicha

Superintendente da Central de Transformação da Gestão Pública da Secretaria de Estado da Administração Pública do Estado de Goiás

Coordenada também pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP), a iniciativa representa o empenho dos entes federativos na otimização da eficiência das organizações públicas.

“O grupo só vem dar ainda mais credibilidade para o trabalho dos governos no que diz respeito à digitalização de serviços públicos. O prêmio reforça que estamos fazendo algo de impacto e que beneficia quem está na ponta, o cidadão”, salienta o presidente da ABEP, Lutiano Silva.

Para o presidente do Consad e secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas, Fabrício Marques Santos, o reconhecimento demonstra a importância da urgência em otimizar, cada vez mais, o processo de modernização dos estados, além de evidenciar o papel significativo que o Consad tem desempenhado para concretizar esse ideal.

“O projeto de implementação da Transformação Digital é uma agenda prioritária para nós, que fazemos o Consad. Essa é uma temática que está muito presente em todas as nossas ações e que, sem dúvida, já vem resultando em muitos benefícios para a sociedade. Trazer para o Brasil o prêmio da Apolitical, nesse contexto, é algo muito simbólico e traduz bastante do empenho de cada pessoa que faz o Grupo acontecer e que colabora, direta ou indiretamente, para o aprimoramento do serviço público no país”, afirma o presidente do Consad, Fabrício Marques Santos. ●



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO GOVERNO: UMA POLÍTICA DE ESTADO

Segundo o relatório do Banco Interativo de Desenvolvimento (BID), O fim do trâmite eterno (2018), a complexidade dos trâmites burocráticos é um fenômeno em toda a região – e o Brasil não escapa. Essa complexidade faz com que os cidadãos brasileiros levem em média 5 horas e meia para completar um trâmite com a administração pública. Além disso, 28% dos trâmites no Brasil requerem três ou mais visitas a um órgão público, novamente acima da média regional.

A transformação digital do governo é a melhor resposta para começar a solucionar esse problema, já que busca a eficiência e transparência do setor público ao incorporar novas tecnologias, e visa tornar o governo mais simples e acessível

para os cidadãos e empresas por meio da oferta de serviços digitais e a modernização do *back office* para a produção desses serviços. É uma necessidade contínua, portanto, deve ser uma Política de Estado com continuidade no tempo.

FASES NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DOS GOVERNOS

A transformação digital dos governos passa por diferentes fases, que vão melhorando o foco no cidadão e a prestação do serviço. Começa pela **administração eletrônica**, que significa poder iniciar o trâmite eletronicamente (sem papel), mas que ainda é necessário apresentar versão escaneada dos documentos (por exemplo, certidão de nascimento, etc.).

Em seguida vem a **administração digital**: o cidadão pede um serviço e, por ter interoperabilidade ou troca de dados entre instituições públicas, não



tem que encaminhar mais documentos. Um servidor público revisa a solicitação do cidadão, tem acesso aos documentos disponíveis em bases de dados do governo, e toma a decisão.

A terceira fase é a **administração automática**, em que o cidadão solicita o serviço e a tecnologia – mediante o uso das bases de dados e algoritmos de inteligência artificial – faz o processo automaticamente incluindo a decisão final para a entrega do serviço.

A quarta fase é a **administração proativa**, em que o cidadão não tem que fazer nada. Se a pessoa qualifica para receber o serviço, o recebe diretamente (por exemplo, um casal com 3 filhos e renda de até 1,500 reais por mês recebe um subsídio do Estado diretamente na sua conta bancária).

A maioria dos países da América Latina é capaz de oferecer serviços sob a administração eletrônica, mas vão avançando para uma administração digital. Até 2018, aproximadamente 30% dos trâmites podiam ser realizados online, e apenas 7% dos cidadãos tinha realizado o trâmite mais recente online. A administração automática está consolidada em países como a Espanha, Estônia, Inglaterra e Coreia, e já é utilizada em alguns serviços na nossa região, incluindo o Brasil. A administração proativa é o futuro para a maioria dos países da região e do mundo. O Uruguai, por exemplo, já a adota no setor saúde.

COMO O BRASIL TEM AVANÇADO?

O Brasil vem dando passos firmes para avançar na transformação digital do governo. Durante 2019, o Governo Federal, por meio da liderança da Secretaria de Governo Digital (SGD), atingiu conquistas importantíssimas nessa agenda, tanto normativas (por exemplo, o decreto sobre governança de dados) como de implementação, com o lançamento do portal único gov.br e a digitalização de 515 serviços federais, melhorando a qualidade dos serviços, gerando uma economia de R\$ 350 milhões ao Governo e, aproximadamente, R\$ 1,3 bilhão para a sociedade, segundo dados da Secretaria Especial de Desburocratização do Ministério da Economia.

Na esfera estadual, embora cada estado tenha pontos de partida diferentes, existe uma agenda comum. Em 2019, o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração (CONSAD), em parceria com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de TIC (ABEP), constituiu um grupo de trabalho voltado para a Transformação Digital (GTD), tendo como pilares a Governança, a Arquitetura Corporativa e os Serviços Digitais. O GTD tem uma agenda comum, concreta e desafiante, que pode ser fundamental para

aproveitar sinergias e avançar mais rápido.

Também muito importante, a Rede Nacional de Governo Digital (Rede gov.br) foi lançada ao final de 2018 como um dos veículos chave para promover a articulação e a colaboração entre as distintas esferas do setor público brasileiro. No contexto de uma administração pública federal, esse tipo de espaços de diálogo e governança são fundamentais para a troca de ideias entre os Estados, os Municípios e a União.

“A maioria dos países da América Latina é capaz de oferecer serviços sob a administração eletrônica, mas vão avançando para uma administração digital”

No BID temos a honra de apoiar os esforços da SGD e o GTD, tentando trazer as experiências e lições aprendidas no desenho e na implementação da transformação digital nos governos, com apoio da nossa equipe em governo digital e das nossas parcerias estratégicas com países líderes ao nível global como Espanha, Estônia, Israel, Coreia e Uruguai – parte do grupo das “Nações Digitais”, os 10 países mais avançados do mundo em governo digital.

Um exemplo recente do apoio do BID na transformação digital dos governos no Brasil foi a implementação da matrícula online no Estado da Bahia. O BID apoiou todas as etapas da implementação do serviço de matrícula on-line desde a concepção, levantamento de requisitos, desenvolvimento do software e integração com outros sistemas. Esta é a primeira vez que uma solução dessa natureza é lançada em um estado brasileiro.

A nova linha de crédito do BID Brasil Mais Digital, solicitada pelo Governo Federal no 2019 e atualmente em desenho, permitirá escalar o apoio do Banco para aprofundar e acelerar a transformação digital do setor público brasileiro, contribuindo para que seja realmente uma política de estado. ●

Mariano Lafuente é especialista líder em modernização do estado do Banco Interativo de Desenvolvimento.

GUSTAVO MONTEZANO

PRESIDENTE DO BNDES

MARCOS CORRÊA/PR

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL É UM TEMA CRUCIAL DO BNDES

O BNDES atua de modo forte em relação ao saneamento básico, com destaque para ações em Alagoas, Acre e Amapá. O Rio de Janeiro também vem avançando para entrar nessa lista. Qual a visão e estratégia do banco e a importância da aprovação do Marco Regulatório para o Brasil avançar ainda mais nesse segmento que resulta na qualidade de vida da população?

O BNDES existe para transformar a vida de gerações de brasileiros, promovendo o desenvolvimento sustentável. Temos compromisso com o desenvolvimento de forma ética e com espírito público. Dessa forma, almejamos ser o Banco de Serviços do Estado Brasileiro, viabilizando soluções que adicionem investimentos para o desenvolvimento sustentável da nação. Assim, para além das soluções financeiras (crédito, equity, garantias), os serviços a serem prestados hoje pelo banco abrangem a estruturação de projetos para desestatização em todas as modalidades de associação, incluindo concessões, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e privatizações, em um modelo também conhecido por Fábrica de Projetos. Os objetivos dessa atuação incluem a melhoria da qualidade da prestação dos serviços públicos e o aumento da disponibilidade de infra-estrutura adequada, além de uma possível redução dos dispêndios dos recursos públicos e aumento de arrecadação. No caso específico do setor de saneamento, nossa missão é de elevar e desconcentrar os investimentos, ampliando o acesso aos serviços e reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Uma forma de se fazer isso é atraindo investidores privados para melhoria da prestação de serviços públicos e da alocação de capital público. Nossa meta até 2022 é estruturar

O BNDES existe para transformar a vida de gerações de brasileiros, promovendo o desenvolvimento sustentável.

projetos do setor que, no futuro, venham a dar acesso a saneamento a 20 milhões de pessoas que hoje não são propriamente atendidas pelo sistema. Isso significa a ampliação do número de habitantes em domicílios com acesso à rede de esgoto em 5,5 milhões e de 900 mil em rede de água. Até fevereiro deste ano, são oito projetos de saneamento em estruturação no banco, incluindo os estados de Alagoas, Acre e Amapá, e o projeto de privatização da Cedae, no Rio, sendo que os leilões previstos para este ano totalizam cerca de R\$ 42 bilhões de investimentos. As grandes dificuldades do setor de saneamento são a integração e a adesão dos diversos municípios aos projetos, dado o tamanho do nosso país e a sua diversidade. Nesse sentido, o banco promoveu no ano passado eventos voltados a prefeitos e secretários correlatos, de modo a oferecer maior alinhamento e esclarecimento do tema. Na sequência, haverá novas reuniões com diversos *stakeholders*, inclusive com a sociedade civil, para tratar amplamente do tema. Quanto ao marco regulatório, os contratos dos projetos do setor já estão sendo modelados de forma a incorporar as

“

O BNDES tem atuado no desenvolvimento territorial por meio do apoio às potencialidades econômicas de cada região. O desenvolvimento regional é tema crucial.

”

alterações na lei, não havendo grandes implicações nos projetos em curso. No entanto, se aprovada a lei, pode aumentar a atratividade de novos projetos em outras localidades.

Além do saneamento, o BNDES pretende atuar nos próximos anos na área do gás e preservação florestal. Na prática, como o banco vai operar nessas duas frentes?

Sobre preservação florestal, o banco atuará como prestador de serviços de estruturação de projetos verdes, além de fomentar iniciativas e gerir recursos em finanças verdes, como o Green Climate Fund. O banco vai operar essa frente com a estruturação de projetos de unidades de conservação (flonas e parques nacionais), já tendo recebido o mandato do governo federal para estruturar a concessão do parque de Foz do Iguaçu, entre outros em negociação. Com relação à agenda do gás natural, atuamos para promover o desenvolvimento da cadeia do gás natural em diferentes frentes: buscar soluções para destravar investimentos no setor; articular entes públicos e privados; propor novos modelos de negócio; e oferecer financiamento de longo prazo, em conjunto com o setor privado. Já iniciamos a estruturação do projeto de privatização da Companhia Estadual de Distribuição de Gás Natural do estado do Rio Grande do Sul (Sulgás). Como resultado final da estruturação desse projeto de desestatização, o BNDES espera

aumentar investimentos na expansão da rede de gás natural, com o propósito de atender mais clientes e municípios gaúchos, com mais segurança e qualidade no fornecimento do serviço. Além disso, o BNDES está em negociação com outros estados que também possuem interesse na privatização de suas distribuidoras.

O desenvolvimento regional é um dos desafios do banco. Qual o panorama que o BNDES aspira para os estados e regiões do país a partir desse desafio? Qual o enfoque e como se dá a interlocução com os estados para a promoção desse desenvolvimento?

O banco tem atuado no desenvolvimento territorial por meio do apoio às potencialidades econômicas de cada região. O desenvolvimento regional é tema crucial. Pensando nisso, criamos a Área de Governo e Relacionamento Institucional, cuja sede fica em Brasília e tem representantes no Rio de Janeiro e em Recife. Essa área tem como foco o reforço da interlocução com os ministérios e demais entes da esfera federal, além de governos estaduais e municipais, promovendo prospecção e gestão de clientes do setor público. Essa nova atuação contribui tanto para o aumento da capacidade de alavancar investimentos por meio da estruturação de projetos, gerando oportunidades de contratação de operações de crédito,

empregos e desenvolvimento social, quanto para o fortalecimento do relacionamento institucional do BNDES com o setor público. Esperamos que a interlocução junto a clientes governamentais amplie, de forma relevante, investimentos em infra-estrutura no país, construindo uma carteira robusta de projetos de desestatização e desinvestimento. Ao final de 2019, essa carteira já incluía 64 projetos em diferentes segmentos da economia em diversos estados. O banco tem um olhar global para o ente público, procuramos conhecer a fundo esses clientes, sob o ponto de vista fiscal e de governança interna, de modo que possamos levar ao nosso cliente as soluções mais adequadas às suas necessidades. Por exemplo,

temos uma atuação voltada para a interlocução com a Amazônia Legal compreendida por nove estados, em que buscamos ver os problemas da região de forma regional e integrada, buscando investimento verde para as necessidades da região. O mesmo vale para a nossa iniciativa com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com foco no planejamento preliminar e implementação de ações conjuntas para fomentar a estruturação de projetos previstos no Plano Regional de Desenvolvimento da Região Nordeste (PRDNE). A ideia é que o BNDES seja o agente estruturador dos projetos de infra-estrutura do PRDNE, indicados e avaliados pela Sudene. ●









LEILÃO DE MATERIAIS INSERVÍVEIS
CONTOU COM MAIS DE 300 INSCRITOS

ACRE BATE MARTELO E ARRECADA MAIS DE R\$ 1,5 MILHÃO

**LEILÃO DE MATERIAIS INSERVÍVEIS
SUPEROU EM 50% O VALOR
INICIALMENTE PREVISTO PELO
GOVERNO DO ESTADO. VALOR
OBTIDO VAI FINANCIAR NOVAS AÇÕES
EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO**

TEXTO: VIVIANE TEIXEIRA
FOTO: MARCOS VICENTTI/SECOM

O governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), arrecadou mais de R\$ 1.520.600,00 com a realização do primeiro leilão de bens móveis inservíveis. O resultado foi apresentado pela secretária de Planejamento e Gestão, Maria Alice Araújo.

O leilão destinou-se à alienação de bens móveis inservíveis, pertencentes ao patrimônio do estado do Acre. Foram arrematados 168 veículos automotores, entre caminhonetes, carros de passeio, quadriciclos, caminhões e motocicletas, todos organizados em lotes individuais. Além de mais três mil bens móveis, desde equipamentos de informática, eletrônicos a mobiliários, distribuídos em sete lotes.

O leilão foi realizado no dia 31 de janeiro e contou com a presença de mais de 300 inscritos de nove estados, incluindo representantes de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Amazonas, Paraná e outros.

O sucesso do leilão foi comprovado em números, superando em 50% o valor inicialmente previsto. A expectativa do governo era de arrecadar R\$ 1 milhão. Os objetos foram classificados nas condições de inservíveis, irrecuperáveis e sucatas, alguns devido ao tempo de uso, outros pela completa ausência de manutenção. Antes do leilão, os interessados puderam avaliar os lotes.

A ação cumpre os princípios da administração pública de eficiência, economia e eficácia, já que todo o valor arrecadado já foi depositado no Tesouro estadual e financiará novas ações em benefício da população. O leilão possibilitou uma economia significativa para o estado, reduzindo custos com manutenção de veículos e com aluguel de espaços que abrigavam bens inservíveis.

Todo esse material ficava guardado em estacionamentos ou salas das secretarias ou alugadas. Depois da realização do leilão e retirada dos bens, os espaços foram desocupados. Desta forma, o governo encontrou uma solução legal para se desfazer de bens antigos e ainda trouxe economia para os cofres públicos.

“Todo este processo representa a superação de mais uma parcela da herança da gestão passada. É resultado de um enorme esforço coordenado pela Seplag junto a todos os setores de patrimônio do estado. Além de possibilitar uma importante economia para o estado, com manutenção inviável de veículos, desocupamos dezenas de espaços em vários órgãos de governo”, salientou a secretária Maria Alice.

AVALIAÇÃO

De acordo com a titular da Pasta, o resultado é fruto de um trabalho iniciado em 2019 com a realização de levantamentos e sistematização dos dados fornecidos pelas secretarias. Posteriormente, todo o patrimônio foi avaliado. Dada a seriedade do processo, um engenheiro mecânico do Departamento de Estradas e Rodagens do Acre (Deracre) e integrantes das comissões da Seplag e do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-AC) avaliaram o estado de todos os veículos e estabeleceram os valores de lances mínimos.

Outra etapa que antecedeu a realização do leilão foi um processo licitatório para a contratação de um leiloeiro. O termo de homologação para o credenciamento e contratação de leiloeiros para atuação na estruturação das licitações oficiais de mobiliário inservível foi publicado no Diário Oficial do Acre no dia 23 de agosto de 2019.



A secretária Maria Alice apresentou o detalhamento das ações

Em seguida, um projeto de lei foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Acre para estabelecer uma legislação específica para a destinação correta dos bens do patrimônio público. Assim, foi aprovada a lei nº 3.590, de 19 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial do Acre em 23 de dezembro, autorizando o poder executivo estadual a alienar bens móveis inservíveis pertencentes ao Poder Executivo do estado do Acre. De acordo com as normativas publicadas, a alienação teria que ser realizada por meio de licitação, nas modalidades leilão e doação.

O secretário-adjunto de Planejamento, Jarbas Anute, lembra que uma das funções da Seplag é fazer a gestão do patrimônio móvel. “Levamos praticamente um ano para fazer o levantamento e sistematização de todas as informações dos bens que são inservíveis e que não têm mais utilidade ou vantagem para o estado manter. O sucesso do leilão deve-se, inclusive, à ampla divulgação promovida, a qual foi realizada com total transparência e lisura, fato elogiado pelos arrematantes. Nosso gerenciamento será mais eficaz com a baixa de todos os itens leiloados”, disse ele.

Um novo leilão deve ser realizado com os 31 lotes de veículos remanescentes. “Vencemos o desafio de realizar um leilão que superou nossas expectativas e atingimos nossa meta de garantir a economicidade na administração pública. Nosso trabalho permitiu a desocupação de espaços públicos e a economia com alugueis e manutenção. Estamos prontos para ampliar esta ação”, finalizou Maria Alice. ●



NOVO MODELO DE GOVERNANÇA ENVOLVE
TODA A ESTRUTURA DO ESTADO

GOVERNANÇA PARA RESULTADOS DEVE APRIMORAR ENTREGAS DA GESTÃO PÚBLICA EM ALAGOAS

INICIATIVA, INSPIRADA NO CONCEITO DE CENTRO DE GOVERNO PROPOSTO PELA OCDE, VISA MELHOR ADMINISTRAÇÃO DE AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS TRANSVERSAIS DESENVOLVIDAS PELO ESTADO

Integração e inovação são duas das palavras que mais têm se repetido quando o assunto é o aprimoramento da gestão pública em Alagoas. É justamente com base nelas que o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) e da Governança Corporativa, vem implementando, no âmbito do Executivo, a Governança para Resultados, modelo de administração que deve otimizar ainda mais os resultados das políticas públicas realizadas em prol dos alagoanos.

De acordo com o secretário titular da Seplag, Fabrício Marques Santos, a estratégia é inspirada no conceito de Centro de Governo, proposto pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

“A ideia de Centro de Governo é justamente dar um suporte maior aos projetos mais estratégicos, com foco na integração de áreas e fortalecimento

TEXTO E FOTOS: MINNE SANTOS

institucional na execução das políticas públicas prioritárias, sempre baseada em evidências e no monitoramento de resultados", explica o secretário.

Segundo ele, o intuito é que, por meio desse novo formato, a avaliação do andamento de projetos essenciais à população, bem como o gerenciamento de possíveis entraves à execução deles e, ainda, a medição de seus resultados junto ao público se deem de maneira cada vez mais alinhada, integrada e eficaz.

"A evolução para esse modelo em Alagoas visa, sobretudo, o aprimoramento das entregas e a efetividade das políticas públicas para a população. Nós aprofundamos muito as discussões acerca do assunto e, desde então, estamos nos movimentando de acordo com esse novo modelo. Temos estruturado, coordenado agendas significativas para os alagoanos e trazido secretarias e órgãos do Governo para que possamos trabalhar de forma integrada em prol de um único intuito, que é o avanço do nosso estado", pontua o titular da Seplag.

CONSTRUÇÃO COLETIVA E TRANSVERSAL

E como forma de dar o pontapé inicial na implementação da Governança para Resultados, a Seplag vem reunindo diversas secretarias do Executivo Alagoano para que, alinhadas, juntem forças técnicas e deem a virada de chave que determinadas ações estratégicas precisam. A prevenção ao acidente de trânsito, por exemplo, já foi uma das pautas tratadas pela equipe que integra o projeto. O Estado deve criar ainda neste semestre um comitê de planejamento e acompanhamento das ações voltadas à reduzir ainda mais os acidentes de trânsito no território alagoano.

"É importante que essa ação seja uma ação de governo, integrando todas as secretarias, porque o trânsito é um problema complexo, ele envolve vários fatores e estes vão além da atribuição dos órgãos de trânsito em si. Sem essa coletividade, o Estado não consegue atingir o objetivo principal que é a redução da mortalidade", afirma o diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas, Adrualdo Catão.

Outro programa que tem feito parte dessa frente de atuação funciona com o intuito de fortalecer uma das áreas essenciais para a ressocialização em Alagoas: a contratação de mão de obra de reeducandos e, também, de dependentes químicos.

"O Governo do Estado vem desenvolvendo uma ação coordenada entre as secretarias envolvidas na inserção do egresso do sistema prisional no mercado de trabalho. Com a medida, visa-se não só construir uma política unificada entre as pastas, mas também facilitar o cumprimento de leis já existentes, aumentando



"A ideia de Centro de Governo é justamente dar um suporte maior aos projetos mais estratégicos, com foco na integração de áreas e fortalecimento institucional na execução das políticas públicas prioritárias, sempre baseada em evidências e no monitoramento de resultados"

Fabrício Marques Santos, Seplag

exponencialmente o número de vagas de trabalho e beneficiando não só os apenados, mas toda a sociedade", destaca o secretário de Ressocialização e Inclusão Social, coronel PM, Marcos Sérgio de Freitas.

Além dos projetos prioritários do Poder Executivo, a Governança para Resultados tem como objetivo potencializar o avanço das agendas voltadas para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). O intuito, segundo o secretário da Seplag, Fabrício Marques Santos, é fazer com que os planos de ação do Estado se deem de maneira cada vez mais alinhada à agenda global de desenvolvimento.

"Essa reestruturação do planejamento e da nossa forma de governança irá intensificar os resultados das políticas públicas alcançados nos últimos anos. A ideia é apoiar as políticas estratégicas em áreas mais vulneráveis, tendo como referência os resultados ainda insatisfatórios, buscando o fortalecimento da transversalidade das políticas públicas, sempre com o foco em criar um ciclo duradouro de melhoria das condições de vida da população alagoana", afirma Fabrício Marques.



INOVAR PARA TRANSFORMAR VIDAS: MODERNIZANDO OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL ATRAVÉS DO DIGITAL



Estamos vivendo uma mudança de era: saindo rapidamente do mundo analógico para o digital. É um mundo mais ágil e com demanda crescente por respostas rápidas e assertivas. O serviço público, nesse contexto, também tem que ser outro. Está claro que nós não podemos estagnar frente a esse novo cenário e temos, enquanto ente público, o dever de acompanhar, de forma estratégica, as transformações sociais. É ter foco no cidadão, buscar gerar resultados efetivos para a população e simplificar a vida daqueles a quem servimos.

Pensando nesse panorama, quando assumi o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), no final de março de 2019, decidi que a espinha dorsal do Consad seria a formação e institucionalização de Grupos de Trabalhos nos temas mais relevantes da Gestão Pública do Brasil. A agenda de modernização da gestão pública passou a ser uma prioridade para nós. Nosso primeiro projeto não poderia, portanto, ser diferente da criação do Grupo de Trabalho sobre Transformação Digital dos Serviços Públicos nos Governos Estaduais e Distrital (GTD.GOV). Devido à complexidade e considerando as experiências pretéritas no tema, o grupo foi pensado conjuntamente com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação (Abeptic).

Hoje, o GTD.GOV vem reunindo gestores e técnicos de cerca de 20 governos estaduais e distrital do Brasil para estudar, compartilhar conhecimentos e desenvolver soluções inovadoras para o processo de Transformação Digital que a gestão pública do país necessita. Por meio da união dos entes e das trocas de experiências vivenciadas pelo intercâmbio de informações, o GTD.GOV passou a ser uma referência na desafiadora agenda de inovação nos serviços públicos do país.

A partir dessa movimentação, foram firmadas diversas parcerias estratégicas com órgãos federais, como o Ministério da Economia, Denatran e Datasus, com vistas a acelerar a Transformação Digital de Serviços Públicos de interesse nacional. Estabelecemos, também, as bases de uma grande cooperação técnica com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia em prol do fortalecimento da agenda de Governo Digital do Brasil.

Juntos, passamos a aprender como fazer a Transformação Digital de Serviços na prática. Mas não paramos por aí. Conquistamos o apoio institucional do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que nos proporcionará melhores capacidades para o desenvolvimento do GTD, bem como para apoiar as Unidades Federativas no desenvolvimento

“O GTD.GOV vem reunindo gestores e técnicos de cerca de 20 governos estaduais e distrital do Brasil para estudar, compartilhar conhecimentos e desenvolver soluções inovadoras para o processo de Transformação Digital”

da Transformação Digital. Estivemos na Dinamarca, a convite da Transparência Internacional Brasil, como especialistas em Transformação Digital, para aprender com os dinamarqueses sobre Transparência, Integridade, Digitalização e Boa Governança, visando gerar subsídios da era digital para o desenvolvimento do Programa de Integridade dos Estados.

Em poucos meses de criação do Grupo, submetemos o nosso projeto ao maior prêmio global de reconhecimento de equipes de servidores públicos – o Global Public Service – Team of the Year, na categoria Digitalização de Serviços Públicos, organizado pela Apolitical, instituição renomada do Reino Unido. Após ser selecionado entre dezenas de projetos e disputar uma eleição mundial, com outras oito candidaturas de todo o planeta, fomos eleitos como campeões da premiação. Agora, mais do que nunca, podemos nos orgulhar de que o Brasil possui a melhor equipe de servidores públicos do mundo atuantes na Agenda de Transformação Digital dos Governos.

Dentre os segredos de todo este êxito, o mais importante foi a decisão, desde o início, de criar uma atuação colaborativa entre os mais diversos atores engajados na agenda da transformação digital dos serviços públicos no país. Tudo isso nos permitiu confirmar que o setor público no Brasil é um celeiro de gente extremamente capacitada, engajada e focada na melhoria dos serviços públicos através da inovação. Só nos falta articular os diversos atores, coordenar as agendas e liderar o processo de mudança que o serviço público do país necessita. Não tenham dúvidas, temos o essencial para a modernização dos serviços públicos no país: o nosso time de servidores públicos, um dos melhores do mundo. ●

Fabício Marques Santos é presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad)



SECRETÁRIOS SUELEM AMORA, DA SEAD, REGINA DUARTE, DE GESTÃO DE PESSOAS, E MARLUCIO, DE LOGÍSTICA

TECNOLOGIA VOLTADA PARA GESTÃO DE PESSOAS QUE OTIMIZA SERVIÇOS DE SAÚDE NO AMAPÁ É PREMIADA PELA SGB

ESFORÇO CONJUNTO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E DE SAÚDE DEVERÁ SER ADOTADO EM DEMAIS ÓRGÃOS DO ESTADO

TEXTO E FOTOS: SEAD/AP

A tecnologia está mudando todos os setores de maneiras significativas. E não poderia ser diferente na área da saúde. Com o objetivo de otimizar os serviços de saúde prestado no Hospital da Mulher Mãe Luzia, que atende à demanda de todo o estado do Amapá, a Secretaria de Administração (SEAD/AP), em parceria com o Setor de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado da Saúde (SESA/AP), criou uma metodologia que possibilita realocação de servidores da saúde de acordo com as necessidades da maternidade.

O Banco de Dados de gestão de pessoas foi premiado durante o evento Laboratório da Associação Social Good Brasil – SGB de Dados para Governo, realizado no período de 9 a 11 de outubro e de 27 a 29 de novembro, em Florianópolis (SC).

“Durante a imersão no laboratório e nas mentorias remotas, o objetivo foi conhecer a força de trabalho existente para estabelecer melhor distribuição dos profissionais, conforme competências, legislação e a necessidade dos serviços”, explica a secretária de Administração, Suelem Amoras.

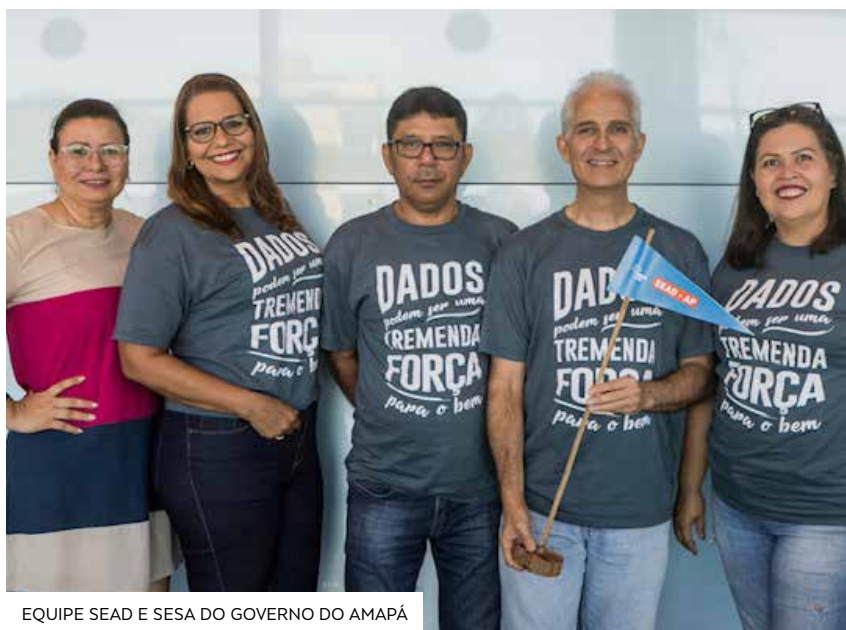
A secretária informou ainda que a metodologia de soluções de dimensionamento deverá ser implantada em outras unidades hospitalares e órgãos até 2021. No entanto, por se tratar de uma experiência prática, deverão ser realizados outros estudos que possam estabelecer evidências técnico-científicas sobre as implicações do dimensionamento de pessoal, haja vista a importância dessa temática para a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão.

METODOLOGIA

Todo o processo norteou-se por cinco etapas: levantamento das categorias profissionais para dimensionar o cálculo do Tempo de Trabalho; cálculo da quantidade de profissionais por categoria profissional, com base nos relatórios fornecidos pelo Sistema Integrado de Recursos Humanos e Folha de Pagamento (SIGRH); quantidade de servidores necessários por unidade/serviços e levantamento dos serviços em relação à demanda populacional assistida. Essas etapas foram realizadas por meio do levantamento das exigências legais, considerando a legislação aplicada a cada categoria profissional e os serviços ofertados conforme a demanda da população assistida, resultando em dados consistentes da demanda do hospital.

RESULTADOS

Essa coleta e tratamento de dados resultaram em dois grandes produtos: Dados organizados e tratados



EQUIPE SEAD E SESA DO GOVERNO DO AMAPÁ

e Painel comparativo entre os cenários: real (situação efetivamente encontrada no hospital), legal (como deveria ser a lotação e quantitativo de pessoal com base na legislação) e ideal (qual a necessidade do hospital para possibilitar o atendimento a toda a demanda com qualidade e eficácia).

Os produtos possibilitaram visualizar as implicações no processo de trabalho na aplicação do dimensionamento de pessoal, nesse cenário, especificamente, foram: adequação na alimentação do sistema de informação, monitoramento dos dados registrados e reorganização da área de abrangência dos serviços, pois foi possível detectar discrepância que geram sobrecarga de trabalho em algumas áreas e excedente de pessoal em outras, inclusive com profissionais lotados onde não havia necessidade dos serviços. Sendo necessário também, garantir a qualidade das informações para que a interpretação dos dados fosse adequada, visando à qualidade da assistência à saúde.

A técnica da Sead, Astrid Cavalcante, que fez pitch de 5 minutos, destacou duas reflexões sobre dados. “Primeiramente é preciso deixar de lado a crença de que é ‘impossível’, pois podemos começar do zero e gerar dados confiáveis que possam ser tratados e analisados. E em segundo lugar podemos quebrar o paradigma da mudança e fomentar a cultura de dados, fazer uma nova visão a partir dessa compilação tão difícil feita por meio de planilhas, construindo uma a uma as informações”, concluiu. ●



CEM MIL SERVIDORES, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DEVEM PASSAR PELO PROCEDIMENTO FEITO NA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE GERENCIA A FOLHA DE PAGAMENTO

AMAZONAS RECADASTRA OS SERVIDORES, APOSENTADOS E PENSIONISTAS A CUSTO ZERO

SEAD, RESPONSÁVEL PELO PROCEDIMENTO, RELATA EXPERIÊNCIA INÉDITA PARA A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL QUE DEVE TRAZER ECONOMIA DE ATÉ R\$ 20 MILHÕES NA FOLHA DE PAGAMENTO

TEXTO: CLEIDIMAR PEDROSO (SEAD)

FOTOS: MICHELL MELLO (SECOM), BRUNO ZANARDO (SECOM) E GABRIEL RETONDANO (SEAD)

O governo do Amazonas vai atualizar, ao longo deste ano, os dados dos servidores, aposentados e pensionistas, trabalho nunca antes feito de forma tão ampla no estado. Mais de 100 mil pessoas devem se dirigir às agências e postos de atendimento do Bradesco durante o ano de 2020. A estimativa é de que, ao final, o recadastramento traga um economia de 3% a 5% na folha de pagamento que, atualmente, gira em torno de R\$ 400 milhões. Todo esse trabalho, iniciado em janeiro, é coordenado pela Secretaria de Estado de Administração e Gestão (SEAD).

O cadastro desatualizado acarreta dificuldades aos servidores, traz prejuízos nos atos de concessão do direito à pensão ou aposentadoria e na comunicação ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, conhecido como eSocial.

Com o advento do eSocial, instituído pelo governo federal, todos os empregadores, públicos e privados, passarão a comunicar ao governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidentes de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS. Os dados são informados ao eSocial conforme padrão estabelecido pela Secretaria Especial de Previdência do Trabalho, órgão vinculado ao Ministério da Economia.

“Esse recadastramento ocorre sem ônus para o estado, conforme contrato firmado com a instituição financeira onde os servidores realizam o procedimento. Com a folha de pagamento em torno de R\$ 400 milhões, a economia esperada, após o recadastramento, é de R\$ 12 milhões até R\$ 20 milhões conforme previsão da instituição financeira”, destaca a secretária da SEAD, Inês Carolina Simonetti.

NORMA

As diretrizes do recadastramento foram publicadas no Decreto nº 41.350, em 7 de outubro de 2019, no Diário Oficial do estado do Amazonas. O procedimento, conforme o dispositivo, é uma exigência para os servidores públicos ativos, inativos, temporários, de cargos comissionados, membros de comissões ou conselhos. A norma estabelece que o procedimento seja feito no mês do aniversário, conforme o calendário publicado no decreto. Quem perder o prazo corre o risco de ter o salário ou o benefício suspenso até se regularizar.

O servidor Manuel Bulcão fez aniversário em janeiro e, no primeiro dia do recadastramento,



Segundo Inês Carolina, secretária da SEAD, o recadastramento vai cumprir as exigências do eSocial

reuniu todos os documentos e foi até uma agência. “Acho que é importante vir se recadastrar para que você não tenha o seu pagamento travado no futuro. A SEAD fez uma lista na qual especificou todos os documentos necessários para que nós pudéssemos fazer o recadastramento e, a partir daí, relacionei todos os meus documentos para fazer o meu recadastramento”, disse Bulcão.

RESULTADOS

No primeiro mês, o número de servidores, aposentados e pensionistas nascidos em janeiro apresentou um resultado satisfatório para o estado, sobretudo considerando que janeiro é um mês de férias e muitos servidores viajam.

De um total de 8.534 ativos e inativos, 6.339 se recadastraram e outros 2.195 não compareceram (25,7%). No comparativo com dados da Fundação Previdenciária do Amazonas, a Amazonprev, que já realiza o recadastramento de seus beneficiários, os dados se assemelham. A comparação aponta que o percentual de faltosos é similar.

Para não ter o salário e o benefício suspensos, basta procurar o setor de Recursos Humanos da



Com receio de ter o pagamento suspenso, Manuel Bulcão (foto) reuniu os documentos e se cadastrou no primeiro dia do procedimento

secretaria ou órgão no qual os servidores trabalham e, no caso dos aposentados e pensionistas, procurar a Amazonprev. O decreto prevê ainda que, antes da suspensão do pagamento, a lista com os nomes dos que não compareceram será publicada no Diário Oficial.

Além do uso das redes sociais, sites institucionais, meio de comunicação interna e spots nos intervalos das programações das rádios, a SEAD tem se apoiado na cobertura forte da imprensa para divulgar e alertar os servidores para que não deixem de fazer o procedimento.

A Secretaria também lançou uma página com informações sobre o cadastramento: sead.am.gov.br/recadastramento-obrigatorio/. O canal de

comunicação já teve mais de nove mil acessos nos primeiros 30 dias de funcionamento. No espaço estão informações sobre o calendário do cadastramento, documentos necessários, endereços das agências, download de formulários, listas de perguntas frequentes com respostas e outros detalhes.

Todos os órgãos envolvidos no processo se reúnem com frequência para avaliar e reavaliar ações e tomar decisões em colegiado para que o procedimento seja desenvolvido com eficiência.

PENTE FINO

A economia, estimada em até R\$ 20 milhões por mês na folha de pagamento, se dá por possíveis inconsistências nos dados dos servidores, aposentados e pensionistas. “Não é o foco do cadastramento, mas pode ocorrer de encontrarmos inconsistências na folha de pagamento que podem vir a trazer economia ao estado. Por exemplo, dependentes cadastrados pelo servidor de forma equivocada para dedução do Imposto de Renda, filhos que já não têm mais idade para serem dependentes. Casos como esses aumentam a folha líquida do governo porque o servidor sofre menos descontos de impostos e o estado paga a mais ao servidor, um valor que, legalmente, é indevido”, exemplifica Inês, secretária da SEAD. ●



SISTEMA DE GESTÃO PRESENTE EM **25% DOS** **ESTADOS BRASILEIROS**

Economia na folha de pagamento



Todas as carreiras
públicas e regimes
jurídicos são
contemplados



Automatiza a Folha e
unifica procedimentos
de Recursos Humanos



Audita continuamente
a Folha de Pagamento

ergonrh.com.br • (11) 2149 9200 • contato@ergonrh.com.br

ERGON GESTÃO DE PESSOAS
NO SETOR PÚBLICO

Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha,
100 – Vila Cruzeiro – São Paulo

A portrait of Wilson Miranda Lima, Governor of Amazonas, smiling and wearing a dark suit, white shirt, and red tie. The background is a large painting of a tropical landscape with trees and water.

WILSON MIRANDA LIMA
GOVERNADOR DO AMAZONAS

“ZONA FRANCA NÃO PODE SER CONSIDERADA PARAÍSO DE INCENTIVOS FISCAIS”

Governador do Amazonas, estado com dimensões continentais (mais de um milhão de metros quadrados), Wilson Miranda Lima é defensor do modelo econômico Zona Franca e, também, a favor de que sejam criadas novas alternativas para desenvolver a economia do estado. Nesta entrevista, ele explica a relevância do atual modelo econômico e conta, ainda, o que tem feito trazer as contas públicas do Amazonas ao equilíbrio.

O senhor recebeu um estado quebrado, situação grave de desequilíbrio das contas públicas. Mesmo com toda essa situação, que medidas de gestão foram adotadas pelo seu governo para manter o pagamento dos servidores em dia?

Tomamos uma série de medidas assim que assumimos o governo, em janeiro de 2019, e encontramos déficit e dívidas que somavam mais de R\$ 3 bilhões. Entre as medidas, assinei o Decreto da Qualidade de Gastos, determinando que todas as secretarias enxugassem seus gastos. Aprovamos, junto à Assembleia Legislativa, leis que desvinculam receitas, para melhor aplicar nos serviços do estado, e a Lei do Teto de Gastos, que condicionou reajustes ao funcionalismo à retomada do percentual de gastos com pessoal permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Também fizemos uma reforma administrativa para tornar o estado mais eficiente, adotamos medidas para recuperar ativos e fizemos ajustes tributários para melhorar a receita do estado. O desafio ainda permanece e exige equilíbrio, principalmente para redução das despesas com nossa folha de pessoal. Para isso, estamos fazendo um recadastramento de servidores e preparando uma grande auditoria na folha de pagamentos.

No Amazonas, sua administração publicou um decreto para a qualidade dos gastos públicos. Quais são os principais pontos desse decreto que impactaram na gestão do estado?

Avançamos principalmente na economia de despesas, como combustíveis, passagens e diárias. A partir do Decreto da Qualidade do Gasto, a Sead adotou medidas de controle e gestão para reduzir gastos com despesas com esses itens, que resultaram em uma economia significativa. Somente com combustíveis nossos gastos caíram 46% no ano passado, em relação a 2018. A redução em despesas de passagens foi de 10% e de diárias, 15,9%. Isso tudo, somado aos cortes feitos nas demais secretarias, em despesas correntes, é o que tem gerado uma economia de R\$ 60 milhões por mês, em média, contribuindo para diminuir o déficit orçamentário que herdamos.

“Aprovamos leis que desvinculam receitas, para melhor aplicar nos serviços do estado, e a Lei do Teto de Gastos, que condicionou reajustes ao funcionalismo à retomada do percentual de gastos com pessoal permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal”

Falando em serviços públicos, não tem como melhorar a qualidade sem qualificar o servidor que lida direto com o cidadão. O Consad também apoia as Escolas de Governo dos estados porque acredita que elas precisam ser fortalecidas. Como o senhor avalia as ações da Escola de Governo da sua gestão?

São fundamentais para melhorar os serviços prestados à população e também são ações que, sem dúvida, contribuem para o desenvolvimento profissional dos nossos servidores. A capacitação traz um ganho não só para a população, que passa a ter um atendimento mais qualificado e eficiente, como também para o servidor, que ganha mais conhecimento, algo que fica para a vida toda. Logo que assumi o governo, determinei uma reformulação na nossa Escola de Governo que resultou na edição de um catálogo com uma programação de cursos montada a partir dos anseios dos servidores. Já estamos fechando a edição deste ano.

Sobre a previdência estadual, o Amazonas já alterou sua alíquota. Comparada a outras unidades da Federação, como ficou a reforma da previdência em seu estado?

A Assembleia Legislativa aprovou no final do ano passado uma lei complementar com a nossa reforma da previdência. Fizemos essa mudança atendendo à Emenda Constitucional federal n. 103, de novembro de 2019, que estabelece alíquota mínima de 14% de contribuição previdenciária para estados, Distrito Federal e municípios. Em cumprimento a essa determinação, encaminhamos e a Assembleia aprovou uma mudança de alíquota de 11% para 14%, a mínima exigida pela Emenda Constitucional. Foi uma medida inevitável, pois essa era uma questão que já vinha de governos anteriores e precisava de decisões urgentes. Se não tivéssemos tomado essa decisão, em conjunto com a Assembleia Legislativa, poderíamos perder o Certificado de Regularidade Previdenciária, o que traria um prejuízo enorme ao estado, que perderia a possibilidade de fazer empréstimos e financiamentos, bem como todas as transferências voluntárias da União.

Qual o seu maior desafio perante a gestão de um estado que tem uma capital desenvolvida e um interior com grandes dificuldades de desenvolvimento?

É um grande desafio e, ao mesmo tempo, algo que me deixa entusiasmado porque posso contribuir

para mudar essa realidade. Estamos no maior estado do Brasil em termos territoriais, com a maior cobertura florestal preservada da Amazônia e com imensas riquezas naturais. E o que tenho defendido é que toda essa riqueza se transforme em melhor qualidade de vida para os homens e mulheres que vivem no interior, que são os principais responsáveis por preservar nossa floresta. Defendo isso em todos os fóruns de que participo, dentro e fora do país, para que o homem da floresta seja prioridade na política de desenvolvimento sustentável. E não é só no discurso essa defesa. Nosso governo tem trabalhado em políticas e ações que têm como prioridade o desenvolvimento de novas matrizes econômicas, como a bioeconomia, com o aproveitamento dos recursos naturais de forma responsável, gerando emprego e renda para nossos habitantes. Os desafios são enormes porque precisamos resolver problemas históricos, como a falta de regularização fundiária e de infra-estrutura adequada.

Para garantir o funcionamento do estado, o senhor provocou uma reforma administrativa. Em relação a isso, que exemplos o Amazonas dá aos demais estados?

Construímos essa reforma administrativa com muito diálogo com a Assembleia Legislativa e também a partir de diagnósticos que fizemos da eficiência da máquina. O que buscamos foi otimizar o gasto público para, naturalmente, melhorar o atendimento ao cidadão que precisa dos serviços do governo. Reduzimos o número de secretarias, fazendo a fusão de estruturas para otimizar os recursos, e também criamos um novo modelo de governança, para ter a garantia de que o que estamos planejando, colocando como meta, realmente aconteça. Essa fusão de secretarias levou em consideração fatores como a otimização de serviços e rotinas administrativas da mesma natureza, por diferentes órgãos, resultando em diminuição de gastos desnecessários. O que fizemos foi priorizar o princípio da eficiência, para que a gente possa chegar aos resultados esperados com o menor custo possível. Essa reforma entrou em vigor em outubro do ano passado e ainda estamos ajustando essas mudanças, sem que o governo pare. Estamos trabalhando e, ao mesmo tempo, construindo uma administração com a marca da modernidade.

Os servidores do Amazonas e pensionistas terão que se recadastrar em 2020. Qual sua expectativa em relação a esse trabalho?

A expectativa é de que esse trabalho nos traga um retrato mais preciso do nosso quadro de servidores. São informações essenciais para que o estado melhore a gestão de pessoal e possa entregar melhores resultados para a população. Esse trabalho também é importante para outra iniciativa nossa, que é a realização de uma auditoria na folha de pagamentos do estado, algo que nunca foi feito, mas que é imprescindível para identificarmos a conformidade dessa folha, corrigir possíveis distorções e alcançar economia com eficiência.

Os gestores do Amazonas defendem o modelo Zona Franca por questões econômicas e de manutenção da floresta. Qual o seu discurso para ter o apoio de outros estados na defesa desse modelo?

Tenho dito que, durante muito tempo, não se priorizou o desenvolvimento de outras matrizes econômicas, o que deixou o Amazonas refém da Zona Franca de Manaus, o que torna urgente a necessidade de criarmos novas alternativas para desenvolver a economia do estado. Também não houve a preocupação de mostrar para o mundo os indicadores positivos sobre a Zona Franca de Manaus, o papel econômico, ambiental e social que este modelo de desenvolvimento regional desempenha. Temos o dever de mudar isso e a participação de todos nesse processo é fundamental. Hoje já temos importantes estudos sobre os impactos positivos do modelo Zona Franca sendo realizados. Um dos mais recentes foi feito pela Fundação Getúlio Vargas, chamado Zona Franca de Manaus – Impactos, efetividade e oportunidades. Este estudo é importante para comprovar que a Zona Franca não pode ser considerada um paraíso de incentivos fiscais, uma vez que a renúncia fiscal do modelo hoje representa 8,5% do que é renunciado de impostos no país, enquanto a do Sudeste está na casa dos 52%. Isso sem contar que, para cada real gasto para manutenção do modelo, mais de um real, variando entre 1,14 a 3,03, retorna em renda para a região. Nosso pólo industrial gera aproximadamente 500 mil empregos diretos e indiretos, sem contar o ganho ambiental, que também é inegável, pois mantemos mais de 97% da nossa floresta preservada. ●



REFORMA DA PREVIDÊNCIA: É NECESSÁRIO DAR CONDIÇÕES PARA PROVER ESSE DIREITO

Não é novidade que o dinheiro arrecadado pelas contribuições previdenciárias não é suficiente para sustentar as aposentadorias existentes hoje no país. A longevidade dos brasileiros deixa o fechamento dessa conta ainda mais complexo. Esse foi o impacto econômico do aumento da expectativa de vida sobre a Previdência.

Se a reforma não tivesse sido aprovada, tornar-se-ia cada vez mais oneroso fechar essa conta, posto que os déficits vêm aumentando anualmente. A reforma permite diminuição de gastos públicos e cria um ambiente favorável para redução de impostos. Para que o direito à aposentadoria permaneça garantindo o bem-estar, é necessário

que existam, também, condições de prover esse direito, por isso a reforma é tão fundamental.

No geral, objetivando acompanhar a majoração da expectativa de vida, a reforma fixa uma idade mínima de aposentadoria de 65 anos para o homem e de 62 anos para a mulher, a serem observados concomitantemente aos demais requisitos, em relação aos trabalhadores civis e aos servidores públicos.

A Constituição Federal traz regras gerais de repetição obrigatória pelos demais entes federativos. Além disso, à União compete traçar regras gerais que devem ser observadas pelas legislações estaduais, municipais e distritais.

Neste sentido, enquanto a PEC Paralela nº 133/2019



não finaliza seu processo legislativo, os estados já se antecipam e fazem ajustes legislativos necessários para se adequar ao que já foi aprovado.

A Portaria nº 1.348, do Ministério da Economia, estabeleceu 31 de julho de 2020 como prazo final para que estados e municípios demonstrem adequação às regras estabelecidas na Emenda Constitucional nº 103/19 (Reforma da Previdência) e da Lei Federal nº 9717/98.

Dentre outras, em obediência ao art. 3º da Lei nº 9717/98, todos os estados precisam estabelecer uma alíquota mínima de 14% (quatorze por cento). O Amazonas já efetuou o ajuste, de sorte que, respeitada a noventena, a partir de abril, passa a vigorar a nova contribuição para os servidores estaduais.

Na ocasião, o Amazonas era um dos 17 estados com alíquota inferior a 14% (quatorze por cento), posto que praticava até então a alíquota de 11% (onze por cento). Outros seis já tinham alíquota superior ao percentual mínimo.

Para os militares estaduais, por outro lado, houve uma redução da contribuição até então praticada, haja vista a determinação da Lei nº 13954/19 que vinculou a todos os militares, inclusive estaduais, a alíquota de 9,5% (nove e meio por cento) neste ano de 2020.

“A reforma fixa uma idade mínima de aposentadoria de 65 anos para o homem e de 62 anos para a mulher, a serem observados concomitantemente aos demais requisitos, em relação aos trabalhadores civis e aos servidores públicos”

Há ainda muitos caminhos a serem trilhados e providências a serem adotadas objetivando a viabilização e proteção dos fundos previdenciários e a minimização dos déficits, o que garantirá, ao mesmo tempo, resguardo ao Erário e a certeza de bem-estar, paz e dignidade na inatividade aos nossos servidores. ●

Inês Carolina Simonetti é secretária de Estado de Administração e Gestão do Amazonas.





BAHIA NA DIANTEIRA DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

PLATAFORMA DE SERVIÇOS ON-LINE DO GOVERNO BAIANO, O SAC DIGITAL VIRA REFERÊNCIA EM ARQUITETURA DE SISTEMAS PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A boa notícia saiu no final de janeiro deste ano. O Grupo de Trabalho de Transformação Digital (GTD.GOV) – instituído pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) – foi o único projeto do Brasil a vencer o Prêmio Global para Serviços Públicos em 2019, ganhando o título de Time do Ano na categoria Digitalização de Serviços Públicos.

A premiação é promovida pela Apolitical, uma das maiores instituições de apoio a governos no mundo. Vencedor por votação popular, o Grupo de Trabalho une gestores e técnicos de 20 governos estaduais e distrital do Brasil. Para o governo baiano, no entanto, a vitória teve sabor especial. É que o GTD.GOV adota como referência para projetos de transformação digital na administração pública o modelo de arquitetura de sistema de uma plataforma baiana, o SAC Digital.

TEXTO E FOTOS: ASCOM

Utilizado pelos cidadãos baianos desde julho de 2018, o SAC Digital unifica os serviços digitais do Estado em um único portal e aplicação mobile. No momento da elaboração desta matéria, a ferramenta já tinha mais de 498 mil usuários cadastrados e disponibilizava 311 tipos de serviços de agendamento on-line, além de 19 serviços inteiramente em meio digital. E a perspectiva é de crescimento: a meta da equipe do SAC Digital é oferecer, a cada ano, mais 60 novos serviços.

DIFERENCIAL

Mas não foi o número de serviços oferecidos que transformou a iniciativa baiana em referência nacional. “O diferencial da nossa plataforma é o grau de integração da sua arquitetura”, explica o diretor da Transformação Digital, Anderson Barbosa, da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Saeb).

“Mais do que oferecer serviços digitais de forma única e concentrada, nós criamos um canal de aproximação do estado com o seu cidadão”, completa a gerente de soluções estratégicas da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (Prodeb), Kátia Argolo.

O SAC digital usa softwares de Customer Relationship Management (CRM) para obter informações sobre os seus usuários, aprender com o seu comportamento e interagir com ele, oferecendo facilidades, de forma pró-ativa. “A ferramenta tem condições, por exemplo, de avisar ao cidadão que a sua carteira de habilitação irá vencer e, ao mesmo tempo, lembrá-lo da data da vacinação do seu filho”, conta Kátia Argolo.

Em paralelo, recursos de Business Intelligence (BI) – em português, Inteligência de Negócios – permitem ao Estado cruzar informações constantes de bancos de dados de diferentes órgãos, para permitir a geração de estatísticas úteis para tomada de decisões gerenciais e a formulação de políticas públicas.

DOCUMENTOS

Outro diferencial do SAC Digital é o fato de funcionar como plataforma on-line para agendamento dos serviços oferecidos pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC). O modelo de atendimento pioneiro nos anos 1990 reúne 75 unidades de atendimento na capital e interior do estado, que oferecem serviços como emissão de Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho.

Em outubro do ano passado, o cidadão baiano foi apresentado ao RG Expresso, serviço que permite reimprimir o documento de identidade emitido há no máximo dois anos. Com a solução, não é mais necessário ir até a unidade para requerer o serviço. A

solicitação é feita por meio do aplicativo móvel ou portal e o usuário só precisa ir buscar em até cinco dias úteis após o pagamento da taxa.

Em dezembro foi a vez do lançamento da Central de Atendimento e Cobrança da Procuradoria Geral do Estado da Bahia. No ambiente virtual, os contribuintes com dívidas de IPVA consultam o valor do débito e emitem os DAEs para pagamento de forma prática e ágil.

Já no início de fevereiro deste ano foi lançada a Carteira de Trabalho Digital (CTPS Digital). A iniciativa do governo federal, que reúne informações trabalhistas em um ambiente on-line, passou a estar disponível também no portal e no aplicativo SAC Digital, sem custo algum para o usuário.

MATRÍCULA DIGITAL

Um dos serviços de maior impacto até agora, no entanto, foi a realização de matrículas na rede estadual de ensino. Este ano, pela primeira vez, a população baiana pôde realizar o procedimento sem sair de casa. A resposta da população foi imediata. Em um único dia foram feitos mais de 28 mil cadastros de novos usuários. “Em poucos minutos fiz a matrícula de meu filho no celular e recebi a confirmação por e-mail. Esse modelo é muito melhor do que ter que ir até a escola”, opinou o segurança patrimonial Gildo Sena, 49 anos.

Para este ano, a equipe do SAC Digital – em parceria com órgãos estaduais – já prepara outras novidades. Em breve, os alunos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) poderão solicitar o aproveitamento de atividades complementares e impressão de diploma pela ferramenta. E isto é só o começo. “A digitalização de serviços públicos traz um potencial enorme de vantagens para o cidadão e para o estado, do ganho de tempo à redução dos custos”, resume Anderson Barbosa.



FERRAMENTA TEM MAIS DE 498 MIL USUÁRIOS CADASTRADOS



PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO: UMA POLÍTICA TRANSFORMADORA

A atual gestão do governo do estado baiano criou importantes programas, projetos e ações voltados para jovens, estudantes e pessoas de baixa renda. São iniciativas que ampliam horizontes, expandem o conhecimento dos beneficiados, possibilitam a troca de saberes e muito aprendizado. A criação do Programa Primeiro Emprego, em 2016, é uma das grandes entregas para os baianos nos últimos anos, ao oportunizar a inserção de jovens e adolescentes no mundo do trabalho.

O programa Primeiro Emprego destaca-se por vários motivos: pela abrangência no estado, pela quantidade de jovens e adolescentes participantes, pela forma que é gerido e pelo impacto social. Configura-se como uma política transformadora, permitindo que os profissionais estejam sempre alocados em funções atinentes à sua formação técnica e categoria profissional.

Regulamentado pela Lei Estadual nº 13.459/2015, o Primeiro Emprego está presente em 177 municípios baianos, tendo contratado, desde a sua criação, 7.253 egressos do ensino técnico da rede estadual de educação profissional, com a atuação em 53 órgãos



estaduais. Deste total, 538 já passaram por diversos setores da Secretaria da Administração, na qual, atualmente, há 310 profissionais em atividade, a maior parte na Rede SAC.

A execução do programa é gerida por um comitê gestor, composto por cinco secretarias de estado (Trabalho e Emprego, Educação, Administração, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Rural), além da Casa Civil. E a intermediação dos profissionais é realizada exclusivamente pelo Sistema Nacional de Emprego na Bahia, o SineBahia. Os contratos têm duração de um ano e podem ser renovados por mais um ano. O investimento do governo com o programa já atingiu a cifra de R\$ 274,9 milhões, no acumulado desde a sua criação.

Ao criar o Primeiro Emprego, a Bahia instituiu uma política, com planejamento, atos normativos, orçamento e gestão, para garantir o fortalecimento da educação profissional da sua rede e assegurar uma inclusão sócio-produtiva da juventude de baixa renda. A iniciativa é viabilizada por meio de contratos com a Fundação Luis Eduardo Magalhães (FLEM) e a Fundação Estatal de Saúde da Família (FESFSUS).

Um aspecto positivo é que o programa se caracteriza por integrar políticas: trabalho, educação e gestão pública. Ele também estimula o protagonismo estudantil, de modo que os selecionados garantem suas vagas por meio do seu mérito e desempenho escolar. Um processo totalmente impessoal e que considera as melhores notas dos estudantes. Ao serem contratados, eles têm direito a carteira assinada, férias, vale-transporte, tíquete-refeição e plano de saúde.

Na matriz de responsabilidade do programa, o egresso, além de executar suas atividades, é preparado para propor melhoria nos processos de trabalho. E está sujeito a um acompanhamento, monitoramento e avaliação do seu desempenho com base na metodologia de aprendizagem baseada em processo.

Os trabalhos em destaque desenvolvidos pelos profissionais do programa já foram, inclusive, apresentados em uma exposição itinerante, que percorreu órgãos estaduais situados no Centro Administrativo da Bahia (CAB). Estes trabalhos também foram apresentados no I Seminário de Inovação e Projetos de Melhorias do Programa Primeiro Emprego, em outubro do ano passado.

Essa amostragem dos projetos em destaque corresponde a submetas contratuais em que os beneficiários precisam apresentar propostas de melhorias de acordo com o seu campo de atuação, isto é, eles elaboram os projetos e pensam em formas de

“O Primeiro Emprego amplia o direito de jovens e adolescentes se inserirem no mundo do trabalho. Gera possibilidades, viabiliza que eles construam uma vida com mais oportunidades”

melhorar os trabalhos executados nos órgãos/setores onde estão lotados.

Outro aspecto importante são os relatórios de retroalimentação dos cursos técnicos de nível médio. Ao longo dos seus dois anos de atuação, o profissional participa de um programa de aperfeiçoamento com a realização de quatro cursos na modalidade EAD, em um total de 160 horas/aula. O objetivo é aprofundar a sua qualificação profissional. O que o programa espera é ampliar a capacidade de inserção no mundo do trabalho do egresso a partir da sua atuação nos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

Uma grande sacada do Primeiro Emprego é ter o espaço público dos órgãos como uma grande escola, estimulando o aprendizado, a inovação e retroalimentando os cursos técnicos. Uma pesquisa com os jovens do programa observou que 32% estão prosseguindo os seus estudos em universidades e que 83% consideram a renda obtida pelo programa como fundamental para o seu ingresso e permanência no curso superior.

O Primeiro Emprego amplia o direito de jovens e adolescentes se inserirem no mundo do trabalho. Gera possibilidades, viabiliza que eles construam uma vida com mais oportunidades. Além disso, motiva-os a continuar no caminho dos estudos, ampliando os seus conhecimentos. O programa reúne histórias de superação, pessoas advindas de escolas públicas e de bairros periféricos que enfrentam todos os tipos de dificuldade e, mesmo assim, não desistem dos seus sonhos. Muitos desses jovens são efetivados pelo seu empenho pessoal, pela sua determinação. Eles se destacam nessa primeira experiência profissional e o seu compromisso no trabalho é o diferencial. ●

Edelvino Góes é secretário da Administração do estado da Bahia



CEARÁ INICIA PACTUAÇÃO DE COMPROMISSOS PARA ACORDO DE RESULTADOS

INSTRUMENTO GERENCIAL CONTÉM AS PRIORIDADES DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS ESTADUAIS PARA 2020, NO ÂMBITO DO MODELO DE GESTÃO PARA RESULTADOS

A Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag) do Ceará iniciou o processo de pactuação de compromissos que deverá apresentar como produto final o Acordo de Resultados 2020, instrumento gerencial que contém as prioridades das secretarias e dos órgãos estaduais, no âmbito do modelo de Gestão para Resultados.

Três reuniões foram realizadas por meio da Célula de Gestão para Resultados da Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Na última, no dia 13, foram apresentados e discutidos o Painel de Monitoramento e o resultado da avaliação do Acordo de Resultados de 2019, bem como os programas do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 e o anexo de

TEXTO E FOTOS: ASCOM SEPLAG/CE

Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com o objetivo de subsidiar a elaboração do Acordo de Resultados para 2020.

A pactuação visa a definir e contratualizar os principais compromissos setoriais, traduzindo-os em objetivos prioritários, indicadores, iniciativas, entregas e metas. Esse modelo vem sendo implementado há três anos, o que possibilitou o seu aprimoramento contínuo, até chegar ao formato proposto para 2020, visando a promover um maior alinhamento do Acordo de Resultados aos outros instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Até o dia 21 de fevereiro, todos os secretários e demais gestores das 16 secretarias finalísticas do estado receberão a equipe da Célula de Gestão para Resultados.

GESTÃO POR RESULTADOS

O modelo de avaliação dos Acordos de Resultados foi apresentado pelo Grupo Técnico de Gestão por Resultados (GTR) ao secretário do Planejamento e Gestão e presidente do Comitê de Gestão por Resultados e de Gestão Fiscal (Cogerf), Flávio Jucá. O objetivo do grupo é estabelecer um processo de assessoramento técnico e continuado ao Cogerf em assuntos relacionados ao desempenho de programas, à gestão institucional e ao cumprimento de metas e resultados governamentais.

Para tanto, o GTR vislumbrou uma oportunidade em unir esforços ao trabalho de monitoramento e

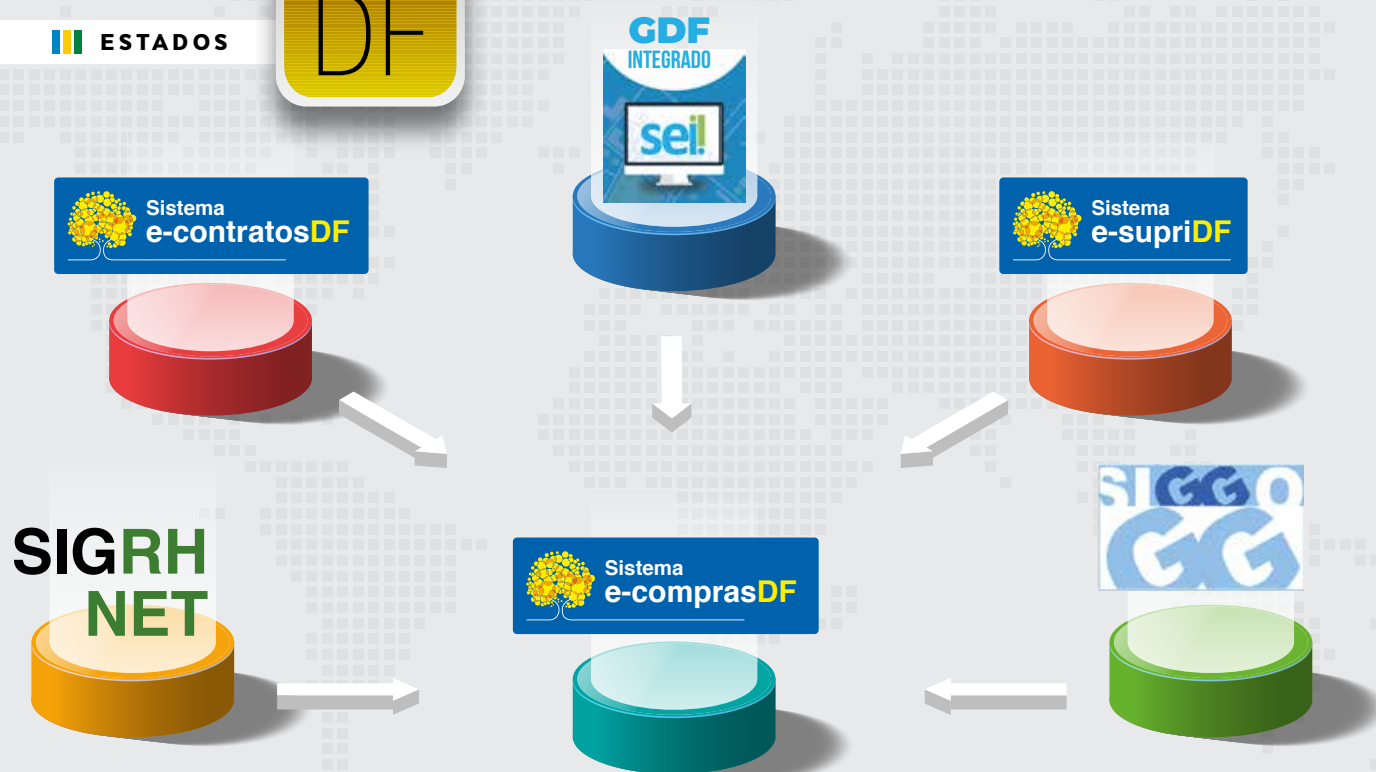
avaliação dos Acordos de Resultados que vêm sendo implementados pela Célula de Gestão para Resultados da Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão da Seplag.

A dinâmica do trabalho do GTR consiste em apresentar mensalmente ao Cogerf o Balanço de Monitoramento e o Painel de Avaliação dos Acordos de Resultados, de modo a proporcionar a tomada de decisão baseada em evidências. Por orientação do secretário da Seplag, a proposta será apresentada posteriormente aos demais membros do Cogerf.

O Cogerf tem como propósito assessorar o governador do estado, definir diretrizes e estabelecer medidas a serem seguidas pelos órgãos que integram a administração estadual. É composto pelos secretários do Planejamento e Gestão; da Fazenda; da Casa Civil; da Controladoria e Ouvidoria Geral e do procurador geral do estado. Por sua vez, o GTR é composto por técnicos representantes da Casa Civil, CGE, Sefaz e Ipece, sendo coordenado pela Seplag. ●

A pactuação visa a definir e contratualizar os principais compromissos setoriais, traduzindo-os em objetivos prioritários, indicadores, iniciativas, entregas e metas





DISTRITO FEDERAL APERFEIÇO A GESTÃO DE COMPRAS PÚBLICAS

PLANEJAMENTO, LICITAÇÕES, FISCALIZAÇÃO E PAGAMENTOS SERÃO ACOMPANHADOS EM TEMPO REAL. INICIATIVA DEVERÁ MELHORAR BASTANTE A QUALIDADE DO GASTO DE DINHEIRO PÚBLICO

A té 31 de março próximo, o Governo do Distrito Federal (GDF) dará um passo fundamental para modernizar o ciclo de compras públicas e aperfeiçoar a gestão de sua cadeia integrada de suprimentos, melhorando a qualidade do gasto público. Nesta data, por força do Decreto nº 40.447/2020, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal deverá disponibilizar integralmente o Sistema de Gestão de Contratos (e-Contratos/DF) de seu Programa de Gestão de Compras Governamentais para todos os órgãos e entidades da administração pública distrital.

Composto por um módulo administrativo (já em operação) e outro de faturamento (em fase de testes), o e-Contratos/DF permite o gerenciamento online dos contratos firmados. Atualmente, o e-Contratos/DF possui 3.590 cadastrados.

O mesmo decreto estabelece ainda que o pagamento das obrigações contratuais assumidas por

órgãos e entidades estará condicionado ao cadastramento e atualização do instrumento contratual no e-Contratos/DF; institui que o não cadastramento dos contratos, termos aditivos, apostilamentos e termos de rescisão implicará em responsabilização das autoridades; e fixa o dia 28 de fevereiro como data-limite para cadastramento dos ajustes em vigor.

INTELIGÊNCIA DE COMPRAS

O Programa de Gestão de Compras Governamentais tem como propósito modernizar o modelo de compras governamentais do GDF e garantir sua melhoria contínua. Dessa forma, foi iniciado o desenvolvimento e implantação de três sistemas corporativos:

Sistema de Gestão de Compras (e-Compras/DF), que se encontra em fase de testes e, a partir do segundo semestre deste ano, permitirá o gerenciamento online dos procedimentos licitatórios;

Sistema de Gestão de Contratos (e-Contratos/DF), cujo módulo administrativo já está em operação, e o módulo faturamento será disponibilizado em 31 de março, permitindo o gerenciamento online dos contratos firmados; e Sistema de Gestão de Material (e-Supri/DF), para gestão online dos materiais adquiridos, que se encontra em fase de desenvolvimento.

“Não resta dúvida quanto à importância das compras governamentais para a Administração Pública, pois elas constituem fator decisivo para o equilíbrio fiscal e a manutenção da capacidade de investimento estatal”, explica Juliano Pasqual, secretário executivo de Gestão Administrativa da Secretaria de Economia do DF. “O que buscamos é o acompanhamento da chamada trilha do gasto público. Para além da simples realização e acompanhamento de licitações, precisamos evoluir no que diz respeito ao planejamento dessas compras e à correta utilização dos recursos públicos”.

FOCO NO PLANEJAMENTO

Apesar de possuir módulo próprio para realização de sessão pública de licitações, o sistema e-Compras/DF, que entrará em operação no segundo semestre, não se limita à realização dessa atividade. Ele foi desenvolvido para ir além, automatizando a fase de planejamento da compra: inicia-se com a previsão da necessidade e a consolidação de demandas; passa pela pesquisa de mercado; auxilia a elaboração do Termo de Referência, a execução da licitação, a homologação; é base para a formação de um de banco de dados útil na elaboração e controle de atas de registros de preços, gerenciamento de fornecedores e de pagamentos.

O Sistema e-Compras/DF também comportará o cadastro local de fornecedores, visando ao fomento da economia do Distrito Federal. E, nos casos em que a lei determina a aplicação, a distribuição em cotas reservadas ou itens exclusivos para micro ou pequenas empresas, essas exigências serão aplicadas automaticamente.

CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

Com a entrada em operação do Sistema e-Contratos em sua totalidade, órgãos e entidades da administração pública distrital se vêm obrigados a prestar informações não só em benefício da transparência dos atos públicos, mas sob pena de não conseguirem realizar seus pagamentos.

A funcionalidade de pesquisa de mercado, por exemplo, estará integrada à base de Notas Fiscais Eletrônicas (NFEs) do Distrito Federal. O sistema fornecerá uma interface por meio da qual será possível consultar, filtrar e selecionar preços compatíveis encontrados nas NFEs, além de apurar um valor estimado mais de acordo com a realidade da economia local.

Além de integrar-se a todo o ciclo de vida das operações de contratações, o e-Contratos/DF opera em linha com os principais sistemas estruturantes do GDF: Sistema de Recursos Humanos (SIGRH); Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO); e Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

O módulo faturamento, que entrará em operação até 31 de março, permitirá aos usuários – em adição às ações de cadastramento dos contratos, controle de suas garantias, aditivos e apostilamentos – o acompanhamento da execução contratual, fiscalização, emissão de ordens de serviço, atesto de notas fiscais e quitação de contratos.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Recentemente, o GDF abraçou a transformação digital conduzida pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia e, acreditando na proposta de reforço da forma federativa de organização política, administrativa e financeira patrocinada pelo ministro Paulo Guedes, iniciou a integração e disponibilização de serviços públicos à população e aos servidores do DF, inclusive com senha única para acesso a serviços distritais e federais.

“É o GDF, na pessoa de Ibaneis Rocha, alinhando-se às políticas nacionais de reforço da prestação de serviços e de redução do tamanho do Estado, com transparência e economia”, afirma o Secretário de Economia do Distrito Federal, André Clemente. ●



UM NOVO TEMPO TRAZ NOVOS DESAFIOS

A crise financeira impôs ao mundo a urgência de se reorganizar, de repensar o futuro e o presente, de questionar os modelos sociais. O problema é que, entre nós, brasileiros, ainda prevalece a arraigada percepção de que políticas relativamente simples são suficientes para resolver boa parte dos problemas macroeconômicos.

Um novo tempo traz novos desafios. Se aos estados e municípios não compete dispor sobre a oferta de moeda em circulação e nem sobre o preço da moeda nacional em relação às outras moedas estrangeiras, resta-nos o *front* da política fiscal, por meio da qual utilizamos os gastos públicos e tributos como variáveis de controle para alcançar e manter a estabilidade econômica, redistribuir renda e alocar recursos.

Os instrumentos de planejamento ganharam novas perspectivas, possibilitando não apenas a organização de ações para agregar valor aos resultados almejados, mas propiciando condições para a adoção de uma gestão estratégica eficiente e eficaz.

Ciente de que a entrega eficiente de serviços à sociedade requer a busca incessante de medidas que aliam custo e benefício, o Governo do Distrito Federal tem buscado soluções capazes de otimizar os recursos públicos, por meio da priorização de projetos que possibilitam o desenvolvimento econômico, ao tempo em que promovem o aumento das receitas distritais.

Esse desafio tem impulsionado a gestão do Distrito Federal no caminho da modernidade e inovação. Centenas de ações foram levadas a efeito nos últimos 12 meses, com destaque nos segmentos de infraestrutura, saúde, educação, desenvolvimento econômico e social, mobilidade e transporte.

À frente dessas ações, o governador Ibaneis Rocha tem destacado que “a melhoria é um processo contínuo e constante, a ser sempre aprimorado”. Sua determinação é no sentido de que não há espaço para postergação ou paralisações. E, para que tudo isso seja possível, o desempenho das contas públicas requer planejamento, análise, monitoramento e ajustes.



O Governo do Distrito Federal veio para dar qualidade de vida à população e tem utilizado adequadamente todo o arcabouço e procedimentos inerentes às finanças com ampla articulação nacional (Fórum dos Governadores, Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Ministérios).

Nesse sentido, as publicações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (DODF, 29.01.2020) e do Relatório de Gestão Fiscal (DODF, 30.01.2020), referentes ao exercício de 2019, trouxeram boas notícias com relação à melhora dos indicadores fiscais do Governo do Distrito Federal.

No balanço orçamentário de 2019, o confronto entre receitas e despesas previstas com as realizadas revela superávit de R\$ 217,5 milhões frente a um déficit de R\$ 64 milhões em 2018.

Arrecadou-se R\$ 217,5 milhões a mais do que se executou de despesas em 2019. E isso se refletiu favoravelmente nos índices verificados. A começar pelo resultado primário, que indica a consistência entre as metas de política macroeconômica e a sustentabilidade da dívida, ou seja, da capacidade do governo de honrar seus compromissos. Ao fecharmos o exercício de 2019, a diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros, apresentou superávit de R\$ 175 milhões. Em 2018, registrara-se déficit de R\$ 378 milhões como resultado primário.

Importa ressaltar que ambos os resultados (de 2018 e de 2019) foram apurados considerando-se as alterações inseridas desde a 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais do Tesouro Federal.

Outro resultado importante que reflete uma melhora na condução do resultado financeiro do Distrito Federal foi a disponibilidade líquida de caixa quando comparada ao exercício anterior. Se, em 2018, os ativos de alta liquidez (numerário e outros valores em tesouraria, disponibilidade financeira em bancos e aplicações financeiras) menos obrigações contraídas e restos a pagar apresentaram saldo negativo de R\$ 946 milhões, em 2019 essa conta devedora caiu para R\$ 629 milhões.

A melhora nesse indicador aponta uma movimentação do Governo do Distrito Federal na direção do atingimento da CAPAG “A”. Espécie de rating calculado e divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, a CAPAG classifica a capacidade de pagamento do ente subnacional em níveis (“A”, “B” ou “C”), os quais são determinados por critérios técnicos que definem se é possível, a este ente, pleitear financiamento ou garantia por parte da União. Hoje, o Distrito Federal tem CAPAG “C”.

“O Governo do Distrito Federal tem buscado soluções capazes de otimizar os recursos públicos, por meio da priorização de projetos que possibilitam o desenvolvimento econômico”

Os resultados obtidos em 2019 indicam, contudo, não somente a correção das medidas de ajuste adotadas. Sinalizam, também, a necessidade de manter rígido controle.

Os gastos com pessoal continuam apontando para um cenário de atenção. A despesa total de pessoal apurada para fins de comparação com a Receita Corrente Líquida (RCL) atingiu o patamar de 43,54%. Em 2018, esse indicador, ao final do exercício, era de 43,46%. Há, portanto, que se estar alerta em relação ao limite prudencial de 46,55% e ao limite máximo de 49%. Falta de controle poderá trazer sanções para o Distrito Federal.

O Ministério da Economia desempenha um eficaz papel ao definir a agenda econômica do país, tendo como premissas o reforço do Federalismo, a descentralização e a desvinculação de recursos, a redução do tamanho do Estado, a transformação digital e a reforma do modo como os particulares pagam seus impostos.

A Reforma Administrativa, a Reforma Tributária, a Reforma dos Fundos, o Pacto Federativo e o Plano Mansueto constituem uma agenda que, implementada, mudará e beneficiará as atuais e futuras gerações.

Ganha ainda o Ministério na sua estratégia quando coloca à mesa governadores e secretários de Fazenda, de Administração, de Planejamento e de Orçamento para, juntos, escreverem e defenderem os textos.

Ao completar seu sexagésimo aniversário, nossa capital cobra sua renovação. Muito temos a realizar e como nos alerta o governador Ibaneis Rocha: não há espaço para postergação ou paralisações. Por isso, o Distrito Federal se coloca como anfitrião de todas as unidades da Federação, dada a sua proximidade física com o Poder Central. ●

André Clemente Lara de Oliveira é secretário de Economia do Distrito Federal



PITCH GOV.ES VAI PROPORCIONAR AOS CIDADÃOS DO ESTADO SERVIÇOS MELHORES

INICIATIVA PIONEIRA NO ESPÍRITO SANTO BENEFICIARÁ A POPULAÇÃO E DARÁ AO GOVERNO LOCAL A SOLUÇÃO PARA OS DESAFIOS QUE ENFRENTA

TEXTO: LÍVIA FRANCEZ (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO/SEGER ES)



Solução dos desafios da gestão pública em benefício do cidadão e do governo, com ajuda de *startups*. Este é o objetivo do Pitch Gov.ES, programa do estado do Espírito Santo, coordenado pela Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger), que propõe procedimentos para apresentação, análise e teste de soluções inovadoras que contribuam para a superação de problemas apresentados à iniciativa privada.

O embrião da ideia do Pitch Gov.ES surgiu quando se começou a pensar em formas de envolver o ecossistema de inovação, as *startups* e, principalmente, solucionar problemas de governo. Para isso, a equipe do Laboratório de Inovação na Gestão (Labges), da Seger, foi a campo e descobriu que o governo do estado de São Paulo tinha iniciado programa semelhante – um concurso de inovação aberta, que pretende, por meio do lançamento de desafios, provocar as *startups* a apresentarem soluções tecnológicas. O governo paulista enfrentou dificuldades para contratar as empresas, apesar de terem passado pelo

processo de seleção, apresentação dos desafios, fase de testes e validação.

Com base na experiência paulista, a equipe do Labges/Seger fez uma pesquisa nacional que apontou não haver referências para este tipo de contratação. As *startups* já valorizam o processo de testes e validação do Poder Público, já que saem dele com o Atestado de Capacidade Técnica para o serviço que oferecem e, assim, com a solução desenvolvida e com a capacidade de realização atestada, conseguem ser contratadas por meio de licitação. No entanto, enquanto a solução ainda é um risco tecnológico – ou seja, em tese, não existe –, há dificuldade em contratar.

PARCERIA

Para evoluir na construção do modelo, a Seger queria dar um passo além e conseguir contratar ou, minimamente, apoiar a solução antes que ela existisse. Nesse contexto, o Labges/Seger submeteu a proposta de uma oficina à 4ª Semana de Inovação,



A secretária de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro, entre o governador do ES, Renato Casagrande (à esq.) e o diretor-presidente do Prodest, Tasso Lugon (à dir.), durante assinatura do decreto que institui o Pitch Gov.ES

em Brasília, para discutir a contratação de *startups* no governo, que foi aceita. Realizada a oficina, com massiva adesão, se abriu o caminho para construção de possibilidades com os participantes.

No retorno ao Espírito Santo, a equipe replicou a oficina, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado (PGE). Participaram do encontro atores de governo, academia, órgãos de controle interno e externo, além do ecossistema de inovação. A PGE

entendeu a importância do tema para a administração pública e elaborou a minuta do projeto de lei que culminou na Lei das *Startups* (Lei Complementar 929/2019).

Na Seger foi iniciada a construção do edital do Pitch Gov.ES, com debate acerca da forma de subvencionar recursos para que as *startups* pudessem desenvolver e testar as soluções e, principalmente, de que forma o governo poderia contratá-las depois do teste.

OFICINAS TEMÁTICAS

O que foi feito no estado para que o programa fosse bem-sucedido foi fortalecer a estrutura de testes, por meio da disponibilização de recursos – em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação no Espírito Santo (Fapes), que criou uma modalidade de subvenção específica para o projeto do Pitch Gov. ES, já estabelecendo as regras para eventual contratação pós-testes.

Além disso, uma série de oficinas temáticas foi realizada para discutir os desafios com todo o governo. A intenção era que os problemas propostos

pelos órgãos fossem legítimos e não hipotéticos. A mobilização foi setorizada com base no planejamento estratégico do governo do Espírito Santo nas áreas de Saúde; Educação; Infraestrutura e Mobilidade Urbana; Impacto Social e Cultura; Desenvolvimento Econômico Sustentável; Segurança Pública; e Gestão Pública.

“O propósito dessa primeira fase foi esclarecer aos gestores sobre o funcionamento do Pitch Gov.ES e orientá-los quanto à identificação dos desafios das áreas de atuação. Essa capacitação foi realizada pelo Labges com base num método inovador focado no usuário, chamado Design Thinking”, explica a secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro.

Foram mais de 200 desafios propostos nas oficinas e, para o modelo de governança do Pitch Gov.ES, foi instituído um Núcleo Gestor que envolve, além da Seger, o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest), a Secretaria do Governo (SEG) e a Fapes. O grupo fez a pré-seleção com base em uma tábua de critérios para priorizar até 50 desafios que, depois de selecionados, retornaram aos respectivos órgãos para detalhamento de atributos com vistas à inserção no edital. Dos 50, permaneceram os 43 desafios mais amadurecidos, incluindo um do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

O próximo passo é o lançamento do Edital de Chamamento Público do Pitch Gov.ES, previsto para março de 2020. Para a secretária Lenise, o lançamento é aguardado com grande expectativa pelo mercado, já que oferece benefícios para o cidadão, trazendo melhorias no serviço que utiliza; para o governo do estado, ao ter os desafios solucionados; para as próprias *startups*, que terão investimentos em suas propostas e oportunidade de obter visibilidade no mercado; e para o ecossistema de inovação, que ganha estímulo para o crescimento.

LEI DAS STARTUPS

Sancionada em novembro de 2019, a Lei Complementar 929/2019 estabelece instrumentos e procedimentos visando ao fomento às parcerias entre o estado do Espírito Santo e as entidades privadas de inovação tecnológica regional. Inspirada no Marco Legal das *Startups*, a norma vai além do projeto ainda em discussão em âmbito federal e é pioneira em propor a normatização do tema no país. Em 2020, a equipe do Labges/Seger e a PGE seguem atuando juntas para a construção colaborativa da



“O propósito dessa primeira fase foi esclarecer aos gestores sobre o funcionamento do Pitch Gov.ES e orientá-los quanto à identificação dos desafios das áreas de atuação”

Lenise Loureiro

secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos

regulamentação desse marco legal, com nova mobilização dos entes interessados.

A Lei confere segurança jurídica para que o estado possa contratar empresas emergentes e, ainda, incentivar a inovação no âmbito da administração. “O governo do Espírito Santo inovou também na sanção da lei, a primeira do país que permite ao Poder Público firmar contratos com *startups*. Além da modernização, o estado se destaca no papel de estimular e fomentar esse segmento, que desponta como importante via de desenvolvimento econômico e social”, completa a secretária Lenise Loureiro. ●

GOIÁS ECONOMIZA E BENEFICIA SERVIDORES COM NOVO ESTATUTO

INICIATIVA MODERNIZA A GESTÃO PÚBLICA E RESULTARÁ EM UMA ECONOMIA DE R\$ 1,7 BILHÃO PARA OS COFRES DO ESTADO ATÉ 2025

TEXTO E FOTOS: ASCOM SEAD (GO)

A inovação tornou-se um elemento primordial para melhorar os serviços públicos prestados à sociedade, um dos principais eixos da gestão do governador Ronaldo Caiado. Com esse propósito, um grupo intersecretarial, composto pela Secretaria de Estado de Administração (Sead), Procuradoria-Geral, Casa Civil e Controladoria, liderado pela Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Sead), analisou o rol de normativas vigentes e elaborou o

Novo Estatuto do Servidor, que foi aprovado e instituído pela Lei nº 20.756/20.

As normas que estavam em vigor já datavam de mais de 30 anos e foram elaboradas antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988. Por isso, a necessidade de modernizar, remodelando conceitos e regras de forma a torná-los mais compreensíveis e alinhados às demandas atuais, garantindo direitos constitucionais e eliminando idiosincrasias anacrônicas.



CONFIRA ALGUNS DOS AVANÇOS:

LICENÇA-MATERNIDADE

- **Como era:** licença de 180 dias para gestante e adotante de criança de até 12 anos.
- **Novo Estatuto:** licença de 180 dias para gestante e adotante de criança ou de adolescente. E o descanso para amamentação passará a ser concedido até os 12 meses da criança. Nos casos de adoção, sendo ambos servidores públicos, um

pode optar pela licença-maternidade e o outro pela licença paternidade. Em situação de falecimento ou abandono da mãe, o pai servidor poderá solicitar o período restante da licença-maternidade. Todas as alterações promovem a saúde da criança e proteção à família.





JORNADA DE TRABALHO

- **Como era:** não havia previsão de flexibilização de carga horária;
 - Servidores que recebiam até dois salários mínimos trabalhavam seis horas;
 - Sem previsão de teletrabalho;
 - Sem previsão de Banco de Horas.
- **Novo Estatuto:** permite que o servidor efetivo com jornada de oito horas diárias, exclusivamente a seu pedido, obtenha redução para seis horas, com proporcional desconto da remuneração; Jornada de oito horas para todos, o que provocará aumento de 65.250 (sessenta e cinco mil, duzentas e cinquenta) horas por semana, o equivalente ao acréscimo da força de trabalho de 1.631 (mil, seiscentos e trinta e um) servidores, sem impacto financeiro;
 - Previsão para o chefe do Poder Executivo regulamentar o teletrabalho e banco de horas com compensação.



LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO

- **Como era:** Chamada de licença-prêmio, concedida ao servidor uma licença de três meses a cada quinquênio trabalhado, com possibilidade de conversão em pecúnia.
- **Novo Estatuto:** Condicionar a licença mediante comprovação de participação em cursos de qualificação profissional, sem possibilidade de conversão em pecúnia. Medida visa a atualizar o servidor, gerando melhor eficiência no serviço público



LICENÇA POR MOTIVOS DE SAÚDE

- **Como era:** Inspeção presencial com médico da junta oficial.
- **Novo Estatuto:** Inclui a possibilidade de realizar perícia médica por videoconferência ou envio eletrônico de atestado médico/exames.





AFASTAMENTO PARA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (STRICTO E LATU SENSU)



- **Como era:** sem distinção clara de stricto e latu sensu, ausência de procedimentos para ato concessório.
- **Novo Estatuto:** Procedimentos definidos para pós-graduação latu e stricto sensu. Após o retorno, nova concessão somente após efetivo exercício pelo mesmo período do afastamento, compromisso de compartilhar os conhecimentos e previsão de ressarcimento em caso de desistência, reprovação ou pedido de exoneração.

PRINCIPAIS MODERNIZAÇÕES NA PARTE CORRECIONAL



Institui o Sistema de Correição do Poder Executivo com maior rigor na apuração e condenação nas transgressões disciplinares consideradas graves, com ênfase nos casos envolvendo crime contra a administração pública, lavagem de dinheiro, lesão aos cofres públicos, improbidade administrativa, crime doloso contra a vida, hediondo, dentre outros graves.

Inserção de Novas Transgressões Disciplinares: a) vedação às formas de discriminação em virtude de origem, idade, etnia, cor, gênero, estado civil, etc; b) ilícitos envolvendo conteúdo pornográfico, violento ou discriminatório; atividades impróprias ou prejudiciais a sistemas ou sítios eletrônicos públicos ou privados; violar sistemas ou disseminar vírus ou programas nocivos; c) asseverar a punição na ocorrência assédio sexual e/ou assédio moral, dentre outros.

Instituição da Sindicância Patrimonial, para apurar indícios de enriquecimento ilícito de servidor ou de evolução patrimonial incompatível com a remuneração ou subsídio por ele percebido.

Instituição de instrumentos de resolução consensual de conflitos: Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e Termo Circunstanciado Administrativo (TCA).

Alteração da data de contagem do prazo de prescrição de sorte a garantir maior prazo para processamento por parte da Administração Pública.

LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA



- **Como era:** Tempo total podendo chegar a 24 meses, sendo com vencimento integral até o 4º mês; perda gradativa até o 12º mês e sem vencimento do 13º até o 24º;
- **Novo Estatuto:** Máximo de 150 dias a cada período de 365 dias, sendo: os primeiros 60 dias COM remuneração e os 90 dias após o primeiro período, SEM remuneração.

LICENÇA PARA MANDATO CLASSISTA



Como era: limitado a cinco servidores por instituição, todos com remuneração.

Novo Estatuto: Após ato regulamentador, será no máximo três por instituição, sendo o número de afastados condicionado ao número de filiados, sem remuneração.

ECONOMIA



Além destas, outras alterações foram estabelecidas para deixar a redação da norma mais clara e orientar melhor aos gestores e servidores nos procedimentos de execução. Mais que atualizar as normas de acordo com a realidade atual, o Novo Estatuto promove uma economia de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão aos cofres do estado até 2025.

BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA

SEAD/GO



O novo ComprasNet evidencia o comprometimento do governo de Goiás com a transparência e com a racionalização na aplicação dos recursos públicos

Qual o diferencial do inventário 2019 em relação aos anos anteriores?

Nas gestões anteriores, o levantamento era realizado sem a devida atenção e apoio, com evidente falta de pessoal, controle e gestão dos processos. No primeiro ano de gestão, o governador Ronaldo Caiado implementou ferramentas para sanar as irregularidades encontradas e frequentemente apontadas pelo TCE, com muitas inovações e envolvimento de diversas áreas. O primeiro diferencial em relação aos anos anteriores foi o mapeamento do processo “Realizar inventário” com o objetivo de melhorar seus processos internos e padronizar a gestão patrimonial, além da publicação de Instrução Normativa pela Sead contendo todo o arcabouço legal necessário para fundamentar o inventário. Todo o investimento em capacitação e modernização resultou no envolvimento de 37 órgãos ativamente, com capacitação em gestão patrimonial de 288 servidores, melhorando consideravelmente as informações no sistema e otimizando a melhor identificação do bem, análise de seu estado de conservação, localização precisa e recadastro de bens.

Quais melhorias serão implementadas com o novo sistema ComprasNet, já em fase final de desenvolvimento?

O novo ComprasNet evidencia o comprometimento do governo de Goiás com a transparência e com a

racionalização na aplicação dos recursos públicos. O sistema promoverá uma melhoria considerável na gestão das compras governamentais, já atendendo, inclusive, ao Decreto Federal nº 10.024/19. O novo formato permite, entre outros benefícios, a implementação do novo Banco de Especificações, com o saneamento dos registros duplicados e adequação às normas do Mercosul; implementação do Banco de Preços integrado à Nota Fiscal Goiana, o que refletirá em uma precificação mais adequada dos produtos adquiridos pelo estado; a implementação do Cadastro de Fornecedores (CADFOR) integrado à Junta Comercial do estado de Goiás, otimizando a troca de informações e atualização automática dos cadastros. Com as características remodeladas e com interatividade, o ComprasNet abará todas as fases da licitação, desde a construção do termo de referência até a contratação, com documentação produzida dentro de cada módulo específico e integrado ao SEI.

A Sead Goiás é responsável pelo maior programa de atendimento ao cidadão do estado. Quais ações têm sido implementadas para otimizar os serviços disponíveis aos usuários dos serviços do estado.

O programa Vapt Vupt realiza aproximadamente um milhão de atendimentos mensais. São 70 unidades espalhadas por 54 cidades do estado. O programa foi sucateado e esquecido nas gestões passadas, mas o

“

É compromisso do governo de Goiás regionalizar os serviços estaduais e essa é a principal missão do Balcão do Cidadão: democratizar o acesso dos goianos aos serviços públicos

”

problema está sendo sanado por meio da sua reestruturação física e tecnológica. A implantação do agendamento on-line para emissão de Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Seguro Desemprego, serviços mais demandados na rede, resultou em uma melhoria significativa no atendimento ao cidadão, acabando com as filas de espera e assegurando mais conforto ao usuário. Disponível desde setembro de 2019, mais de 85 mil cidadãos realizaram o procedimento dentro da nova modalidade até o fim do ano passado. Além disso, a atual gestão inaugurou mais três unidades do programa, aumentando a disponibilidade do serviço integrado ao cidadão em regiões até então desassistidas.

O Consad, recentemente, venceu um prêmio internacional voltado para a transformação digital. Esse fato traz alguma inspiração para o seu estado?

É uma conquista da qual temos muito orgulho. Os servidores da Sead Goiás que integram o GTD são extremamente qualificados e dedicados. Todo esse trabalho só é possível porque temos a modernização dos serviços como uma das ações prioritárias do governador Ronaldo Caiado. O governo de Goiás trabalha incansavelmente no aperfeiçoamento do atendimento ao cidadão por meio da utilização das plataformas digitais. O prêmio é mais uma forma de reconhecer o engajamento e motivação

do nosso time em transformar a gestão pública no Brasil. Exemplificando a determinação do governador, estamos realizando, gradativamente, e em parcerias com outras Pastas, a digitalização dos serviços para que o cidadão possa recebê-los pelo computador, celular ou terminais de auto-atendimento. Está sendo desenvolvido o Portal Único do Cidadão, que contempla um site unificado para oferecer todos os serviços estaduais.

O governo de Goiás assinou recentemente um convênio com os Correios para a implementação do Balcão do Cidadão em algumas agências da estatal. Qual o objetivo da parceria?

É compromisso do governo de Goiás regionalizar os serviços estaduais e essa é a principal missão do Balcão do Cidadão: democratizar o acesso dos goianos aos serviços públicos. Com agências em todas as cidades do estado, é possível estender a rede de atendimento integrado dos atuais 54 para os 246 municípios de Goiás por meio dessa parceria com os Correios. Os atendimentos já estão disponíveis em cinco cidades: Goiânia, Abadiânia, Nova Crixás, Niquelândia e Edéia. O projeto-piloto terá duração de quatro meses e o intuito é que outros órgãos façam adesão e inclusão de todos os serviços elegíveis, aumentando o cardápio de procedimentos e facilitando a vida da população de todos os cantos de Goiás.

Qual a importância de uma gestão de pessoas estratégica?

Dentre os enormes desafios que são direcionados à Administração Pública, a gestão de pessoas, certamente, ocupa um lugar de destaque. Junto aos desafios, fiscal e de inovação, o bom gerenciamento do corpo de servidores é decisivo para que o governo consiga entregar o que está definido em sua estratégia e melhorar a prestação dos serviços públicos, principal foco da gestão Ronaldo Caiado. Atento a esta questão, o governo de Goiás criou o M.O.V.E Goiás, um programa planejado no contexto do Poder Executivo estadual, que visa à promoção de uma gestão de pessoas mais efetiva e estratégica de forma a proporcionar melhores entregas à população. Alguns resultados já foram alcançados, como a realização do Circuito de Saúde do Servidor, que contribuiu para a promoção da saúde e para a prevenção de doenças; a criação de sistema, fundamentado em critérios técnicos, de cotas por órgãos/entidades para distribuições, por exemplo, de funções comissionadas. Ademais, destaque-se a remodelagem do programa de estagiários do estado, favorecendo o mérito e a qualificação.

A Escola de Governo de Goiás vem demonstrando um salto qualitativo e quantitativo nos resultados de suas ações desde o início de 2019, que pode ser evidenciado, por exemplo, no número de servidores capacitados, o qual quadruplicou em relação a 2018, e nos elevados índices de satisfação conquistados. Qual a estratégia adotada para o alcance de resultados tão expressivos?

A qualificação do servidor é uma ferramenta poderosa na otimização dos serviços ofertados pelo estado. Pensando no melhor formato para atrair nossos colaboradores, a escola passou por um processo de reestruturação e modernização pautada em duas premissas: resgatar sua credibilidade frente ao servidor e alinhar as capacitações oferecidas. Na área de educação corporativa, nossa oferta aumentou consideravelmente com a inclusão de 40 novos cursos e a capacitação de 10.561 servidores em 2019. O número é quatro vezes maior em relação ao ano de 2018, quando foram capacitados 2.577 colaboradores. A criação do PequiLab é outra conquista a ser comemorada. O laboratório de inovação é responsável por

conectar servidores, órgãos e parceiros. O trabalho do PequiLab já é reconhecido nacionalmente, com a realização de seminários em Minas Gerais e Brasília/DF. Outro projeto em destaque é o SEMEAR, que tem como proposta a realização de workshops em diferentes formatos (seminários, encontros temáticos, mediações, exposições, alinhamento e rodas de conversas) com temas relevantes para a Administração Pública e para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores. Desenvolver conhecimento em áreas necessárias para o aperfeiçoamento da gestão foi outra tarefa cuidadosamente pensada pelo governo de Goiás. O Programa de Certificação Profissional foi instituído com esse propósito: avançar na oferta de conhecimentos necessários para o desempenho de funções estratégicas. As primeiras áreas contempladas foram Compliance Público e Compras Governamentais. Outra importante frente de atuação de competência da escola é a realização de concursos e processos seletivos. Realizamos mais de sete processos em 2019, com a participação de mais de 174 mil candidatos.

Em um período em que os estados precisam fazer mais com menos, o Consad está cada vez mais focado na troca de experiências exitosas entre os colegiados. Qual a importância desse compartilhamento de informações para a gestão pública de Goiás?

O governador Ronaldo Caiado tem empreendido um novo formato de gestão em Goiás, pautado na eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos. O objetivo da nossa gestão é garantir que sejamos modelo para o Brasil, tanto no quesito de equilíbrio das contas públicas como na qualidade dos serviços. Diante do cenário desafiador, temos corrigido distorções e trabalhado pelo bem coletivo. Neste contexto, o Consad é um grande parceiro. Afinal, compartilhamento de experiências é um método muito eficiente para formação do conhecimento em diversas áreas de estudos e pesquisas. Na Administração Pública não é diferente. Conhecer a realidade de outros estados da Federação e as diferentes abordagens de gestão e aplicação de políticas públicas torna este conselho um aliado imprescindível para nós. Tenho orgulho de fazer parte do colegiado e renovo sempre meu compromisso de disponibilizar informações e receber outras tantas que são fornecidas por meus colegas e que nos ajudam a fazer uma gestão séria e transparente em Goiás. ●



GOVERNO MARANHENSE LANÇA APLICATIVO QUE BENEFICIA CONSUMIDOR

APP PREÇO LEGAL DISPONIBILIZA OS MENORES VALORES DE ITENS
EM VÁRIOS ESTABELECIMENTOS E PODE SER ACESSADO PELOS
USUÁRIOS POR MEIO DO SITE OU DO TELEFONE CELULAR

TEXTO: AGÊNCIA DE NOTÍCIAS-MA
FOTO: HANDSON CHAGAS

O maranhense agora pode ter acesso a preços mais vantajosos de diversos produtos por meio do aplicativo Preço Legal. Criado pelo governo do estado, o programa disponibiliza os menores valores de itens em vários estabelecimentos locais e pode ser acessado pelo celular ou site do aplicativo. Coordenado pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), o programa foi lançado oficialmente pelo governador Flávio Dino.

A média de preço disponível no aplicativo se dá por meio de consultas às Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) e às Notas Fiscais de Consumidor Eletrônicas (NFC-e), emitidas pelos estabelecimentos e que são transmitidas ao sistema da Sefaz. No momento em que a empresa emite a nota fiscal eletrônica, automaticamente passa a integrar o aplicativo.

“No que cabe ao setor público, zelamos sempre pela máxima eficiência. Ao setor privado, estimulamos as boas práticas e máxima concorrência saudável, beneficiando o cidadão. Quanto mais controle social sobre o Estado e o mercado, melhor será o funcionamento de ambos. O programa Preço Legal tem essa funcionalidade, de garantir que o cidadão tenha acesso a informações públicas e possa implementar um caminho para a concorrência saudável entre os vários atores do mercado”, pontuou o governador Flávio Dino.

O consumidor precisa exigir a nota fiscal a cada compra, para que o programa tenha efeito, alerta o titular da Sefaz, Marcellus Ribeiro Alves. “É esta nota que alimenta o aplicativo. Quando o consumidor faz esse registro, o sistema identifica o estabelecimento que traz o menor preço. Paralelamente, os empresários devem se cadastrar no aplicativo e, assim, se tornarem visíveis para o consumidor”, explica o secretário.

A pesquisa é feita a partir da descrição, marca ou leitura do código de barras do produto. O consumidor terá acesso à relação dos preços, onde foram praticados e em qual estabelecimento. O aplicativo também oferece, entre outras informações, a possibilidade de criação de lista de compras personalizada, ranking dos produtos, cidades mais pesquisadas, área restrita aos estabelecimentos para atualização de endereço.

A atualização das informações é quase que em tempo real – emitida a nota, em poucos minutos irá constar no sistema. “O benefício principal deste programa é dar ao consumidor a oportunidade de pesquisar, fazer comparativo de preços com dados atualizados e ter à disposição o preço mais barato na

região onde está”, avalia o gestor do Simples Nacional e coordenador do Preço Legal, Alexandre Silva.

O consumidor maranhense será o principal responsável pela funcionalidade do aplicativo, lembra o titular da Sefaz. “Ao exigir a nota fiscal no ato da sua compra, além de garantir a busca pelo menor preço, também exercerá o seu direito de cidadão”, disse. Por outro lado, o estabelecimento comercial também tem a ganhar com a emissão regular da nota fiscal, uma vez que seus menores preços serão exibidos com destaque no aplicativo, melhorando a imagem e as vendas. O preço é obtido pelo valor da nota fiscal e atualizado cada vez que o estabelecimento realiza uma venda.

O aplicativo Preço Legal já está disponível gratuitamente por download na Play Store para Android e para IOS.



Lançamento
do Preço Legal:
consumidor
maranhense
será o principal
responsável pela
funcionalidade
do aplicativo





CERIMÔNIA DE APRESENTAÇÃO DO CCC OCORREU EM JANEIRO

MINAS QUER ECONOMIZAR COM UMA UNIDADE PARA COMPRAS COMPARTILHADAS

EM FASE DE IMPLANTAÇÃO, CCC VAI CENTRALIZAR AS DEMANDAS DO GOVERNO DO ESTADO A PARTIR DE 2021 E REDUZIR GASTOS EM ESCALA

TEXTO: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL SEPLAG/MG
FOTOS: PEDRO GONTIJO/IMPRESA MG

Superintendentes, chefes de gabinetes e servidores de diversos órgãos do governo de Minas Gerais participaram, em janeiro deste ano, da apresentação do Centro de Compras Compartilhadas (CCC). Coordenado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), o projeto – que envolve outros órgãos do governo de Minas – pretende otimizar os processos de compras públicas e, dessa maneira, garantir economia aos cofres públicos. A implantação total será feita em 2021. A solenidade aconteceu na Cidade Administrativa de Minas Gerais.

O secretário de Planejamento e Gestão, Otto Levy, reforçou que o CCC, que está em fase de implantação, corrobora com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) de 2019 a 2030. O PMDI determinou a potencialização da abrangência e eficácia dos serviços compartilhados com o objetivo de dar transparência e alavancar tecnologias digitais em todo o estado.

“Centralização de compras é algo que existe no mundo inteiro. Seja na iniciativa privada, seja em órgãos públicos. Se vejo todo mundo marchando em uma direção, me pergunto se marchar na direção contrária faz sentido”, afirmou o secretário, em sua fala na cerimônia. Em 2019 foram realizados 6.977 processos de compras pelo estado, o que resultou em um esforço de compras da ordem de R\$ 6,6 bilhões. “Esse é um projeto importante, não só para o governo, mas para o povo de Minas Gerais”, completou o gestor.



Dessa maneira, a expectativa do subsecretário do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), Rodrigo Matias, é de que, a partir do próximo ano, o CCC atenda, de forma efetiva, as demandas de compras dos órgãos do governo de Minas. “Esperamos que, nesse processamento, nós consigamos imprimir qualidade, tempo e adquirir preço justo, além de ter uma aproximação mais densa com o mercado”, disse o subsecretário.

“Nossa perspectiva é de que tenhamos possibilidade de nos estabelecermos como uma central de compras com condições de prestar serviços a municípios e demais entes e órgãos federais. Temos qualidade para isso”, reforçou Rodrigo Matias.

NECESSIDADE

Compras públicas são a 2ª maior fonte de gastos dos governos, de forma geral. Foi o que apontou a secretária-adjunta Luísa Barreto, lembrando que os custos só ficam atrás das despesas de pessoal. “O Centro de Compras Compartilhadas não foca só na redução de gastos, mas também na eficiência em prestação de serviços à população. Melhores contas significam melhores atendimentos nos hospitais, nas delegacias. Com boas compras, conseguimos atender melhor”, classificou Luísa.

Quem também reforçou o trabalho conjunto foi o tenente-coronel da Polícia Militar e assessor designado pelo Comando Geral da PM para liderar a equipe militar que compõe o CCC, Alex Rodrigues. Segundo ele, a corporação está imersa no processo e somando com o projeto. “Compondo o Centro de Compras Compartilhadas, iremos contribuir de forma ímpar, singular, para que tenhamos eficiência na execução e na implantação do centro”, garantiu.

Com o propósito de unificar o processo, uma equipe com servidores de diversos órgãos foi montada. Cederam profissionais a Secretaria de Estado de Defesa Social (Sedese), a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), a Secretaria de Estado de Saúde (SES), a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), a Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (Seapa), o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), além da Polícia Militar.

REFLEXO

As diretrizes de otimização dos fluxos e processos do estado foram refletidas, no ano passado, na redução do déficit orçamentário previsto para 2019. Se a expectativa era a de que o valor chegasse a R\$



RODRIGO MATIAS REFORÇA A IMPORTÂNCIA DO CCC

15 bilhões, o primeiro ano de gestão do governador Romeu Zema fechou em R\$ 8,6 bilhões. Conforme o secretário da Seplag, Otto Levy, isso foi possível a partir da melhoria da arrecadação e de medidas de redução de gastos.

Algumas dessas ações são adotadas pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), ao qual o CCC está ligado. O subsecretário Rodrigo Matias explica que o CSC tem identidade corporativa própria de promover a eficiência do gasto público, por meio de processos licitatórios para registro de preços, celebração de contratos corporativos, gestão de imóveis e redimensionamento da frota de veículos estaduais, entre outros.

No caso desse último, o estado garantiu uma economia de cerca de R\$ 24 milhões por ano. Foram reduzidos gastos com combustível, manutenção e locação, a partir da venda e devolução de mais de dois mil veículos oficiais. Já em relação aos imóveis, o objetivo da subsecretaria é que o estado deixe de pagar aluguel nos municípios onde tem imóveis próprios. A expectativa é de que, a partir deste ano, Minas Gerais consiga economizar R\$ 3,6 milhões com contratos de locação nessas cidades. ●

**SERGIO GUSMÃO
SUCHODOLSKI**
PRESIDENTE DO BDMG

“INOVAÇÃO, EM MUITOS CASOS, É A PRÓPRIA NATUREZA DO NEGÓCIO”

Presidente do BDMG, Sergio Gusmão Suchodolski nasceu em São Paulo. É bacharel em Direito pela USP, com mestrado em Comércio Internacional (Sciences PO – Institut d’Études Politiques, de Paris) e em Direito (Harvard Law School). Foi diretor-geral do New Development Bank, o banco do BRICS, na China, e vice-presidente para Desenvolvimento Corporativo da Continental Grain Company – Arlon Capital Partners, grupo de investimentos com sede nos Estados Unidos. Atuou no setor econômico da Embaixada do Brasil em Washington, foi chefe de Gabinete da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), chefe da Assessoria Internacional da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e supervisor de Defesa Comercial do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entre outras funções.

Como o BDMG vê a inovação e qual a política de inovação que ele adota?

Nós somos um banco com atuação regional e estamos conectando o BDMG às tendências mundiais do mercado de crédito. Uma delas é, sem dúvida, o impacto da transformação digital sobre o modelo de negócios do setor. Fomos um dos primeiros bancos do país a implantar uma plataforma digital de acesso a crédito para o pequeno empreendedor, o BDMG Digital. Estamos sempre buscando oportunidades

Somos um banco com atuação regional e estamos conectando o BDMG às tendências mundiais do mercado de crédito.

de aperfeiçoá-lo, tornando o processo mais ágil e menos burocrático para nossos clientes. A inovação também está incorporada ao nosso portfólio de produtos neste momento desafiador para Minas, em que precisamos contribuir para a diversificação da matriz econômica do estado. Só no ano passado desembolsamos R\$ 51,5 milhões para financiar projetos de inovação, a partir de parcerias com a Fapemig, BNDES e Finep. É uma alta de 21% em relação a 2018. Outras importantes iniciativas são o relacionamento com Fundos de Investimento em Participação e Fundos de Venture Debt e também o estímulo ao ecossistema de inovação mineiro. Fazemos isso por meio do Hubble – hub com sede no BDMG, em parceria com LM Ventures e Banco Olé –, voltado para a tração de startups de tecnologia. Em síntese, temos a inovação como princípio e fim.

“

Em 2019, o BDMG Digital registrou cerca de 600 mil acessos, um recorde histórico, com crescimento de 54% em relação a 2018. Todavia, queremos mais!

”

Como o BDMG interage com o ecossistema de inovação?

Minas possui um ecossistema de inovação vibrante e, em conexão com ele, nós nos posicionamos como uma plataforma de atração de conhecimento e negócios. Promovemos diversos eventos sobre transformação digital dos serviços financeiros, como o Mindset Digital e os Bancos de Desenvolvimento, que reuniu especialistas do Google, BNDES e do Caribbean Development Bank para refletir sobre a transformação digital dos serviços financeiros. Também dedicamos um painel para o tema durante o 1º Encontro dos Economistas-Chefes dos Bancos de Desenvolvimento da América Latina, com especialistas do BID, BNDES e outros. Mas o nosso principal agente de interação com o ecossistema é o Hubble. Por meio dele, o pessoal do BDMG consegue tomar contato com a dinâmica das startups e seus produtos inovadores. Por sua vez, o pessoal das startups tem a oportunidade de participar de programas de mentoria com profissionais experientes do banco, além de se relacionarem com a nossa base de clientes em busca de novos negócios. É uma relação de ganha-ganha interessante! Para se ter uma ideia, as startups do 1º ciclo do Hubble faturaram juntas R\$ 8,3 milhões e cresceram em média 107,8% em relação a 2018. Também geraram 81 empregos diretos e

levantaram mais de R\$ 7,5 milhões em investimento. Agora, no segundo ciclo iniciado em dezembro recebemos 13 novas startups, a grande maioria delas mineiras e focadas na vertical de fintechs. Tudo isso é geração de valor para Minas!

Até o momento falamos do papel do BDMG com o ecossistema de inovação da porta para fora. Fazendo uma reflexão dos processos internos do banco, como é o posicionamento em um mundo cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo?

Nós acreditamos que combinar a digitalização com o impacto no desenvolvimento da sociedade é a chave para o banco do futuro. Neste contexto, além da interação com o ambiente de inovação, partimos de algumas premissas básicas como: a necessidade de adaptação rápida, cultura e mindset para o novo e a importância do *data science* como instrumento norteador no processo decisório. Nesse sentido, a plataforma BDMG Digital, de concessão de crédito online para o pequeno empreendedor, é um ativo dos mais estratégicos para o banco. Ela garante flexibilidade, pois se pode trabalhar com diversos produtos na prateleira, dependendo da necessidade do

mercado e das oportunidades. Garante também agilidade, permitindo um tempo de resposta médio de 60 minutos ao cliente. Em 2019, o BDMG Digital registrou cerca de 600 mil acessos, um recorde histórico, com crescimento de 54% em relação a 2018. Todavia, queremos mais! Já iniciamos a implementação de tecnologia de reconhecimento facial com vistas a trazer ganhos incrementais para certificação e autenticidade dos clientes. E também queremos inserir nossos clientes públicos (prefeituras) na esteira de digital, com ganhos de transparência, rastreabilidade, redução de custos e tempo. Em relação a nossos

processos, também temos incorporado o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que é uma plataforma de gestão de processos e documentos eletrônicos que permite produção, edição, assinatura e trâmite de documentos dentro do próprio sistema, proporcionando a virtualização de processos e documentos. Enfim, estamos sempre inquietos, buscando novas soluções, aprimorando outras. O importante é estar antenado com o que acontece no mundo. Mais do que isso, estar à frente. Inovação não é mais uma característica do negócio; em muitos casos, é a própria natureza do negócio. ●



IBADE

INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO
E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO



✓ **CONFIANÇA**

✓ **SEGURANÇA**

✓ **EXPERIÊNCIA**

+4 MILHÕES
DE CANDIDATOS ATENDIDOS

**+400 CONCURSOS E
PROCESSOS
SELETIVOS**
REALIZADOS EM TODO O BRASIL

WWW.IBADE.ORG.BR

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, **BASÍLIO BEZERRA**

MATO GROSSO ECONOMIZA R\$ 93,5 MILHÕES COM A REFORMA ADMINISTRATIVA

ESTADO RENEGOCIOU 272 CONTRATOS E RESCINDIU OUTROS 106 DEVIDO À EXTINÇÃO E FUSÃO DE ÓRGÃOS DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA, GARANTINDO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

A reforma administrativa promovida em Mato Grosso através da Lei 612/2019, culminou em uma economia de R\$ 93,5 milhões aos cofres públicos no primeiro ano de gestão do atual governo. Os dados são da Secretaria de Planejamento e Gestão que orienta órgãos e entidades e acompanha os indicadores de eficiência e economia e as metas de redução de despesas da máquina pública.

Para o titular da Pasta, Basílio Bezerra, o estado mostrou que as ações implementadas no início da gestão eram extremamente necessárias para que se alcançasse o equilíbrio das contas públicas. “Uma das maiores ações de gestão da atual administração foi a reforma administrativa. Os números estão aí para mostrar que o governo está no caminho certo quando aprovou essas medidas há cerca de um ano”.

TEXTO E FOTO: D'LAILA BORGES

RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS

O governo do estado renegociou e reavaliou, por meio da revisão do objeto, reavaliação do quantitativo contratado e renegociação dos preços unitários, 272 contratos. Outros 106 foram descontinuados ou rescindidos amigavelmente devido à extinção e fusão de 10 órgãos da administração direta e indireta, totalizando uma economia de R\$ 70 milhões.

A Seplag criou em sua estrutura um núcleo de eficiência do gasto público de apoio estratégico e especializado que, além de orientar os órgãos, faz acompanhamento sistemático dos indicadores de eficiência e economia.

A secretaria acompanhou licitações em vigência e outras que estavam em curso para aquisição de bens e contratação de obras e serviços, visando a reduzir gastos e ajustá-las à disponibilidade financeira e orçamentária, além de revisar contratos em vigor, verificando a necessidade e a economicidade da contratação.

Entre os contratos administrativos que foram repactuados estão locações de imóveis e veículos, terceirização de mão de obra de limpeza e segurança, fornecimento de passagens, manutenção de ar-condicionado, telefonia, fornecimento de combustível, dentre outros.

A renegociação desses contratos foi realizada com base no Decreto nº 08/2019, que estabeleceu diretrizes para controle, reavaliação e contenção das despesas de custeio.

PDV

O governo de Mato Grosso também implementou em 2019 um Plano de Demissão Voluntária (PDV) na Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação (MTI), pelo qual cerca de 190 pessoas foram desligadas voluntariamente, gerando uma economia de R\$ 7,5 milhões. Para 2020 a previsão de redução da folha de pagamento com o PVD da MTI e da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) é de mais de R\$ 27 milhões.

De acordo com o secretário da Seplag, Basílio Bezerra, o PDV é uma das formas mais estruturantes de reforma administrativa, pois gera benefícios para os dois lados. “De um lado, tem as motivações pessoais de cada um e, do outro, a necessidade da administração pública em otimizar recursos”.

COMBUSTÍVEL

Outra medida administrativa austera de contenção de gastos adotada pela Seplag foi o bloqueio de abastecimento de veículos flex com gasolina. Após constatar a vantagem em abastecer com álcool e bloquear o sistema, o consumo do derivado de petróleo em litros caiu 62% e

gerou uma economia de R\$ 9,7 milhões, passando de R\$ 51,7 milhões em 2018 para R\$ 41,5 milhões em 2019.

Além do bloqueio, a secretaria adotou várias outras medidas administrativas que possibilitaram essa economia. Entre elas estão o recadastramento de veículos, máquinas, motores, condutores e operadores de máquinas no Sistema de Gestão de Abastecimento de Combustíveis e a implantação de um dispositivo de identificação eletrônica, denominado tag, para fins de controle do abastecimento de veículos oficiais do estado.

GANHA TEMPO

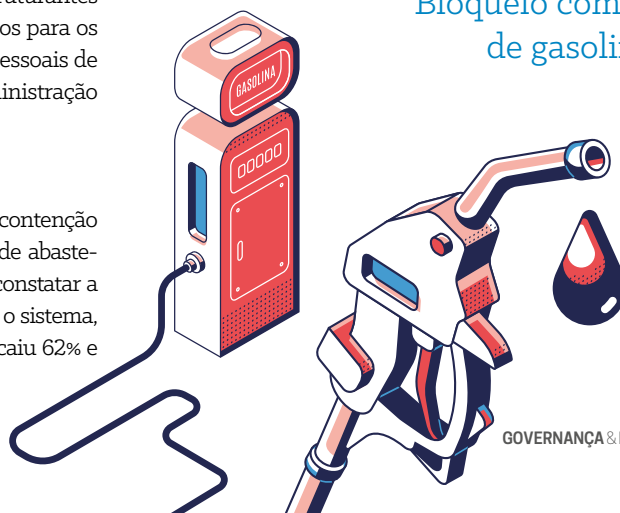
A melhoria na gestão do contrato de Parceria Público-Privada do programa Ganha Tempo feita pela secretaria também trouxe uma redução de 25% dos recursos orçamentários para 2019. O contrato tinha projetado gastos da ordem de R\$ 25,8 milhões, mas este valor ficou em R\$ 19,5 milhões, uma redução de R\$ 6,3 milhões.

“Mostramos ser possível fazer uma gestão mais eficiente, aumentando a quantidade e melhorando a qualidade dos serviços prestados à população, passando de 102 para 172 a quantidade de serviços ofertados nas sete unidades do Ganha Tempo e de 21 para 32 o número de parceiros”, destaca Basílio. Somente em 2019 foram realizados cerca de 1,1 milhão de atendimentos.

Entre as medidas de gestão adotadas está a criação do Núcleo de Gestão de Parcerias Público-Privadas, composto por uma equipe multidisciplinar de servidores de carreira, que estão dedicados integralmente à gestão e monitoramento do contrato, através de fiscalizações e controle de atendimentos.

Também foram designados servidores do estado para atuar como chefes das unidades, que estão fazendo a fiscalização e monitoramento dentro das unidades Ganha Tempo. Eles têm a responsabilidade de acompanhar, juntamente com os supervisores dos órgãos públicos que estão lotados nas unidades, toda a execução contratual.

**Bloqueio com abastecimento
de gasolina economizou
R\$ 9.7 milhões**





GOVERNADOR REINALDO AZAMBUJA, ENTRE O SECRETÁRIO ROBERTO HASHIOKA E A DRA. ANA NARDES: MS INVESTE FIRME EM AÇÕES PARA APRIMORAR A GESTÃO

COM BOAS PRÁTICAS, MS APRIMORA AS COMPRAS PÚBLICAS

INOVAÇÕES ABRANGEM CRIAÇÃO DA COORDENADORIA JURÍDICA DO SETOR DE LICITAÇÕES, ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INTEGRAÇÃO DE MS EM PROJETO DE COMPRA COMPARTILHADA

TEXTO: ELAINE PAES E ANA LETÍCIA GAÚNA
FOTO: EDEMIR RODRIGUES

Para otimizar os processos de compras do governo, a Superintendência de Compras e Materiais da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização (SAD) passa a atuar em um novo formato, com a criação da Coordenadoria Jurídica do órgão. O novo modelo tem como proposta assegurar um andamento mais ágil dos processos de compras, além de garantir uma atuação consultiva, preventiva e com maior fluidez para o cotidiano da superintendência.

De acordo com a nova designação, além da secretária especial, dra. Ana Carolina Nardes, que responde pela Sucomp, a Coordenação Jurídica da Superintendência estará sob o comando da procuradora Vanessa Mesquita. Também integra o órgão, o procurador André Carvalho, recém-empossado. Para a superintendência, o desempenho do órgão no último ano representa um salto de qualidade, diante da atuação técnica e bem respaldada, que resultou em um saldo positivo na área de compras.

Outro destaque entre as inovações implantadas é a atualização das leis estaduais, que também integra as iniciativas com foco em transparência, celeridade e eficiência, consideradas pautas prioritárias para a administração estadual. “Essa atualização é decorrente de estudos e análises que visam a otimizar os pregões, dando mais transparência e agilidade na realização dos certames”, destaca o titular da SAD, secretário Roberto Hashioka, ao mencionar o decreto nº 15.327, que trata da regulamentação da aquisição de bens e a contratação de serviços comuns mediante licitação na modalidade pregão.

“Nossa ideia é adequar cada vez mais a legislação estadual aos entendimentos dos Tribunais de Controle, pois com práticas correlatas atingimos o patamar de eficiência e legalidade na área de Compras Públicas”, reforça Ana Carolina Nardes, da Superintendência de Compras e Materiais. De acordo com a superintendência, além da atualização das leis que instituíram nova metodologia para a pesquisa de preço e também dos pregões, o estado já trabalha na adequação de novas leis que dispõem sobre o tratamento das micro e pequenas empresas, cadastro de fornecedores e registro de preço.

O novo decreto editado pelo governo do estado foi fundamentado no decreto federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que trata da atualização processual na área de licitações. O documento foi elaborado pela Superintendência de Compras e Materiais da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização (SAD) com a parceria da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a Consultoria



“Essa atualização é decorrente de estudos e análises que visam a otimizar os pregões, dando mais transparência e agilidade na realização dos certames”

*Roberto Hashioka,
secretário da SAD/MS*

Legislativa da Secretaria de Estado de Governo (Conleg).

COMPRAS COMPARTILHADAS

Com relevante participação no Consórcio Brasil Central, Mato Grosso do Sul integra um modelo de compra compartilhada pioneiro no país. A iniciativa, que reúne ainda os estados de Mato Grosso, Goiás, Rondônia, Tocantins, Maranhão e o Distrito Federal, prevê a aquisição compartilhada de medicamentos especializados da área de Assistência Farmacêutica, que, na lista de prioridades do

“É uma oportunidade de revisar todas as implementações realizadas até aqui e também de colocar em prática novas oportunidades de melhorias com foco no orçamento estadual, um planejamento mais eficiente”

Hosilene Lubacheski

Gestora da Assessoria de Gestão Estratégica da SAD

consórcio, devem integrar os primeiros pregões. A expectativa é pela redução de custos em torno de 30%, somada à regularidade no abastecimento e à redução no tempo do processo de compra.

CAPACITAÇÃO

Visando à padronização e ao aprimoramento das compras governamentais, ciclos de capacitação anuais de servidores são promovidos por meio de parceria entre a SAD, a Sucomp e a Fundação Escola de Governo (Escolagov). Denominado Plano de Compras e Elaboração de Termo de Referência, o curso presencial, com carga de 20 horas, é direcionado a servidores que atuam em áreas responsáveis por planejar e solicitar a aquisição de bens materiais e serviços. Além do conteúdo programático que prevê a abordagem de fluxos, procedimentos e legislação, a capacitação também contou com conteúdo prático.

SEMINÁRIO

Dentro do escopo da lisura, transparência e da economia nas ações de compra do Poder Público, o governo do estado também realizou o 1º Seminário com ênfase em Licitação e Conhecimento Jurídico, com a participação do jurista Joel Menezes Niebhur. O evento teve como enfoque a melhoria contínua de processos licitatórios e o aprimoramento da gestão pública. No seminário, os servidores também receberam treinamento sobre a plataforma de conhecimento jurídico da Editora Fórum, que disponibiliza

mais de 5.000 volumes, entre revistas, vídeos, informativos, livros e códigos para consultas online, ferramenta que subsidia o trabalho dos gestores de compras de MS.

VIRTUALIZAÇÃO

Somam-se às inovações implantadas pelo governo de Mato Grosso do Sul a adaptação do Sistema Gestor de Compras para melhorias em 2019, integrando-o com a Plataforma Mais Brasil, visando à virtualização do sistema para implementar maior celeridade nas contratações.

PLANO ANUAL DE COMPRAS

A iniciativa visa a planejar aquisições/serviços do estado e tornar as compras públicas mais assertivas e eficientes, associando o plano com o orçamento estadual, tendo em vista que, quando este é agregado, a compreensão fica mais eficaz de que se pode comprar sem ultrapassar o limite orçamentário estabelecido.

Com o novo modelo implantado por meio do Plano Anual de Compras, um dos grandes desafios é melhorar as compras públicas com quantidades mais próximas da realidade de consumo; além de ganho com economia em escala. Outro benefício é a aproximação do estado com fornecedores e sociedade, com relações mais transparentes e maior confiança para o fornecedor se preparar para as licitações futuras.

CONSULTORIAS

Quanto à contratação prevista de consultoria técnica especializada para avaliação do modelo de gestão de compras atual, integram as etapas previstas o saneamento e transferência de conhecimento em padronização de itens, a avaliação do modelo central de compras e a elaboração de um manual de compras do estado, por meio de abordagem sistêmica, que vai permitir analisar o processo de ponta a ponta, desde o planejamento, o pedido até a contratação final.

“É uma oportunidade de revisar todas as implementações realizadas até aqui e também de colocar em prática novas oportunidades de melhorias com foco no orçamento estadual, um planejamento mais eficiente, bem como o início da discussão da viabilidade de implantação do Centro de Serviços Compartilhados e Gestão Estratégica de Suprimentos, que são os nossos objetivos principais”, avalia a gestora da Assessoria de Gestão Estratégica da SAD, Hosilene Lubacheski. ●



INOVAR JÁ NÃO PODE SER APENAS UMA OPÇÃO

É fundamental repensar a atuação pública para que ela resgate seu propósito original que é o de servir e entregar valor ao cidadão. O cidadão não está satisfeito com os serviços que o governo presta e, por isso, inovar já não é uma opção. É uma questão de sobrevivência, pois a sociedade exige uma nova atuação governamental. É preciso dar escala para a prestação de serviços públicos e entregar mais para a população, principalmente para aqueles que estão em maior vulnerabilidade.

Sabemos, entretanto, que é muito desafiador concretizar essa mudança, pois o contexto público brasileiro é muito complexo, com inúmeras variáveis, milhares de projetos e muitas pessoas que têm que se engajar em cada um dos processos e rotinas de trabalho. Além disso, os governos têm baixa cultura digital. Então, as organizações públicas precisam se educar, conhecer e interessar pelo digital tanto quanto se interessam por economia, trabalho, educação e outras áreas prioritárias. Se esse despertar não acontecer rapidamente, o serviço público naturalmente perderá o seu valor e deixará de existir.

Não podemos também enxergar a transformação dos serviços públicos como pura e simplesmente a aplicação de tecnologia da forma massiva e intensiva nos processos. Temos que entender que transformação

dos serviços públicos é adequar a prestação de serviços públicos à realidade e à expectativa de uma sociedade que já é digital e que mudou os seus hábitos a partir do uso da tecnologia. Pessoas devem ser o foco! Equipes e organizações precisam promover o seu desenvolvimento contínuo e a criação de processos integrados, que possibilitem ao máximo a formação de uma cultura organizacional dinâmica, colaborativa e voltada a resultados. E as instituições públicas precisam entender esse contexto, pois a velocidade da inclusão digital da população brasileira é muito mais acelerada do que a capacidade do governo de produzir serviços e políticas públicas usando tecnologia.

É papel nosso, servidores públicos engajados e comprometidos, mudar essa realidade. O nosso foco, mais do que nunca, deve ser facilitar a vida do cidadão, reduzir burocracias e dar escala ao acesso aos serviços públicos pelo digital. Precisamos juntos resgatar a confiança do cidadão no serviço público e, acredito, estamos no caminho certo, pois, a tecnologia, aliada a uma mentalidade de inovação e simplificação, pode sim recuperar a confiança da população nas instituições públicas. ●

Vânia de Carvalho Marçal Bareicha é superintendente da Central de Transformação da Gestão Pública da Secretaria de Estado da Administração Pública do Estado de Goiás



ROBERTO HASHIOKA
SEAD/MS

“AS COMPRAS COMPARTILHADAS SÃO UMA TENDÊNCIA CRESCENTE”

CONFIRA AS BOAS PRÁTICAS E INOVAÇÕES IMPLEMENTADAS NO MATO GROSSO DO SUL, ELENCADAS, NESTA ENTREVISTA, PELO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO ESTADO, ROBERTO HASHIOKA SOLER

Exemplo nacional na área de compras governamentais, Mato Grosso do Sul instituiu uma política de aprimoramento nesta área com investimentos na capacitação de servidores, na aquisição de plataforma jurídica para qualificação dos processos e na atual designação de procuradores para fortalecer o setor de licitações. Em sua avaliação, essas medidas contribuem para a melhoria da governança?

Contribuem de forma efetiva, pois são ações que promovem eficiência, transparência e celeridade. Assim, ao aliar setores melhor estruturados a políticas de capacitação dos servidores, estamos aprimorando as compras públicas e potencializando os resultados do governo. Além de garantir segurança jurídica à gestão, diante das atuais exigências dos órgãos de controle, também dá mais agilidade no atendimento às demandas da população.

Mato Grosso do Sul integrou recentemente uma compra compartilhada de medicamentos para tratamento de doenças degenerativas e de alta complexidade, através do

Além de garantir segurança jurídica à gestão, a política de aprimoramento também dá mais agilidade no atendimento às demandas da população.

Consórcio Brasil Central. O senhor acredita que, na prática, esse modelo é positivo para os estados e que a nova metodologia é uma tendência para os governos?

As compras compartilhadas são uma tendência crescente, pois, além de otimizar os processos licitatórios, proporcionam a redução dos preços, o que é decorrente do alto volume a ser adquirido.

“

O Consad tem fornecido, através de suas ações, excelentes oportunidades para os entes federativos trocarem experiências sobre os desafios atuais da administração pública.

”

Reconhecido nacionalmente pelo TCU na primeira edição do prêmio Mérito Brasil de Governança e Gestão Pública e pelo pioneirismo na implantação da primeira Fundação Instituto de Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul, o que lhe rendeu o prêmio de Prefeito Empreendedor pelo Sebrae, seu trabalho ficou marcado por inovações, austeridade e zelo com a administração pública. Na sua avaliação, essa experiência foi determinante para o desafio de comandar a Secretaria de Administração e Desburocratização, uma das mais importantes do estado?

A experiência de servidor público sempre atuando na área executiva, somada aos três mandatos exercidos em uma cidade de porte médio, credenciaram-me a estar desempenhando a atual função. É importante ressaltar que a função de secretário de Estado representa um desafio, dada a complexidade no âmbito da administração estadual, considerada mais abrangente em razão da diversidade de demandas e o volume dos orçamentos. E isso, ao mesmo tempo que me proporciona novos conhecimentos, exige que a gente tenha uma atuação cada vez mais focada em ações inovadoras.

Como integrante do Grupo de Transformação Digital do Consad,

o senhor acredita que o tema é determinante para que os estados avancem em ações de desburocratização, simplificação administrativa e na melhoria dos serviços prestados ao cidadão?

Tenho percebido um grande engajamento dos estados nas discussões e na implementação de Governos Digitais, e o Consad tem uma participação decisiva nesse trabalho. Avalio que a razão da temática tecnologia ser determinante na atualidade é a preocupação dos governos em promover cidadania digital, conectando as pessoas, facilitando o acesso aos serviços prestados à população e também garantindo processos administrativos mais simplificados.

O senhor acredita que a participação de MS nos fóruns do Consad tem permitido ao estado um intercâmbio em favor do aprimoramento e da melhoria da gestão pública?

O Consad tem fornecido, através de suas ações, excelentes oportunidades para os entes federativos trocarem experiências sobre os desafios atuais da administração pública. E nesse sentido é preciso reconhecer o engajamento da atual diretoria, que tem feito um trabalho de excelência para que avancem as discussões sobre os temas e pautas prioritárias compartilhados no Conselho.

Levantamentos divulgados recentemente elevam Mato Grosso do Sul ao patamar de quarto estado com maior número de investimentos, primeiro em Transparência e quinto em competitividade. A que fatores o senhor atribui o bom desempenho do estado nestes indicadores?

Eu atribuo o bom desempenho do estado à liderança do governador Reinaldo Azambuja e à equipe por ele comandada. Também reconheço no trabalho do povo sul-mato-grossense, que é um povo desenvolvimentista, a contribuição efetiva para que o estado avance economicamente, pois, impulsionado pelo agronegócio, Mato Grosso do Sul apresenta hoje um PIB quatro vezes maior que o PIB nacional.

Uma das pautas prioritárias do governo de Mato Grosso do Sul é a política de desenvolvimento e valorização dos servidores. Que avanços o estado tem registrado na área?

Mato Grosso do Sul mantém um bom nível salarial para todas as categorias, dentro do contexto econômico atual do país, e tem mantido regularmente o pagamento

do salário dos servidores. Há também uma preocupação permanente na qualificação dos servidores, com a oferta de cursos de aprimoramento e a primeira pós-graduação, na área de Gestão de Pessoas. Política esta que inclui ainda a formalização de convênios com instituições de ensino, empresas e o comércio, para garantir aos servidores descontos e benefícios exclusivos.

Com um modelo de Gestão Orientada para Resultados, o estado também é destaque na elaboração de Contratos Internos e de Gestão. Como funciona essa metodologia e que resultados MS tem alcançado com ela?

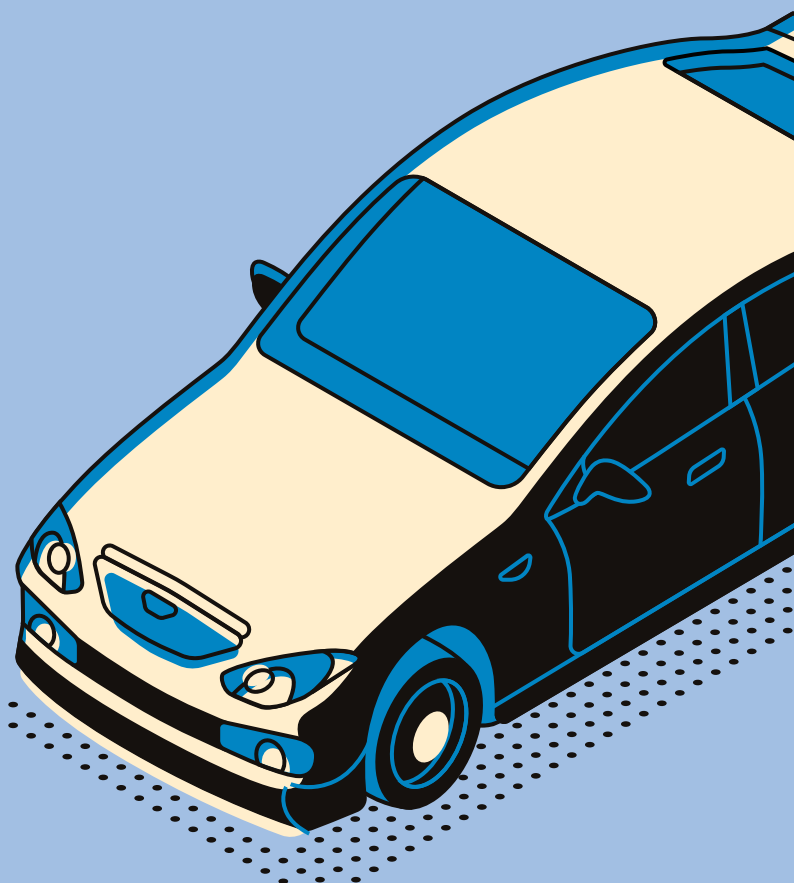
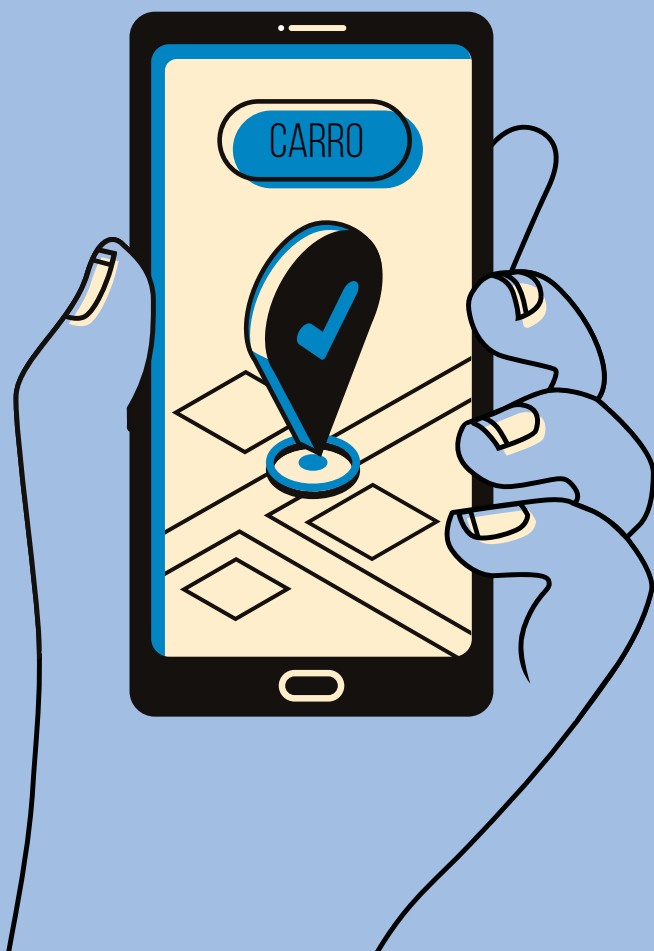
Essa metodologia voltada para resultados é uma inovação implementada no primeiro mandato do governador Reinaldo Azambuja. Com o objetivo de estabelecer metas e entregas que são necessárias ao desenvolvimento e à melhoria dos processos de todas as secretarias e, conseqüentemente, do estado, já é possível identificar avanços. Os indicadores aqui mencionados anteriormente são prova disso. O que percebo é que, ao monitorar, acompanhar e implementar estes projetos que são pactuados pelas secretarias, o estado se desenvolve e os serviços prestados à população, foco das iniciativas, estão sempre sendo aprimorados. ●



PARÁ LANÇA TRANSGOV PARA REDUZIR OS GASTOS DO GOVERNO DO ESTADO

APLICATIVO SERÁ EMPREGADO PARA SOLICITAÇÃO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE AGENTES PÚBLICOS EM SERVIÇO. OBJETIVO É DAR MAIS TRANSPARÊNCIA E ECONOMIA NO USO DESSE SERVIÇO

TEXTO: LUANA LEITE (SEPLAD)
FOTOS: MAYCON NUNES/PA



O governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad), vai implantar no estado o sistema Transgov, que funcionará como transporte individual de agentes públicos em serviço. Os servidores poderão solicitá-lo através do aplicativo de celular direcionado para suprir essa necessidade durante o horário de trabalho. O modelo já foi adotado por diversas localidades no país e o Pará tem como objetivo ter mais transparência e economia como vantagens na sua utilização.

Com esse propósito de comodidade para o servidor em exercício e benefícios para o estado, a Diretoria de Gestão de Logística, através da Coordenadoria de Projetos Logísticos, estudou diversos modelos já implantados no Brasil para descobrir o que melhor se encaixava na realidade do estado.

Todos os servidores poderão ser cadastrados no sistema fornecido pela empresa contratada. Assim, poderão solicitar o veículo de forma direta. Os órgãos e entidades também podem optar por não cadastrar todos os seus servidores, concentrando a chamada da corrida em um determinado setor ou serviço do órgão, como apenas o setor de transporte.

A titular da Seplad, Hana Ghassan, comentou sobre a implantação do Transgov no Pará e a sua importância, visto que o projeto é pioneiro e benéfico para todos. “Tudo foi pensado especialmente para os servidores do estado, e também como forma de redução de gastos do governo, que poderá investir esses recursos em outros setores, a fim de oferecer mais melhorias para a sociedade”, enfatizou Hana Ghassan.

UTILIZAÇÃO

As corridas serão solicitadas através de aplicativo web ou mobile, e todos os dados das corridas ficarão registrados no sistema, podendo ser auditado a qualquer momento. O projeto prevê a utilização em Belém, Icoaraci, Ananindeua e Marituba, e posteriormente em outros municípios do estado, o que vai depender da aceitação da Seplad e empresa contratada.

Os serviços serão iniciados, com o projeto piloto na Seplad. A diretora de Gestão de Logística do estado, Ana Paula Duarte, destaca em que a implantação do Transgov vai impactar. “A utilização deste tipo de transporte terá reflexo na redução de gastos com frota locada, manutenção da frota própria e consumo de combustível. Um projeto que só traz vantagens para todos e há todos os fatores

positivos para deslanchar no estado”, comentou Ana Paula.

O projeto está em ritmo acelerado e a previsão é de que a sua execução seja iniciada ainda no primeiro semestre de 2020. O serviço já foi regulamentado pelo Decreto n. 508, de 16 de janeiro de 2020, e a Seplad em breve expedirá normas instruindo quanto à utilização do transporte pelos órgãos da administração estadual.



AS CORRIDAS SERÃO SOLICITADAS ATRAVÉS DE APLICATIVO WEB OU MOBILE, E TODOS OS DADOS DAS CORRIDAS FICARÃO REGISTRADOS NO SISTEMA, PODENDO SER AUDITADO A QUALQUER MOMENTO



“Tudo foi pensado especialmente para os servidores do estado, e também como forma de redução de gastos do governo”

Hana Ghassan
titular da Seplad (PA)



PARAÍBA MODERNIZA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE BENS PÚBLICO GARANTE TRANSPARÊNCIA, QUALIDADE E CELERIDADE AOS PROCESSOS DE TRABALHOS NO GOVERNO DO ESTADO

A rotina administrativa dos gestores de patrimônio do estado da Paraíba é considerada um case de sucesso após a modernização do sistema. Por meio da Secretaria de Estado da Administração, o Sistema Integrado de Gestão de Bens Público (SIGBP) já é utilizado na administração pública desde 2014 e realiza a gestão de todo o patrimônio mobiliário, imobiliário e almoxarifado do governo da Paraíba.

O sistema agrega novas tecnologias que otimizam os procedimentos administrativos de rotina do governo. Isso vem se fortalecendo pela necessidade de transparência, aumento da eficiência, qualidade e celeridade dos processos de trabalhos realizados pela gestão.

Para a secretária de Administração da Paraíba, Jacqueline Gusmão, o principal objetivo do Sistema Integrado de Gestão de Bens Público é automatizar todas as unidades gestoras do estado de forma integrada. “Fizemos a reestruturação dos almoxarifados, dos patrimônios, e tivemos também a integração do SIGBP com o Sistema Integrado de

TEXTO E FOTO: ASCOM/PB

Administração Financeira (SIAF).

Essa integração, além de garantir a reestruturação, também ajuda a evitar erros processuais de aquisição, assim como garante a associação entre as contas e valores do sistema com o SIAF, o que facilita, dentre outras coisas, o cálculo das depreciações e a emissão dos resumos contábeis anuais”, explica Jacqueline Gusmão.

A secretária acrescenta que nenhuma nota fiscal pode ser paga sem estar devidamente liquidada no sistema de patrimônio, seja ela paga com quaisquer tipos de recursos. A unidade gestora entra em bloqueio, não obedecendo ao fluxo.

“Hoje, os serviços propostos, bem como a solução tecnológica, estão modernizando os processos de trabalhos administrativos que viabilizam todo o controle do patrimônio do governo do estado da Paraíba, ampliando a qualidade do trabalho, eficiência, economicidade, transparência, celeridade, entre outros; e ainda atendem as exigências legais impostas pelas normas internacionais de contabilidade, e demais legislações pertinentes”, ressalta a gestora.

INSTRUÇÃO NORMATIVA

Por meio de uma instrução normativa foi possível definir o disciplinamento metodológico e procedimental pertinente à administração de material e patrimônio, no âmbito do governo da Paraíba. “Disponibilizamos aos gestores ferramentas e técnicas que permitiram melhorar a gestão patrimonial da sua unidade, visando ao aperfeiçoamento no planejamento das atividades, promovendo melhoria nos processos de trabalho, gerando eficiência e eficácia na gestão como um todo. Consequentemente, tivemos redução de custo de aquisições, reposições e manutenção de equipamentos”, explicou Jacqueline Gusmão.

Atualmente existem 89 unidades gestoras utilizando o SIGBP, entre secretarias, autarquias, fundações, etc. Hoje o Sistema Integrado de Gestão de Bens Público possui 8.306 usuários cadastrados e habilitados. O catálogo de material atualmente conta com 41.440 bens de consumo e 1.933 bens permanentes. O Sistema de Imóveis contempla hoje aproximadamente 1.613 imóveis cadastrados.

SISTEMA DE RH E FOLHA DE PAGAMENTO

Buscando a melhoria da gestão do cadastro de servidores e da folha de pagamento do estado, a Secretaria de Estado da Administração vem, há quase dois anos, se reestruturando também para modernizar e atualizar seus sistemas e processos de negócios.

O desenvolvimento do novo Sistema de Recursos

Humanos e Folha de Pagamento está em fase final. Será um sistema moderno, atual, utilizando tecnologias atuais, sob medida, integrado ao eSocial, fornecendo visão gerencial e possibilitando a tomada de decisões estratégicas, confiável e seguro. O atual Sistema de Recursos Humanos foi criado na década de 1980 pelos próprios servidores da Secretaria de Estado da Administração. Além da tecnologia desatualizada, o sistema não reflete os processos de trabalho, não possibilita análise de dados e visão gerencial, trabalha com um banco de dados com informações inconsistentes.

Para atualizar o cadastro dos servidores e complementar com novas informações necessárias ao



JACQUELINE GUSMÃO: O PRINCIPAL OBJETIVO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE BENS PÚBLICO É AUTOMATIZAR TODAS AS UNIDADES GESTORAS DO ESTADO DE FORMA INTEGRADA

eSocial, foi realizada em 2019 a atualização cadastral de todos os servidores, já dentro do novo sistema. Através de uma ferramenta online, os servidores puderam preencher formulários e fazer o upload de documentos. Desta forma, foi possível montar um cadastro atualizado e completo dos servidores, sobre o qual atuará o novo sistema.

A Secretaria de Estado da Administração lançará em breve, integrado ao novo sistema, um novo portal do servidor. Nele será possível fornecer serviços de forma digital aos servidores, e além da consulta ao contracheque, consulta de status de processos e atualização cadastral permitiremos aos servidores realizar consultas a seus históricos financeiros e funcionais, matricular-se em cursos de capacitação da escola do governo, além de solicitação de declarações. Desta forma, a Paraíba busca evoluir na gestão pública, acompanhando uma das metas do governador João Azevêdo, que é a transformação digital. É a Paraíba caminhando ao lado do processo de evolução que tem acontecido em todo o mundo. ●



PARANÁ DISPONIBILIZA SISTEMAS DE GESTÃO E CURSOS PARA TODOS OS ESTADOS BRASILEIROS

DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA ESTADUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA DO PARANÁ, OS SISTEMAS AGILIZAM OS TRABALHOS E DÃO TRANSPARÊNCIA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TEXTO E FOTOS: ASCOM/PR

A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência do Paraná mantém uma série de sistemas que facilitam o trabalho desenvolvido pelo órgão e que são utilizados por todo o Executivo estadual. Desenvolvidos pela Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), alguns funcionam há mais de uma década e passam por aprimoramento constante. Agora, todas estas soluções estão sendo disponibilizadas pelo governo paranaense a todos os estados que tiverem interesse em adotá-las.

O secretário estadual da Administração e da Previdência do Paraná, Reinhold Stephanes, afirma que a troca de informações e de experiências é uma das ferramentas mais preciosas da administração pública. “Conhecer o que os outros estão fazendo e, acima de tudo, o que estão fazendo com sucesso é de suma importância, porque nos permite ganhar tempo, sem precisar passar pelo mesmo caminho de construção que alguém já percorreu”, afirma.

Além do e-Protocolo, sistema que já virou referência nacional e que tornou a tramitação processual no Paraná quase que 100% online, o estado conta com outros sistemas que também podem ser compartilhados. É o caso da Central de Viagens, um sistema gerencial de programação, execução, controle e avaliação de viagens efetuadas por servidores públicos ou outras pessoas em viagem a interesse do estado.

Em cada viagem, a Divisão de Viagens Oficiais realiza uma cotação dos preços e dos horários disponíveis de voo através do sistema. Por princípio, a de menor valor é a preferida. Todo o sistema é eletrônico, desde a solicitação até a liberação das diárias. Em 2019, o sistema registrou 157.748 viagens feitas a um custo médio, por viagem, de R\$ 367,48. De acordo com Stephanes, a Central permite controle dos deslocamentos e gastos de servidores com viagens, além de primar pela economicidade. “Se as solicitações são feitas com antecedência, a Central consegue preços muito mais atrativos para as viagens, uma vez que mantemos convênios com as companhias aéreas. Isso gera ainda mais economia para o estado”, explica.

De acordo com Tânia Regina R. Stephanes, responsável da Central de Viagens do governo do Paraná, o sistema tem a função de planejar, organizar e coordenar as viagens. “Com ele, conseguimos controlar e gerir os usuários com uma visão estratégica, buscando a economicidade e transparência”, explica.



“Além disso, o sistema permite que todos os registros feitos sejam compartilhados em tempo real no Portal de Transparência do estado, dando ainda mais lisura a todo o processo”

Maria Carmen

Diretora do Departamento de Logística para Contratações Públicas

COMPRAS

As compras públicas do Paraná são gerenciadas pelo sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS). É uma ferramenta de tecnologia da informação que padroniza os procedimentos licitatórios do estado do Paraná, garantindo mais agilidade e transparência às práticas adotadas na Administração Direta e Indireta.

Ele armazena dados que possibilitam o planejamento de compras, através dos módulos: Catálogo de Itens, Cadastro de Fornecedor, Fase Interna e Externa de Procedimento Licitatório, Almoxarifado e Contratos. Essa base de dados é formada por 140 órgãos e unidades administrativas, 503 almoxarifados, 36,8 mil fornecedores cadastrados e 26,3 mil



CENTRAL DE VIAGENS: UM SISTEMA GERENCIAL DE PROGRAMAÇÃO, EXECUÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DE VIAGENS EFETUADAS POR SERVIDORES PÚBLICOS OU OUTRAS PESSOAS EM VIAGEM A INTERESSE DO ESTADO

itens catalogados. Em 2019, foram cadastrados 1.447 processos licitatórios, mais de 27 mil solicitações de compras de dispensas, inexigibilidades e registro de preço em todo o estado do Paraná.

A diretora do Departamento de Logística para Contratações Públicas, Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske, explica que o sistema permite que o estado tenha informações das compras públicas em cadeia: quem quer, para qual finalidade, para onde vai e qual será a utilização final. “Além disso, o sistema permite que todos os registros feitos sejam compartilhados em tempo real no Portal de Transparência do estado, dando ainda mais lisura a todo o processo”, explica Carmen.

PATRIMÔNIO

Para gerenciar o patrimônio imobiliário e móvel do estado, o Paraná conta com dois sistemas, também mantidos pela Seap. O Sistema de Gestão de Patrimônio Imobiliário (GPI) foi desenvolvido para atender às necessidades do estado no que se refere à gestão do patrimônio imobiliário da Administração Pública. Permite o arquivamento e a consulta de informações com maior rapidez e confiabilidade, além integrar as diferentes funções relativas ao patrimônio imobiliário do estado – jurídica, contábil, administrativa, técnica e decisória – por meio da disponibilidade de

Para gerir o patrimônio móvel, foi desenvolvido outro programa, o GPM, que permite fazer cálculo da avaliação dos bens móveis e sua respectiva depreciação

mecanismos eficientes e permanentes, que contribuem para o conhecimento da realidade patrimonial e o estabelecimento de ações de gestão para a adequada administração do patrimônio.

Em 2017 o sistema foi aprimorado com o uso de ferramentas geoespaciais e de geoinformação (GeoGPI), o que permite maior eficiência na consulta e manutenção de informações do Sistema GPI.

Para gerir o patrimônio móvel, foi desenvolvido outro programa, o GPM, que permite fazer cálculo da avaliação dos bens móveis e sua respectiva depreciação. O sistema GPM permite o cadastro da incorporação, movimentação, desincorporação dos

Cursos disponíveis para todos os estados

- Comunicação Oficial no Contexto Organizacional
- Desaposentadoria: redescoberta de talentos
- Design Instrucional e Ferramentas EaD
- Design Thinking e Resolução de Problemas no Cenário de Inovação e Mudanças
- Educação em Serviços Penais Depen
- Elaboração de Projetos e Captação de Recursos
- e-Protocolo Digital
- Gestão da Cadeia de Suprimentos
- Gestão de Armazenamento e Distribuição de Insumos em Saúde
- Gestão de Compras em Saúde
- Gestão de Contratos em Saúde
- Gestão de Convênios em Saúde
- Gestão de Desempenho
- Gestão de Pessoas para Resultados
- Gestão de Processos
- Gestão de Projetos
- Gestão de Serviços Públicos
- Gestão Escolar para Resultados
- Gestão Estratégica Orientada para Resultados
- Gestão para Resultados Municipais
- Governança para Resultados
- Integração Funcional – fique por dentro do Paraná
- Liderança Estratégica
- Modelagem de Indicadores
- Monitoramento e Avaliação
- Orçamento para Resultados
- Parcerias Público-Privadas: como gerar melhores resultados para a sociedade
- Planejamento da Demanda de Compras
- Planejamento Tático-Operacional: desdobramento do estratégico em planos táticos
- Produtividade, Proatividade e Inovação

respectivos patrimônios, bem como possibilita a realização do inventário, re (avaliação) e a devida depreciação mobiliária.

ESCOLA DE GESTÃO

Além dos programas, o Paraná também disponibiliza a todos os estados da Federação os cursos de sua Escola de Gestão Pública (EGP) desenvolvidos



“As formações são voltadas para servidores de nível estratégico, tático e operacional. As formações disponíveis atendem todos os níveis da Administração Pública”

Aline Justus

Diretora da Escola de Gestão do Paraná

através de um projeto em parceria com o Banco Mundial. Ao todo, são 30 cursos em EaD disponíveis na Plataforma Moodle, divididos em 16 trilhas de conhecimento.

Desde a implantação das formações, em 2016, o Paraná já capacitou 25 mil servidores através destes cursos. “As formações são voltadas para servidores de nível estratégico, tático e operacional. As formações disponíveis atendem todos os níveis da Administração Pública. Nossa busca é pelo aprimoramento constante dos servidores com o objetivo maior de bem atender as demandas da população”, explica Aline Justus, diretora da Escola de Gestão do Paraná.

Aline explica que os estados que se interessarem em capacitar seus servidores com os cursos oferecidos pela EGP poderão ofertar as formações dentro da plataforma da escola paranaense. “Vai ser aberto um link para os interessados se inscreverem e as certificações sairão pela escola do Paraná”, explica. ●

REINHOLD STEPHANES
SEAD/PR

“MUITO EM BREVE DISCUTIREMOS NOVA REFORMA PREVIDENCIÁRIA”

O secretário da Administração e da Previdência do Paraná, Reinhold Stephanes, um dos maiores especialistas em Previdência no país, conversou conosco e falou o que pensa sobre as reformas da Previdência e administrativa, a ser implantada pelo governo federal, além do trabalho que vem realizando à frente da secretaria que dirige no Paraná. “A visibilidade do governo está nas atividades-fim: a obra pública, a segurança, a educação. Portanto, não podemos esperar – como atividade gestora – o reconhecimento direto da sociedade. Mas nossa atuação é extremamente importante porque ajudamos estas atividades-fim a executarem bem seus trabalhos”. É assim que o secretário da Administração e da Previdência do Paraná, Reinhold Stephanes, define a missão de uma Secretaria de Administração. E ele fala sobre isso com amplo conhecimento de causa. Esta é a terceira vez que ele ocupa o mesmo cargo no governo do Paraná. Foi duas vezes ministro da Previdência e Assistência Social. Também foi ministro da Agricultura, do Trabalho, presidiu o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e, por oito vezes, exerceu mandato de deputado federal pelo estado do Paraná. Stephanes conversou com a revista do Consad. Falou sobre o trabalho que vem desenvolvendo no Paraná, analisou a reforma da Previdência e discorreu sobre o papel fundamental do Consad no desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas na área da administração e do planejamento.

O assunto do momento é a reforma administrativa que o governo federal deve implantar. Já é possível saber como ela será concretizada? Se trará benefícios?

Reforma administrativa tem sido tema de muitos governos. Chegamos a ter um ministério extraordinário para a reforma. Mas os anos se passaram e o que se observa é uma burocracia cada vez maior, cada vez mais exigências e a criação e estruturação de órgãos de controle. Investe-se mais em órgãos de controle do que em órgãos de execução, de atividades-fim. Como consequência, temos coisas como: uma licitação não se coloca em pé em menos de um ano, mesmo que seja simples; as licenças para construção de estradas, rodovias ou hidrelétricas envolvem 15 órgãos ou mais e levam-se de cinco a 10 anos para conseguir atender todas as regras, entre outras coisas. É necessário fazer uma revisão disso tudo. O Estado está se autolimitando. Hoje, é melhor o servidor não fazer do que fazer. Por outro lado, todas estas medidas não impediram os erros, as fraudes, a corrupção. A ineficiência e os desvios acontecem basicamente em função do primeiro escalão e temos vários exemplos, sendo o símbolo máximo a Lava Jato. Raramente se vê servidores de carreira envolvidos. É claro que uma reestruturação das carreiras públicas pode ajudar. Mas é só isso. O Estado como um todo precisa ser repensado. Uma reforma eficiente pede uma reestruturação geral das instituições, diminuição da burocracia e do peso do Estado.

O senhor tem no currículo uma experiência que poucos conseguiram acumular. E uma das suas especialidades é a Previdência. Diante disso, como o senhor avalia a reforma que foi feita pelo governo federal?

Estamos pagando pelos nossos erros do passado e, a cada reforma postergada ou mal feita, pagamos um preço ainda mais alto. Nos últimos 100 anos se desenvolveu uma sólida doutrina, princípios e fundamentos previdenciários que não seguimos. Só como exemplo, vamos citar o princípio do tempo de contribuição, que passamos a adotar apenas com a reforma de 1998. Outro fundamento é a idade mínima que, ao ser aprovada também na reforma de 1998 para os servidores públicos, estabeleceu-se 53 anos para homens e 47 anos para mulheres e ainda com muitas exceções, enquanto o mundo há mais de 20 anos praticava idade superior aos 60 anos – e hoje se projetam entre 65 e 70 anos. Estamos vivendo mais e, por consequência, precisamos trabalhar mais. A atual reforma vem mantendo este pecado: ela ainda aposenta com idade menor do que a grande maioria dos países e ainda tem uma regra de transição de 12 anos. Ou seja, continuamos naquela cultura de trabalhar menos, se aposentar mal e pagar uma alíquota altíssima, possivelmente a mais alta do mundo, quando o inverso seria o ideal: trabalhar mais, ter uma aposentadoria melhor e diminuir a contribuição. Chegamos numa situação absurda, quando se tem mais aposentados e

pensionistas do que servidores na ativa. No Paraná a realidade já é essa. E isso se repete Brasil afora. Não há conta que feche desta maneira. O ideal é que se tenha em torno de três trabalhando para um aposentado. Aqui temos um trabalhando para um aposentado e em algumas categorias chegam a ter dois ou três aposentados para cada um em atividade.

Então a reforma atual não vai resolver os problemas da Previdência do país?

Muito em breve discutiremos uma nova reforma, o que vem se repetindo nos últimos 20 anos no Brasil. A cada quatro ou cinco anos uma nova discussão sobre Previdência vem à tona e revisões são feitas. Sem contar que os estados devem sofrer para conseguir aprovar suas próprias reformas. Desde que foi criada a Previdência no Brasil, há mais de 90 anos, sempre que se tem uma regra federal ela se aplica a estados e municípios. Desta vez, por causa de um acidente político, não se aplicou. Mas é claro que estados e municípios terão que fazê-lo. Alguns estados, como os do Centro-Sul, adiantaram-se e já estão trabalhando na aprovação das suas reformas. O Paraná o fez ainda em 2019.

E os estados que ainda não implantaram suas reformas, podem se basear em outros estados que já conseguiram pôr em prática a nova regra?

“

Continuamos naquela cultura de trabalhar menos, se aposentar mal e pagar uma alíquota altíssima, possivelmente a mais alta do mundo, quando o inverso seria o ideal: trabalhar mais, ter uma aposentadoria melhor e diminuir a contribuição

”

“

Estamos pagando pelos nossos erros do passado e, a cada reforma postergada ou mal feita, pagamos um preço ainda mais alto

”

Exatamente. E o Consad tem um importante papel neste aspecto. Temos nele o fórum ideal para a troca de informações e experiências. Isso é muito rico e precisa ser aproveitado. Se um estado já tentou aplicar uma medida, teve problemas, seguiu em frente e conseguiu vencer obstáculos, os demais estados podem pular estes percalços e conseguir avançar mais rapidamente. Temos que fomentar esta troca de experiências e de boas práticas. Nós, no Paraná, por exemplo, temos excelentes sistemas de gestão que podemos disponibilizar aos estados que se interessarem. São sistemas já implantados, que foram sendo aprimorados ao longo dos anos, mas conseguiram avançar bastante neste período. Eles estão disponíveis para quem quiser conhecer. Temos um excelente sistema de gestão de frotas, de uso de táxi para transporte de servidores (com redução de 50% no custo para o Estado), sistema de gestão de viagens oficiais, de compras e licitações. Nosso sistema de e-Protocolo vem se tornando referência. Com ele, tornamos 100% digitais os processos do governo do estado. Nossa Escola de Gestão tem cursos desenvolvidos em parceria com o Banco Mundial que podem ser compartilhados também. Temos o conhecimento, por que não compartilhar? Assim como nós temos utilizado, fazendo muitas consultas aos demais estados para aperfeiçoamento dos nossos sistemas.

Como o senhor avalia este primeiro ano de gestão à frente da Secretaria da Administração e da Previdência do Paraná?

A orientação do governador Carlos Massa Ratinho Junior para todo o governo do estado foi de economia

e inovação. Nossa tarefa era desonerar o estado e produzir com mais eficiência, rapidez e com melhor qualidade. Isso se atingiu, de maneira geral. Na nossa secretaria, iniciamos com a revisão de contratos que passaram por renegociações. Conseguimos economizar, em todo o Paraná, R\$ 85 milhões só com esta medida. Ao todo, fechamos 2019 com R\$ 428 milhões economizados, resultado de medidas administrativas e de austeridade.

Entre as medidas administrativas adotadas, o que o senhor destaca em 2019?

Quando assumimos a secretaria, o sistema de manutenção da frota estadual estava um caos. Tínhamos 50% da frota parada, sem condições de circular. Isso significava falta de viaturas policiais, ambulâncias, veículos para o Corpo de Bombeiros. Organizamos os processos, contratamos uma nova empresa para realizar os serviços, ajustamos o termo de referência, deixamos as regras mais rígidas e claras e o resultado destas medidas é que hoje temos 90% da frota estadual em circulação e com a manutenção em dia. Outro grande avanço foi registrado na Junta Comercial do Paraná. O órgão, que é ligado à Secretaria da Administração, iniciou 2019 com 2,5 mil processos acumulados e na última posição entre os estados no tempo levado para a abertura de empresas. Fechamos o ano como uma das mais eficientes do Brasil. O tempo médio para abertura de uma empresa no Paraná diminuiu de oito dias e 18 horas, em janeiro, para dois dias e 19 horas em dezembro de 2019. ●



10
ANOS



CEFOSPE COMPLETA 10 ANOS COM UM OLHAR NO FUTURO

INSTITUIÇÃO VINCULADA À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO É RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DOS SERVIDORES

TEXTO: ROBSON ANDRÉ
FOTOS: ROBERTO PEREIRA E ROBSON ANDRÉ/SAD

O governo de Pernambuco tem como um dos seus pilares de governança a educação corporativa dos servidores públicos da Administração Pública estadual. Nesta perspectiva e com um olhar voltado para o futuro, o estado de Pernambuco instituiu, há dez anos, o Programa de Educação Corporativa, por meio do Decreto nº 35.408, de 9 de agosto de 2010. Para coordenar todo este processo, foi criado o Centro de Formação dos Servidores e Empregados Públicos de Pernambuco (Cefospe), instituição vinculada à Secretaria de Administração do Estado (SAD).

Atualmente a entidade possui 232 cursos presenciais validados. Além disso, atua com a Educação à Distância (EAD), desde outubro de 2017, ou seja, o Cefospe consolidou-se como um importante centro formador de conhecimento e aprendizado para os servidores, tendo certificado mais de 65 mil servidores nestes 10 anos de atuação.

O Programa de Educação Corporativa, que também completa 10 anos e visa ao fortalecimento da gestão pública e à valorização do servidor,

é formado pelo Cefospe e mais três escolas de formação e aperfeiçoamento, conforme Decreto Estadual nº 43.993/2016. São elas: Academia Integrada de Defesa Social (ACIDES); Escola Fazendária do Estado (Esafaz) e Escola Penitenciária de Pernambuco (EPPE).

A secretária de Administração do estado, Marília Lins, fala com orgulho da importância de um programa que venha a valorizar os servidores por meio da educação corporativa. “A educação é fundamental para a formação do ser humano. E, na nossa vida profissional, não é diferente. Temos que estar sempre evoluindo e nos capacitando o tempo todo”, enfatizou a titular da Pasta.

Equipe do Centro de Formação
planeja e desenvolve capacitações
tanto presenciais quanto à distância





Auditório do Centro de Formação recebe diversos eventos durante o ano

Para a secretária, o Cefospe vem atuando de maneira incansável, ao longo desses anos, para ampliar o conhecimento dos servidores da Administração Pública estadual. “Estamos no caminho certo. É fundamental qualificar o servidor para que ele entregue os serviços com excelência e ainda mais qualidade à população. Parabéns a todos os envolvidos neste processo”, finalizou.

GANHOS

O secretário de Pessoal e Relações Institucionais do estado, Adailton Feitosa, endossou as palavras da secretária Marília. “Com o advento de um programa institucionalizado de educação corporativa no estado, tivemos ganhos significativos dentro da gestão pública estadual. A sociedade pernambucana também saiu ganhando com serviços bem executados e de qualidade”.

Adailton Feitosa entende que “o Cefospe tem dado uma contribuição importante e significativa neste sentido”. “Através dessas capacitações oferecidas

pela entidade, conseguimos levar mais expertise, autoconfiança e autoliderança para nossos servidores. Com isso, eles sentem-se ainda mais valorizados e comprometidos dentro do serviço público. Isso é gratificante”, pontuou o gestor.

De acordo com diretora do Cefospe, Analúcia Cabral, o Programa de Educação Corporativa do estado valoriza os servidores também através da regulamentação da instrutoria interna criada pelos Decretos 43.993/2016 e 44.089/2017.

“Mais de 90% das capacitações ofertadas pelo Cefospe e demais escolas de formação são ministradas por servidores do Poder Executivo. Pernambuco tem o privilégio de contar com um banco de talentos. São servidores especialistas em várias áreas do conhecimento e de atuação do estado. Isto fortalece o Programa de Educação Corporativa, pois alia a teoria e o conhecimento acadêmico à prática da gestão”, destacou Analúcia Cabral.

PROJETOS ESPECÍFICOS

Mas, para que toda esta engrenagem funcione a contento, foram desenvolvidos metodologias e projetos específicos para capacitar instrutores e coordenadores dentro de um padrão educacional pré-definido pelo Cefospe.

“O processo de ensino-aprendizagem depende de ações planejadas, capacitação contínua, instrutores qualificados e metodologia do curso. Os cursos do Cefospe alcançam uma avaliação média superior a 9. Isso é reflexo deste acompanhamento e atualização constante da equipe de instrutoria interna do Centro de Formação”, pontuou a coordenadora pedagógica do Cefospe, Marilene Borges.

O Cefospe faz parte da Rede de Escolas de Governo, coordenada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), promovendo o intercâmbio de conhecimentos entre servidores federais, estaduais e municipais. Nesta direção, visando ao alinhamento das gestões estadual e municipais, firmou em 2017 um convênio com a Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE) a fim de viabilizar a capacitação dos servidores municipais.

Para viabilizar a educação continuada dos servidores, o Cefospe celebrou parcerias com 18 instituições de ensino superior que ofertam descontos de até 50% em cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas. “Estas parcerias são uma forma de incentivo à elevação da escolaridade dos servidores”, destaca a coordenadora de Educação Corporativa do Cefospe, Priscila Matos.

Um levantamento recente mostra que, somente no ano passado, foram capacitados 11.544 servidores. Deste total, 8.819 em cursos presenciais e 2.725 em Educação à Distância (EAD). Atualmente, são desenvolvidas capacitações em 13 áreas do conhecimento, a exemplo de Comunicação, Gestão Pública, Gestão de Pessoas, Licitação, Administração Pública, entre outros.

ESTRUTURA FÍSICA

Na parte de estrutura física o Cefospe possui 13 salas com capacidade para até 50 alunos, dois auditórios (70 lugares e outro com 150), quatro laboratórios bem equipados e climatizados, sala de leitura, copa e estacionamento. Esta estrutura tanto é utilizada nos cursos do Cefospe como o espaço atende a eventos realizados pelos órgãos do estado.

Somente no ano passado foram realizados 272 eventos nos dois auditórios da casa. Mais de 15 mil servidores circularam pelas salas, auditórios e laboratórios do Centro de Formação.

A previsão é de que este ano seja inaugurado o estúdio de gravação de aulas para os cursos à distância e uma sala de inovação (espaço interativo e disposto com notebooks para os servidores).

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Com foco na interiorização do conhecimento, a modalidade Educação à Distância (EAD) foi incorporada ao Cefospe a partir do Decreto Estadual nº 43.993, de 29 de dezembro de 2016. A partir de outubro de 2017, foram lançadas as primeiras capacitações em EAD: Ética e Cidadania, Básico de Licitação e Inteligência Emocional.

De lá pra cá, foram inseridos novos cursos à grade educacional. Somam-se hoje 14 cursos à grade EAD do Cefospe. A previsão é de que sejam lançados mais dez cursos à distância em 2020, perfazendo um total de 24 cursos nesta modalidade. Atualmente, a instituição educacional atende 90% dos municípios pernambucanos através de cursos à distância, tanto para servidores estaduais como municipais. ●



EM 2019, FORAM CAPACITADOS 11.544 SERVIDORES. DESTE TOTAL, 8.819 EM CURSOS PRESENCIAIS E 2.725 EM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD)



PIAUÍ PREMIA IDEIAS INOVADORAS E DE BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO

PRÊMIO É UM RECONHECIMENTO À INICIATIVA DE ALGUNS SERVIDORES E UM INCENTIVO PARA QUE CONTINUEM AJUDANDO O ESTADO NA PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS À POPULAÇÃO

Reconhecer e valorizar práticas exitosas na administração pública estadual. Esse foi o objetivo do Prêmio Boas Práticas de Gestão, entregue recentemente pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência do Piauí (SeadPrev). “Foi um reconhecimento à iniciativa de alguns servidores, cujo trabalho vai além da rotina administrativa, e um incentivo para que continuem auxiliando o estado na prestação de melhores serviços à sociedade”, comentou o secretário de Administração, Merlong Solano.

A solenidade aconteceu no dia 6 de fevereiro, no Palácio de Karnak, com a presença de gestores e servidores. Ao todo, foram apresentados 27 projetos, de 14 órgãos diferentes. O edital do prêmio foi lançado em outubro do ano passado e, após avaliação dos projetos inscritos, foram pré-selecionados os dez melhores, que passaram por avaliação in loco.

TEXTO: ASCOM SEADPREV-PI
FOTOS: PAULO BARROS

O primeiro lugar ficou com a Polícia Militar do Piauí, pelo Projeto Rede Amiga: conectados pela segurança. “Em 2018, criamos grupos de WhatsApp para interagir com a população de vários bairros de Teresina. Em 2019, melhoramos e colocamos uma Central de Operações com atendimento 24 horas. Hoje, conseguimos mobilizar viaturas para atender a comunidade que nos procura através desse projeto. É o reconhecimento de dois anos de trabalho”, comemorou o tenente-coronel Edson Meneses, comandante do 6º Batalhão da PM.

O segundo lugar ficou com a Maternidade Evangelina Rosa, pelo projeto Permanecer, que desenvolve ações de sensibilização sobre sífilis congênita e incentiva a adesão ao tratamento, minimizando os sofrimentos decorrentes da hospitalização prolongada. E o terceiro lugar foi o projeto Mais em Conta, da Secretaria de Fazenda, uma ferramenta de pesquisa de preços, que ajuda o consumidor piauiense a buscar um mesmo produto em vários estabelecimentos comerciais.

Cada uma das três iniciativas recebeu um computador de mesa. Os prêmios foram destinados aos órgãos onde foram implementadas, de forma a incentivar a continuidade e o melhoramento das ações.

O governador Wellington Dias elogiou a proposta e todos que participaram do prêmio. “Esse é o resultado de pessoas que se dedicam com muito carinho e entusiasmo ao serviço público. São projetos que podem ser replicados em outras áreas. São coisas boas que estão acontecendo. A premiação não deve ter sido fácil porque são excelentes projetos e eu parabeno todos que trabalham para termos bons resultados no setor público”, disse o chefe do executivo estadual.

OS DEZ MELHORES

MEU NOME, MEU ORGULHO (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO)

A Defensoria Pública do Estado, em adesão à campanha proposta pela Associação Nacional de Defensores Públicos voltada para ações de erradicação do sub-registro civil de nascimento e reemissão da documentação civil para vários grupos de pessoas vulneráveis, criou, em 2018, o projeto Meu nome, meu orgulho. O projeto tem como objetivo orientar o público transgênero sobre como fazer a alteração de nome e identidade de gênero, conforme provimento do Conselho Nacional de Justiça, que permite a alteração das certidões sem a comprovação da cirurgia



O primeiro lugar ficou com a Polícia Militar do Piauí, pelo Projeto Rede Amiga: conectados pela segurança.

de mudança de sexo e nem decisão judicial. A Defensoria facilita e agiliza o acesso aos documentos junto aos cartórios. O Meu nome, meu orgulho é voltado para a promoção da cidadania para a população travesti e constituiu importante passo para o respeito e reconhecimento da identidade de inúmeras pessoas.

REDE AMIGA: CONECTADOS PELA SEGURANÇA (POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ)

O projeto Rede Amiga: conectados pela segurança surgiu da iniciativa do tenente-coronel Meneses, que, ao assumir o comando do 6º Batalhão de Polícia Militar (BPM), em 2018, teve a iniciativa de aproximar a PM da comunidade por meio da criação de grupos de WhatsApp, com a participação da população dos bairros da zona sul de Teresina, área operacional do 6º BPM, criando uma linha direta entre a PM e a comunidade para a notificação de ocorrências e solicitação de policiamento. Com isso, o batalhão conseguiu dar respostas mais rápidas à população, descongestionar a rede de rádio do Centro de Operações Policiais Militares e conquistar ainda mais a confiança e credibilidade dos moradores da região. As viaturas do 6º BPM possuem um adesivo com os telefones de contato do batalhão e o slogan “Linha Direta”. Hoje o batalhão atende nove grupos de WhatsApp, todos com moradores da área de atuação do mesmo.



O segundo lugar ficou com a Maternidade Evangelina Rosa, pelo projeto Permanecer, que desenvolve ações de sensibilização sobre sífilis congênita e incentiva a adesão ao tratamento

PROJETO PERMANECER (SECRETARIA DE SAÚDE/MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA)

Criado em 2018 na Maternidade Dona Evangelina Rosa, o Projeto Permanecer tem como objetivo desenvolver ações de sensibilização sobre sífilis congênita e fortalecer atitudes de adesão ao tratamento, minimizando os sofrimentos decorrentes da hospitalização prolongada. A ação promove reflexões sobre a prevenção em gestações posteriores e aponta os riscos do não tratamento, além de oferecer uma espécie de terapia ocupacional para as parturientes (com atividades lúdicas, leitura de poesias, rodas de conversa, acompanhamento das demandas psicológicas provenientes de internação prolongada e dos sentimentos decorrentes do tratamento do bebê). O projeto é conduzido por uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, médicos, além de estagiários de Serviço Social, Psicologia e Medicina. Entre as metas alcançadas estão a redução à resistência das usuárias em permanecer com seus recém-nascidos (que recebem tratamento à base de penicilina), redução do estresse e angústias causadas nas parturientes decorrentes da internação prolongada.

AGÊNCIA VIRTUAL DE ATENDIMENTO (SECRETARIA ESTADUAL DE FAZENDA)

Em 2017, a Secretaria de Fazenda do estado (Sefaz) implementou a Agência Virtual de Atendimento, a e-AGEAT, um ambiente eletrônico pelo qual são disponibilizados vários serviços ao contribuinte (emissão de declarações, certidões, nota fiscal etc.), por meio do autoatendimento virtual, de forma rápida, segura e eficiente – podendo ser acessado remotamente pelo contribuinte, eliminando a necessidade de se deslocar até uma agência física de atendimento. Outra vantagem é a redução de necessidade de pessoal no atendimento. O sistema foi desenvolvido por uma empresa especializada e pela equipe técnica da Sefaz. A ferramenta continua em constante atualização, com a previsão de oferta de novos serviços.

PROJETO MAIS EM CONTA (SECRETARIA ESTADUAL DE FAZENDA)

O programa Mais em Conta é uma ferramenta lançada em 2017 para ajudar os consumidores piauienses a pesquisar o menor preço de um produto em vários estabelecimentos comerciais, situados no local onde esse consumidor está até uma distância de 200 quilômetros. Por meio do sistema, a Sefaz disponibiliza o menor preço pago pelos contribuintes por produto, com base nas notas fiscais eletrônicas emitidas. Quanto mais os consumidores pedem a nota fiscal, mais o sistema terá condições de fazer a atualização de preços e prestar um serviço melhor aos consumidores. A ferramenta pode ser acessada por meio do site da Sefaz e de um aplicativo, disponibilizado para celular Android ou IOS.

MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA TRANSFORMANDO VIDAS (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO)

O projeto Mediação Tecnológica Transformando Vidas, desenvolvido desde 2015 pela Unidade de Educação com Mediação Tecnológica/Canal Educação da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), tem como objetivo levar educação básica (ensino médio regular e profissional) a jovens e adultos que desejam cursar o sistema regular de ensino e que não têm acesso às salas de aula, seja pelo difícil deslocamento, seja pela idade ou por falta de condições financeiras. O programa está presente em todos os 224 municípios do estado, em 403 escolas nas zonas urbana e rural, além de comunidades quilombolas e presídios. As aulas são transmitidas via satélite a partir do estúdio instalado em Teresina e ministradas por professores especializados em cada área do

conhecimento, em conjunto com professores mediadores e assistentes devidamente capacitados para orientar e aprofundar os conteúdos ministrados. O Canal Educação possibilitou a elevação do índice de escolarização no estado, a inclusão social e o prosseguimento nos estudos após a conclusão do ensino médio.

SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE INTERNO (CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO)

O Sistema Integrado de Controle Interno (Sincin), ferramenta criada pela Controladoria Geral do Estado (CGE) em 2017, é um sistema eletrônico voltado para a análise de conformidade das contratações e pagamentos realizados pelos diversos órgãos do estado, de forma que se tenha segurança quanto ao uso de recursos de maneira eficiente e de acordo com a legalidade.

Atualmente o sistema conta com 45 checklists com o passo-a-passo para avaliar se a despesa segue os critérios exigidos em lei, gerando recomendações ao gestor quanto à regularidade e eventuais riscos em suas operações. Um processo que demoraria um dia para ser analisado, com o sistema leva em média 20 minutos. Além de agilizar a análise dos processos, o Sincin aumentou a eficiência e a transparência de contratações e pagamentos do estado. Vantagens: melhora a regularidade dos processos através da identificação de fraudes ou erros na execução; padroniza os procedimentos de análise dos processos; reduz o tempo de análise de um processo; melhora a comunicação entre a CGE e os operadores do controle interno e reduz as ocorrências de falhas na prestação de contas do gestor.

PM MOBILE (POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ)

O PMPI Mobile é um aplicativo que permite aos policiais militares confeccionar Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO) e Boletins de Ocorrência (BO) a partir do sistema operacional móvel, por meio de kits de tecnologia (tablets, suportes e impressora) embarcados na viatura. Através do tablet, o militar faz o atendimento ao cidadão, consulta histórico de pessoas e vistoria veículos em situações suspeitas. O policial atende o cidadão com agilidade e sem necessidade de se deslocar para um distrito policial ou qualquer outro órgão. O PM Mobile está em todos os municípios piauienses e qualquer pessoa tem a possibilidade de acionar guarnições da Polícia Militar para solicitar a confecção de boletins de ocorrência em caso de atendimentos relacionados a crimes de menor potencial ofensivo (aqueles cuja pena máxima não ultrapasse dois anos).

SISTEMA ÁGIL DE TRANSPORTADORAS (SECRETARIA ESTADUAL DE FAZENDA)

O Sistema Ágil de Transportadoras (Sisat) surgiu a partir da necessidade da Sefaz de realizar o processamento de documentos fiscais eletrônicos (cobrança, registro de passagem, validação), em operações interestaduais, seguindo as recomendações do modelo nacional previsto no Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), que visa a substituir a sistemática de emissão do papel pelo documento fiscal eletrônico, sendo validado pela assinatura digital e permitindo o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

O objetivo do Sisat é possibilitar a geração de relatórios das cobranças realizadas nas operações interestaduais de entrada de mercadorias; agilizar o registro em lote de documentos fiscais em trânsito, acelerando o atendimento realizado nos postos fiscais; otimizar os prazos de liberação das mercadorias e implantação da fiscalização seletiva, por meio do conceito de “inspeção de veículos de carga em movimento”.

SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS DAS EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS (JUNTA COMERCIAL)

O projeto discorre sobre a experiência da reestruturação e modernização da Junta Comercial do Piauí (Jucepi). A Junta possui o maior banco de dados empresarial do Piauí, sendo responsável pelo deferimento de mais de 30 mil processos por ano. Para atender a essa demanda, precisou passar por um processo de reorganização da sua estrutura, a fim de agilizar, desburocratizar e desonerar o registro empresarial. O processo envolveu a digitalização do acervo físico, automação dos procedimentos internos, integração eletrônica entre a Junta e demais órgãos vinculados à formalização e licenciamento empresarial e a implementação do portal Piauí Digital, em 2016. O Piauí Digital permitiu que a Jucepi se tornasse 100% digital, abolindo completamente o trâmite de processos físicos e acelerando os tempos de resposta às diversas solicitações. Em quatro anos, a modernização da Junta Comercial proporcionou a capacitação de todos os seus servidores, aumentou o grau de satisfação com seu público externo, obteve um salto de mais de 200% em sua receita mensal e figura como uma das duas melhores juntas comerciais no ranking da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). ●



RIO DE JANEIRO INSTITUI POLÍTICA DE GOVERNANÇA

GOVERNO DO ESTADO PREPARA DECRETO PARA ESTABELECEER UMA POLÍTICA DIRECIONADA À GESTÃO DE RESULTADOS E À INOVAÇÃO. OBJETIVO É MELHORAR OS SERVIÇOS E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

A busca pela eficiência e produtividade da gestão pública se apresenta como um dos maiores desafios da atualidade. Com o objetivo de transformar o estado do Rio de Janeiro em referência, o governo estadual está implantando um novo modelo de administração. A mudança começou pela Secretaria da Casa Civil e Governança, que foi reestruturada e passou a atribuir as funções de governança, inclusive no próprio nome.

Agora, o estado prepara decreto criando uma Superintendência de Governança que vai instituir uma política direcionada a um modelo de gestão de resultados e inovação, para melhoria na prestação de serviços à população e na qualidade de vida das pessoas.

A ação adota mecanismos e objetivos pautados por três pilares: liderança, gestão de risco e controle interno. Os profissionais do estado serão qualificados para a definição de padrões de atuação que levem à efetividade na resolução de problemas, integridade, confiabilidade, transparência, prestação de contas, capacidade de liderança e vínculo com a estratégia.

“Essa política terá um sentido norteador, para que a governança seja implementada como rotina de trabalho nas administrações direta e indireta. Mais do que nunca, o estado pede por ferramentas que acompanhem a gestão, com diretrizes e verificação de metas”, diz a subsecretária-geral da Secretaria da Casa Civil e Governança, Mayra Sousa.

Com as novas diretrizes, o governo pretende elevar a qualidade do gasto público, ampliar os canais de transparência, combater sonegações fiscais e fraudes em contratos públicos, além de promover uma cultura de integridade, aumentando a valorização dos servidores públicos e tornando o estado mais efetivo na prestação de serviços públicos.

“A governança mostra o uso racional dos recursos públicos, com maior responsabilidade social e fiscal, permite a transparência de dados e informações, ao mesmo tempo em que facilita o livre acesso à informação, garantindo maior integridade à gestão. Esses elementos são fundamentais para que seja retomada a confiança nas instituições públicas”, explica Mayra.

COMITÊ

Para garantir a adoção das novas diretrizes, será criado um Comitê Estadual de Governança, Inovação e Sustentabilidade, que vai avaliar periodicamente os resultados alcançados e identificar os ajustes necessários, além de alinhar estratégias em planos, programas e políticas públicas.



“A governança mostra o uso racional dos recursos públicos, com maior responsabilidade social e fiscal, permite a transparência de dados e informações, ao mesmo tempo em que facilita o livre acesso à informação, garantindo maior integridade à gestão”

Mayra Sousa

subsecretária-geral da Secretaria da Casa Civil e Governança – RJ

Com as novas práticas a serem colocadas em exercício, o governo do Rio de Janeiro defende o interesse público na administração estadual por meio de mecanismos e arranjos institucionais que garantam uma gestão pública adequada, imparcial e eficiente e ainda contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, apondo para um futuro sustentável e inclusivo. ●



EQUIPE DA SUPAT ESTÁ CONSTRUINDO BASE CARTOGRÁFICA DOS IMÓVEIS ESTADUAIS.

RN PRIORIZA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PATRIMONIAL

LEVANTAMENTO, CATALOGAÇÃO DE IMÓVEIS E CRIAÇÃO DE FUNDO IMOBILIÁRIO BUSCAM MELHORAR A EFICIÊNCIA DA GESTÃO DOS ATIVOS DO ESTADO, REDUZINDO GASTOS E AUMENTANDO A RENTABILIDADE

Promover a modernização da gestão dos imóveis e terrenos estaduais tem sido uma prioridade para o governo do Rio Grande do Norte, cuja pretensão é dar uma melhor destinação ao seu patrimônio, estimado em cerca de 3.500 unidades. A finalidade é realizar a adequada manutenção dos espaços ociosos ou subutilizados pertencentes ao Executivo potiguar e que possam ser ocupados, além de eximir o governo de despesas com prédios considerados inservíveis para o estado, transformando-os em ativos rentáveis.

A destinação dos imóveis é de competência do Conselho de Gerenciamento de Patrimônio (CGP), responsável pela política de gerenciamento dos bens da administração estadual. “O Conselho tem como intuito deliberar sobre o melhor aproveitamento dos espaços públicos de responsabilidade do Executivo”,

TEXTO: ANDRÉ SALUSTINO E EDNA FERREIRA (ASCOM/SEAD)
FOTO: ANDRÉ SALUSTINO

diz a titular da Secretaria de Estado da Administração (Sead) e presidente do CGP, Virgínia Ferreira.

Para uma gestão patrimonial eficiente, o governo do RN vem trabalhando em etapas. A primeira delas refere-se ao levantamento e avaliação dos imóveis estaduais, atividade realizada por consultoria especializada, com apoio da equipe técnica da Subcoordenação de Patrimônio (Supat) da Sead. Esse trabalho foi iniciado em outubro de 2017 e tem previsão para ser concluído até julho de 2020.

“Com o resultado desse levantamento, o governo fica sabendo o que tem, a localização, a situação e o valor de mercado de seu patrimônio imobiliário, o que vai ajudar a planejar as decisões futuras”, afirma Marcus Vinícius, subcoordenador de Patrimônio da Sead.

GERENCIAMENTO DO PATRIMÔNIO

Os imóveis pertencentes ao Executivo estadual estão sendo catalogados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio, desenvolvido exclusivamente para auxiliar na gestão patrimonial, o que permite o direcionamento adequado dos imóveis, a classificação daqueles que estão em situação regular e o envio à Procuradoria-Geral do Rio Grande do Norte dos que precisam de regularização. Até fevereiro de 2020 já haviam sido catalogados 3.090 imóveis, o equivalente a aproximadamente 90% do patrimônio imobiliário.

Em paralelo ao levantamento, a Supat desenvolve a base cartográfica dos imóveis do estado, que vai mapear, através de georreferenciamento, as informações de todos os imóveis estaduais em uma única ferramenta. “Estamos criando uma ferramenta potente para subsidiar o Conselho na tomada de decisão, com relação ao patrimônio, e aos demais órgãos, quanto à gestão dos bens imóveis próprios”, acrescenta Vinícius.

Entre as propostas de destinação dos imóveis destacam-se o uso exclusivo pela Administração Pública Estadual e o compartilhado com a iniciativa privada, por meio de cessão onerosa. Na modalidade de uso misto, o Rio Grande do Norte poderá dividir parte do uso do imóvel com a iniciativa privada, mediante processo de licitação com outorga onerosa em favor do estado. Já no modelo totalmente privado, também com licitação e outorga onerosa em favor do Executivo, o uso seria exclusivo pela iniciativa privada.

FUNDO IMOBILIÁRIO

Outros temas relevantes, como a criação de um fundo para gestão dos imóveis estaduais, também

SANDRO MENEZES - ASSECOM



CASA DO ESTUDANTE DE NATAL ABRIGARÁ SEDE DA SEMJIDH

estão em discussão pela Sead.

Para estabelecer as normatizações desse fundo imobiliário do estado, a Sead vai criar, até o final de 2020, uma comissão com a participação de representantes de diversas secretarias e do Consórcio Nordeste, visando a um estudo de viabilidade econômica do fundo, identificando quais os valores dos ativos para futuras negociações.

Segundo a secretária da Administração, Virgínia Ferreira, o objetivo principal de todo esse conjunto de medidas é melhorar a eficiência da gestão de patrimônio do estado, reduzindo gastos e aumentando a rentabilidade. Ela reforça que todas as ações serão discutidas e analisadas também em conjunto com outros órgãos do governo.

“Estamos verificando quais órgãos do governo funcionam ou mantêm unidades funcionando em imóveis alugados, para avaliarmos a possibilidade de o imóvel alugado ser substituído por um prédio próprio. Também estamos discutindo a proposta com os órgãos detentores de imóveis para, conjuntamente, analisarmos as possibilidades de otimização de uso e destinação desses bens, primando pelo diálogo, transparência e legalidade”.

Um exemplo é o imóvel que abrigava a Casa do Estudante de Natal. Ele estava sob intervenção e, por decisão judicial, foi incorporado ao patrimônio do estado. Finalizado o processo de incorporação, o CGP deliberou pela cessão do imóvel de 3.100 metros quadrados para a Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que deverá instalar sua sede no local. Além desta, o prédio ainda poderá abrigar outras unidades estaduais. ●



RS APROVA REFORMA ESTRUTURAL MAIS AMPLA DAS ÚLTIMAS DÉCADAS

MUDANÇA ALTERA AS CARREIRAS DOS SERVIDORES DE TODOS OS PODERES. META É CONTER O CRESCIMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL A FIM DE ENFRENTAR A GRAVE CRISE FISCAL

TEXTO E FOTOS: ASCOM/RS



Após meses de estudos e de diálogo com entidades sindicais e parlamentares, o governo do Rio Grande do Sul inicia 2020 com uma alteração profunda nas carreiras dos servidores de todos os poderes. Conjunto de medidas necessárias para enfrentar a grave crise fiscal, o Reforma RS constituiu a mais abrangente mudança estrutural do funcionalismo estadual. Ao conter o crescimento das despesas de pessoal e adequar-se às regras federais em termos de idade mínima para aposentadoria e alíquotas previdenciárias, a economia prevista para os próximos dez anos é de R\$ 18 bilhões.

“Mas, como as mudanças envolvem todos os poderes, os ganhos serão maiores e exponenciais para as próximas décadas. É um grande legado que estamos deixando”, destaca a secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplog), Leany Lemos. Ela alerta, no entanto, para a necessidade de os próximos governos manterem este compromisso com a austeridade fiscal. “A reforma não termina com a aprovação destas mudanças. Ela está começando agora e exigirá um controle permanente da sociedade, para que tenhamos servidores valorizados e serviços públicos de qualidade”, acrescenta Leany.

A Reforma RS integra uma série de ações que o governo gaúcho está adotando para enfrentar a crise fiscal e colocar as contas em dia. Privatizações, concessões e Parcerias Público-Privadas, simplificação de leis e processos, modernização da estrutura

de arrecadação tributária para aumentar as receitas e revisão dos benefícios fiscais estão na agenda do governador Eduardo Leite, que incluiu também a necessidade de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

O estado fechou 2019 comprometendo R\$ 31,2 bilhões com salários e demais encargos sobre a folha, com crescimento nominal de 6,7% sobre 2018. Cerca de 60% deste valor são destinados a inativos e pensionistas, situação que se reflete também num déficit previdenciário da ordem de R\$ 12,5 bilhões.

Já a receita efetiva ficou em R\$ 44,5 bilhões (descontadas as transferências aos municípios e as verbas intra-orçamentárias). Na última década, as despesas com pessoal tiveram crescimento nominal de 187%, o dobro da inflação oficial para o mesmo período, apesar de não ter havido qualquer reajuste para algumas categorias.

A Reforma RS integra uma série de ações que o governo gaúcho está adotando para enfrentar a crise fiscal e colocar as contas em dia.



PROPOSTAS

A reforma contempla oito propostas, entre elas a Emenda Constitucional nº 78/2020, que alterou regras sobre as gratificações e adicionais por tempo de serviço, incorporação de função gratificada, idade e tempo de serviço para civis e militares.

Já a proposta que atualizou as regras previdenciárias dos servidores foi aprovada pela Assembleia Legislativa ainda no ano passado. Outras seis medidas, que fizeram parte de uma convocação extraordinária dos parlamentares, ao final de janeiro, foram sancionadas no dia 17 de fevereiro.

OS PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA:

1. PEC: REGRAS PREVIDENCIÁRIAS E CARREIRAS DOS SERVIDORES

- **Previdência:** adequação às novas normas na reforma da Previdência nacional (EC 103/2019). Com isso, as idades mínimas de aposentadoria dos servidores estaduais passam a ser de 62 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens, obedecendo a exceções que se enquadram nas regras transitórias ou que sejam contempladas com critérios diferenciados (como militares e professores).
- **Contenção de gastos com pessoal:** reduz o crescimento vegetativo de gastos com o funcionalismo com a extinção de avanços temporais, os adicionais e as gratificações por tempo de serviço, assim como as promoções automáticas e a incorporação

das funções para a aposentadoria, mantendo inalterado o direito adquirido sobre valores incorporados.

- **Benefícios para quem ganha menos:** restringe o abono família a servidores que recebem até R\$ 3 mil, ampliando o benefício de R\$ 44,41 por filho (ou R\$ 133,23, quando dependente inválido ou especial) para R\$ 120 por filho (ou R\$ 195, no caso de dependentes especiais). Para quem recebe acima de R\$ 3 mil, fica aplicado um desconto de 13,5%.

2 – ESTATUTO DOS SERVIDORES CIVIS

Introduz novas regras específicas, tais como:

- **Férias em três períodos:** permite dividir as férias em até três períodos (hoje são permitidos dois períodos).
- **Teletrabalho:** cria a modalidade, desde que asseguradas metas de produtividade.
- **Vale-refeição:** isenta os servidores do desconto de 6% para o benefício daqueles que têm remuneração de até R\$ 2.250.
- **Horas extras (banco de horas):** permitirá ao servidor optar por receber o valor proporcional da hora extra ou compensar por dias de folga.
- **Perícia médica:** desburocratiza os processos nesta área; por exemplo, dispensa a gestante de se submeter à inspeção médica para entrar em licença.
- **Gratificação de permanência:** reduz para 10% sobre o vencimento básico as atuais gratificações pagas como forma de incentivo a servidores aptos a se aposentar para que permaneçam na ativa.
- **Incorporação da Função Gratificada:** extingue a possibilidade de nova incorporação das Funções de Confiança, sem atingir as já existentes.

A economia prevista para os próximos dez anos é de R\$ 18 bilhões



O estado fechou 2019 comprometendo R\$ 31,2 bilhões com salários e demais encargos sobre a folha, com crescimento nominal de 6,7% sobre 2018



3 – ESTATUTO DOS MILITARES

Parte das mudanças dos servidores civis, como o desconto do vale-refeição, a possibilidade de divisão das férias em três períodos, a concessão do abono família para os menores salários e as novas regras para o trabalho extraordinário, também se aplica aos militares. Seguindo o que aplica às demais categorias, as alterações no Estatuto da Brigada Militar impedem a nova incorporação de funções de confiança, mantidos os valores já incorporados. Alterações específicas incluem subsídio aos militares, com a correspondente extinção do Abono de Incentivo à Permanência no Serviço Ativo (Aipsa) e estabelecimento do Abono Permanência.

4 – ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

Houve a criação de um novo plano de carreira do Magistério, cujo estatuto estava em vigor desde o ano de 1974 e sem alterações mais significativas até então. Trata-se da maior categoria do serviço público, com 160 mil vínculos. Deste universo, 100 mil vínculos são de professores aposentados ou pensionistas. Dos vínculos ativos, 20 mil correspondem a contratos emergenciais.

Com as mudanças, o salário dos professores da rede estadual será pago na modalidade de subsídio (o que assegura o pleno cumprimento da Lei do Piso), maior incentivo para a especialização na carreira e ganhos reais. Dessa forma, um professor em início de carreira com doutorado receberá R\$ 3.752,09 sem necessidade de completo, aumento de 47%. No último nível, o subsídio será de R\$ 5.049.

A reforma cria condições para uma política de incentivos à qualificação dos professores ao agrupar em cinco níveis de progressão. Propõe novo modelo de estrutura de níveis de habilitação, conforme a formação (nível médio, licenciatura curta, graduação, especialização, mestrado e doutorado). Também propõe-se a revogação de todos os dispositivos que tratam de novas vantagens temporais.

5 – PREVIDÊNCIA DOS CIVIS

Estabelece desconto escalonado entre 7,5% a 22% (antes o ativo recolhia 14% sobre todo o salário), o que representa ganhos na base do funcionalismo. Altera idades mínimas para aposentadorias: 62 anos, se mulher; e 65 anos, se homem, assim como nas regras do tempo de serviço, tempo de contribuição, regras para cálculos e reajuste de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, regras de acumulação de pensões. Estão contempladas regras de transição e garantiu-se a observância do direito adquirido.

6 – POLÍCIA CIVIL E SUSEPE

A proposta se alinha com a EC 103, de 2019 (idades mínimas e de tempo de contribuição), e incluiu demais regras de aposentadoria especial, bem como trata das regras de aposentadoria no tocante à integralidade e à paridade dos policiais civis e dos agentes penitenciários que ingressaram no serviço público antes de 2015.

7 – INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS (IGP)

Estabelece modalidade de pagamento por subsídio, alinhando sistemática com as demais áreas da Segurança Pública. ●

RONDÔNIA INVESTE NA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ESCOLA DE GOVERNO, SUBORDINADA À SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, EMITIU MAIS DE NOVE MIL CERTIFICADOS NO ANO PASSADO

TEXTO: ANAYR CELINA
FOTOS: LEANDRO MORAIS E NILSON SANTOS



O trabalho de capacitar servidores públicos tem sido desenvolvido com sucesso pela Escola de Governo, subordinada à Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas (Segep). A escola realizou mais de 422 atividades voltadas para cursos de capacitação, oficinas, palestras, eventos, entre outros, com a emissão de 9.307 certificados no ano passado.

Segundo a diretora da escola, Débora Cristina, a expectativa era alcançar sete mil certificados, mas o resultado foi ainda melhor. “Nós ficamos muito felizes em saber que o nosso trabalho superou as metas estipuladas. E neste ano vamos ter muitas novidades em diversas áreas, de forma que o próprio servidor vai colaborar para o desenvolvimento dos demais colegas servidores”, destacou a diretora.

Entre as novidades está a Instrutoria Voluntária Interna, que busca valorizar o servidor público e mostrar a grande mão de obra capacitada que o governo do estado possui.

Segundo Ramiro Vieira, palestrante e servidor, a instrutoria é desenvolvida pelos próprios servidores. “Em janeiro deste ano nós abrimos as inscrições para que servidores estaduais, tanto efetivos quanto comissionados, pudessem voluntariamente palestrar ou ensinar algo em que eles possuem competência. Esperávamos umas 30 inscrições ou menos, e o



Em 2019 a Escola de Governo realizou mais de 400 atividades de capacitação para os servidores

resultado surpreendeu. Recebemos mais de 100 inscritos, com várias titulações. Temos doutores, mestrandos, especialistas e demais voluntários prontos para ensinar o que sabem” ressalta o servidor.

Os cursos, palestras e oficinas são ministrados durante a manhã e a tarde, no Edifício Rio Jamary. “Nós estamos valorizando o que o Estado tem de melhor. Essa é a visão do governo de Rondônia e da Segep: valorizar as pessoas. Trabalhar nos servidores a liderança, o conhecimento, de forma que o serviço público se torne melhor a cada dia”, concluiu o servidor Ramiro Vieira.

A escola atua em parceria com outros órgãos, oferecendo cursos voltados para diversas áreas, como saúde, segurança, educação, gestão pública, recepção ao público, entre outras. A Escola de Governo possui um auditório com capacidade para 100 pessoas, além de um laboratório de informática com capacidade para 40 servidores.

Desde a implantação, em 2016, a Escola de Governo já capacitou mais de 11 mil servidores. A Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas (DEDP) é responsável pela Escola de Governo de Rondônia.



ALÉM DOS CURSOS, A ESCOLA DE GOVERNO REALIZA VÁRIOS EVENTOS



NO SISTEMA PRISIONAL, INTERNOS DISPUTAM VAGAS PARA PARTICIPAR DO PROGRAMA

PROJETO RENASCER GARANTE DIGNIDADE AOS REEDUCANDOS

INICIATIVA AJUDA NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS E REDUZ UM DIA DE CÁRCERE PARA CADA TRÊS DIAS TRABALHADOS

TEXTO E FOTOS: ASCOM/SEGAD

Entra governo, sai governo e os problemas no sistema prisional brasileiro não são enfrentados apropriadamente. Como consequência, presídios se transformam em verdadeiros barris de pólvora. Rebeliões e fugas tornam-se frequentes e são tomadas medidas paliativas que simplesmente adiam a explosão desses barris.

Em Roraima, o governador Antonio Denarium tem se preocupado com unidades prisionais e procura dar dignidade a quem paga dívidas por crimes cometidos. Reforma de presídios existentes e construção de novas unidades são prioridade na agenda do governo. Por outro lado, iniciativa tomada pelas secretarias de Administração e de Justiça e Cidadania dá início a uma nova maneira de tratar os reeducandos.

O projeto Renascer, regulado por convênio firmado entre as duas Pastas, busca humanizar o trato dado aos apenados, proporcionando-lhes dignidade e oferecendo-lhes melhores condições no cumprimento das penas.

A semente do projeto foi lançada na garagem do governo do estado, onde 34 presidiários se dedicam a remendar pneus e câmaras de ar, lavar, reparar e dar manutenção a veículos. Além dos serviços na oficina



PEDRO CERINO: "MUITOS TÊM UMA PROFISSÃO E O ESTADO QUER QUE SE SINTAM ÚTEIS À SOCIEDADE E ESSE É UM CAMINHO"

de autos e no posto de lavagem, ensaiam os primeiros passos numa serralheria e também já se planeja a instalação de uma marcenaria no local.

André Ferreira, secretário de Justiça e Cidadania, festeja os resultados obtidos nesse período de sete meses, desde a implantação do projeto: "Ocupar a cabeça de quem cumpre pena é bastante salutar. O Renascer tem repercutido tão bem entre nossos prisioneiros que a lista de interessados é imensa. Saliante-se que, para cada três dias trabalhados, o participante do projeto tem um dia da pena reduzido", observa.

RESULTADOS

O secretário de Administração, Pedro Cerino, também se diz satisfeito com os resultados obtidos até o momento e fala em expansão de tarefas, como limpeza de terrenos, reparos e pequenos serviços em imóveis do estado. "Interessante é que, atendendo particulares, o reeducando recebe 50% do valor do serviço, quantia que ajuda no orçamento familiar".

Makley Santos, coordenador do projeto, diz que, "com o Renascer, o governo economiza pelo menos 40% do que gastaria com os serviços oferecidos. Particulares que utilizarem os serviços, além de fazer economia, estão contribuindo com uma causa social", aponta.

Para o coordenador-geral de Transportes e Abastecimento (CGTA), Max Batista, os serviços têm apresentado um bom retorno para o estado. Os reeducandos prestam serviços de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30, com intervalo de uma hora e meia para o almoço.



ANDRÉ FERREIRA: "OCUPAR A CABEÇA DE QUEM CUMPRE PENAS É BASTANTE SALUTAR"



DURANTE A INAUGURAÇÃO DO NIDUS, O GOVERNADOR CARLOS MOISÉS E OS SECRETÁRIOS DE GOVERNO ASSINARAM LÂMPADAS, NUMA ALUSÃO ÀS PRIMEIRAS IDEIAS QUE PASSARAM A INTEGRAR O PROGRAMA DE INOVAÇÃO CATARINENSE

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO PIONEIRO NO PAÍS AJUDA SC A APERFEIÇOAR GESTÃO

**NIDUS FOI CONCEBIDO PARA
ALAVANCAR SOLUÇÃO DE
DESAFIOS EM TODAS AS ÁREAS
DO EXECUTIVO COM O USO DA
TECNOLOGIA E ESTRATÉGIAS
INOVADORAS PARA FACILITAR O
ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

Nidus, ninho em latim, é o nome do primeiro laboratório de inovação em governo do país concebido dentro de um ambiente de *startups* e grandes *corporates*. Com atuação voltada para a busca de soluções inovadoras para problemas e desafios dos diversos segmentos da Administração Pública, o laboratório funciona dentro da sede da Associação Catarinense de Tecnologia (Acate), em Florianópolis, eleita a melhor hub de inovação do Brasil no último Startup Awards. Além disso, somente em 2019, a Acate agregou mais de 300 novas empresas, atingindo o mercado de inovação com mais de mil associados.

Durante a inauguração do Nidus, em dezembro, o governador do estado, Carlos Moisés, e os secretários de governo assinaram lâmpadas, numa alusão às primeiras ideias que passaram a integrar o programa de

TEXTO: ASCOM/SC
FOTOS: MAURICIO VIEIRA-SECOM/SC

inovação catarinense.

“O laboratório foi concebido para alavancar a solução de desafios em todas as áreas do Executivo com uso da tecnologia ou simplesmente estratégias inovadoras, além de facilitar o acesso das pessoas aos serviços prestados pelo estado, com mais agilidade e menos burocracia”, explica o secretário da Administração, Jorge Eduardo Tasca.

COMO FUNCIONA O NIDUS

Utilizando a metodologia do LinkLab da Acate, a cada semestre são selecionados novos desafios, mediante necessidades já mapeadas pelos órgãos estaduais, os quais iniciam a incubação de soluções dentro do Nidus. Os problemas são dispostos às *startups* e as melhores propostas de solução são apresentadas e analisadas para, posteriormente, serem incorporadas pelas instituições do governo.

“A principal novidade do Nidus é sua inserção no ecossistema de inovação catarinense. Estamos seguindo os mesmos passos de grandes empresas que já perceberam a oportunidade de se associarem às *startups* para construção de soluções inovadoras para seus problemas. O governo do estado de Santa Catarina é agora uma das grandes *corporates* que integram o LinkLab da Acate”, disse o secretário Tasca.

Coordenado pela diretoria de Tecnologia e Inovação da Secretaria da Administração, o Nidus foi concebido para atender as demandas mais urgentes do governo. “É mesmo uma espécie de ninho de inovações. Os desafios são traçados e as estratégias são desenhadas e postas em prática antes da instituição alçar voo sozinha para atender a população com as novas metodologias”, disse o diretor Félix Fernando da Silva. A Polícia Militar foi a primeira instituição a fazer parte do programa, visando a melhorar ainda mais os serviços de segurança pública oferecidos aos catarinenses.

MARCO LEGAL INÉDITO

Entretanto, a inserção do Nidus dentro do ambiente do Linklab não garante a contratação das soluções apresentadas. A nova metodologia trouxe um desafio a mais para a gestão das compras públicas do estado: em um contexto de mercado cada vez mais dinâmico, como especificar produtos e serviços para solucionar os problemas da Administração Pública?

“Nas licitações, o produto ou serviço a ser adquirido é conhecido pela administração, na aquisição de soluções inovadoras não conhecemos qual produto ou serviço contratar para equacionar aquele problema. Por isso invertemos a lógica. Agora, nós apresentamos para o mercado os problemas e as empresas competem



“Por fim, o Nidus trouxe um esforço coletivo e simbiótico de todo o governo, num trabalho integrado com a iniciativa privada, em que todos têm o objetivo único de facilitar a vida das pessoas”

Jorge Eduardo Tasca
secretário da Administração

entre si para nos apresentarem as melhores soluções”, disse a diretora de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria da Administração, Karen Bayestorff.

Para garantir a legalidade, a isonomia e a transparência necessárias às aquisições públicas, a Gerência de Governança e Inovação em Compras Públicas da secretaria conduziu os estudos que resultaram na elaboração de um marco legal inédito para aquisição de soluções inovadoras. “A elaboração do marco legal foi fundamentada em experiências nacionais e internacionais para garantir segurança e agilidade ao gestor na aquisição de inovação”, explica a gerente Carla Giani da Rocha.

O modelo foi apresentado para os órgãos de controle, como Ministério Público e Tribunal de Contas, e para *startups* e outros representantes do ecossistema de inovação. “Desde o início procuramos ouvir todos os *stakeholders*, apresentando a proposta em seminários, eventos e reuniões, a fim de que o modelo pudesse atender a todos”, afirma Carla Giani da Rocha. O documento final está em fase de minuta para publicação. ●



SISTEMA PADRONIZA E SIMPLIFICA A ABERTURA DE CONCURSOS PÚBLICOS

FERRAMENTA LANÇADA PELA SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DE SÃO PAULO É ANCORADA NOS PILARES DA AGILIDADE, DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA

TEXTO E FOTO: ASCOM/SP

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do estado de São Paulo lançou recentemente uma ferramenta que contribuirá para agilizar procedimentos administrativos de concursos públicos e demais temas ligados diretamente ao provimento de cargos públicos com abrangência na administração direta e indireta.

Conhecida como Sistema de Fluxo de Autorização de Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado (Sisaut), a ferramenta visa a facilitar e padronizar a tramitação dos procedimentos de abertura de concursos públicos, permitindo que haja maior controle e transparência de fluxo por parte da Administração Pública em relação aos processos para as áreas requisitantes e o próprio cidadão.

A proposta de criação da ferramenta surgiu a partir da demanda de digitalização desses processos por meio das subsecretarias de Gestão e Planejamento e de Orçamento e Finanças, que viram a necessidade de propor uma solução digital que substituísse gradativamente a produção e a tramitação dos procedimentos relativos aos concursos públicos.

De acordo com a subsecretária de Gestão da Secretaria da Fazenda e Planejamento, Kelly Lopes Lemes, o sistema vai padronizar os procedimentos relativos aos concursos públicos. “Com o Sisaut, a secretaria colocará todo o processo de contratação dentro do sistema para tramitação e, com isso, todas as áreas envolvidas e o próprio cidadão terão informação do fluxo do processo, bem como as próximas etapas que se seguirão”, disse. Kelly explicou que, por se tratar de uma ferramenta interna, a transparência ao cidadão se dará no âmbito da solicitação das informações ao órgão ao qual foi prestada a prova, de modo que ele será o responsável por esclarecer o status do processo.

Segundo a subsecretária, antes desse processo de informatização, as áreas técnicas da secretaria careciam de um banco de dados estruturado para geração de relatórios gerenciais, o que dificultava a eficiência nas ações, de modo que o órgão requisitante do processo não tinha acesso às informações. “O que antes era feito manualmente (em papel), sem padrão definido nem controle gerencial, passa a ser feito por meio dessa ferramenta”, concluiu.

O Sisaut foi implantado em dezembro de 2019, após a edição das normas Resolução Conjunta SG/SFP nº 2/2019 e Instrução Conjunta SPOF/SG nº 1/2019. Foram mobilizados técnicos das duas subsecretarias, além de analistas da Prodesp, técnicos da Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado



“Com o Sisaut, a secretaria colocará todo o processo de contratação dentro do sistema para tramitação e, com isso, todas as áreas envolvidas e o próprio cidadão terão informação do fluxo do processo, bem como as próximas etapas que se seguirão”

Kelly Lopes

subsecretária de Gestão da Secretaria da Fazenda e Planejamento

(CRHE) e do Departamento de Entidades Descentralizadas (DED), para elaboração e treinamento da ferramenta.

Além de agilizar os procedimentos administrativos, a expectativa é de que o sistema auxilie a quantificação das despesas com a consequente possibilidade de redução de gasto público, proporcionando maior eficiência na execução de políticas públicas, programas e ações do governo. ●



SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO SÃO
CAPACITADOS PARA VIRTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS

SERGIPE AVANÇA NA MODERNIZAÇÃO DA MÁQUINA PÚBLICA

PROJETO GOVERNO DIRETO INVESTE NO DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO DOS PROCESSOS DISPONIBILIZADOS
PELO GOVERNO PARA DIMINUIR A BUROCRACIA E OS
GASTOS NA GESTÃO DE PROCESSOS DO ESTADO

TEXTO E FOTO: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SEAD

O Governo de Sergipe, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), está implantando o Governo Direto com o objetivo de modernizar e avançar na transformação tecnológica do estado. O projeto consiste em transformar a gestão do estado em 100% digital, reduzindo gastos e desburocratizando a Administração Pública.

A medida faz parte da estratégia do governador Belivaldo Chagas de reduzir gastos com a tramitação de processos. O governo está investindo no mapeamento e virtualização dos processos administrativos e desenvolvendo mais duas ferramentas visando a facilitar a vida do servidor público e do cidadão: Governo Direto Mobile Servidor e o Governo Direto Mobile Cidadão, além da formulação do Portal Governo Direto.

Com a criação do aplicativo Mobile Servidor, voltado para o funcionário público, será possível acessar contracheques, fichas financeiras, dados cadastrais, entre outras opções de forma prática e ágil. O Governo Direto Mobile Cidadão tem a finalidade de ofertar ao cidadão agendamento e acompanhamento de seu atendimento, facilitando o acesso às informações.

Já no Portal Governo Direto, canal único via web, o cidadão encontrará toda gama de serviços públicos ofertados pelo estado e terá acesso aos serviços que já ocorrem de forma digital. Os aplicativos estão sendo desenvolvidos pela Superintendência de Modernização e Gestão (Sumog/Sead) e pela Empresa Sergipana de Tecnologia e Inovação (Emgetis).

FERRAMENTAS

A Sead e a Emgetis estão colocando à disposição dos órgãos da Administração Pública diversas ferramentas e soluções para que promovam a transformação dos serviços públicos, buscando a simplificação e a oferta de serviços por meio de canais digitais. Workshops estão sendo realizados com o objetivo de capacitar servidores para garantir maior celeridade e efetividade na tramitação eletrônica.

Em Sergipe, os processos de abono de permanência, licença-prêmio e cessão de servidor já estão tramitando de forma digital. Segundo o secretário da Sead, George da Trindade Góis, legalmente, os processos virtualizados já possuem validade e é através desse trabalho que o governo de Sergipe avança na modernização do serviço público. “Atualmente, é comum um documento precisar ser impresso e assinado fisicamente. Com o sistema implantado, tudo vai ser feito digitalmente, sem papel, ganhando



“Os processos virtualizados já possuem validade e é através desse trabalho que o governo de Sergipe avança na modernização do serviço público”

George da Trindade Góis
secretário da Sead

tempo e economizando recursos do estado”, observa.

Para George, o foco é que, até o término da gestão do governador Belivaldo Chagas, toda a Administração Pública Direta e Indireta tramite os seus processos de forma digital, assim como as iniciativas do estado em atendimento ao público.

BASE LEGAL

Para acelerar toda a transição para o governo eletrônico, gerando mais economia aos cofres públicos e mais celeridade nos processos, foi publicado, no Diário Oficial de Sergipe, o decreto governamental 40.394, de 1º de julho de 2019, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual. O estado, através da Sead e da Secretaria de Estado Geral do Governo (SEGG), publicou a portaria 05/2020 regulamentando a tramitação dos processos de forma digital, através do e-Doc, que é uma ferramenta de gerenciamento eletrônico de documentos (GED). ●



FISIOTERAPEUTAS DO MPE REALIZAM DIAGNÓSTICO POSTURAL EM SERVIDORES DA SECAD

JUNTA MÉDICA INVESTE NA QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR PÚBLICO

SECAD TOCANTINS VAI MAPEAR HÁBITOS DOS QUE TRABALHAM NO GOVERNO DO ESTADO PARA DESENVOLVER AÇÕES PREVENTIVAS EM SAÚDE E COM ISSO MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DELES

TEXTO: ASCOM SECAD/GOVERNO DO TOCANTINS
FOTOS: ANGÉLICA LIMA/GOVERNO DO TOCANTINS

Mais do que simplesmente conceder licenças, a Junta Médica Oficial do Tocantins tem investido em ações de prevenção. A iniciativa faz parte dos esforços desenvolvidos pela Secretaria da Administração do estado com foco no fomento à saúde e qualidade de vida dos servidores.

Para o secretário da Administração, Edson Cabral, a atuação da Junta não pode ser limitada a apenas conceder licenças médicas. “É preciso ir além de só ver o problema médico e conceder ou não a licença. Precisamos perceber que ações podem ser tomadas pelo estado para prevenir que esses servidores adoecem”, disse.

Cabral destaca que a Administração do estado precisa desenvolver ações que incrementem a saúde e a produtividade do servidor público. Para ele, esse

olhar diferenciado começa com a capacitação dos profissionais da Junta para um atendimento mais humanizado, com um olhar mais abrangente sobre o paciente/servidor.

Como exemplo, a diretora da Junta Médica, Márica Varão, cita as licenças relativas à saúde mental dos servidores. Dados da Junta Médica do Tocantins apontaram que, em 2019, foram mais de duas mil licenças concedidas por razões psiquiátricas. A observação desse quadro levou os profissionais da Junta a iniciarem um mapeamento de quais são os problemas mais comuns e as áreas mais atingidas, como é o caso de depressão entre os professores da rede estadual, por exemplo.

“A partir daí, a Secad solicitou que nossa equipe entrasse em contato com as secretarias da Educação e Saúde para desenvolver um plano de ação conjunta e multidisciplinar, em nível estadual, para elaborar projetos específicos para a realidade de cada Pasta”, explicou a diretora.

“Precisamos compreender as necessidades de cada público. Na educação, por exemplo, a realidade do professor que está em sala de aula é muito única, e talvez as ações necessárias não sejam apenas de saúde, mas envolvam o ambiente de trabalho, os recursos utilizados para execução dos serviços, entre outros. O que demanda um olhar abrangente e multifatorial para que esse profissional obtenha um melhor rendimento na execução de suas tarefas”, complementou.

Em reunião realizada no início deste mês, o grupo formado por profissionais da Junta e da Superintendência de Atendimento e Benefícios ao Cidadão apresentou ao secretário a minuta de um mapeamento dos hábitos de vida do servidor público estadual. A pesquisa está sendo construída por uma equipe multidisciplinar da Secad e deve ser aplicada, inicialmente, entre os servidores da Pasta ainda neste trimestre. “Por meio de um questionário, queremos conhecer hábitos, doenças pré-existentes e o comportamento dos servidores, para traçar estratégias específicas para cada grupo”, pontuou a superintendente de Benefícios e Atendimento ao Cidadão, Carol Bueto.

Para o médico e perito na Junta Médica oficial do estado, Rafael Julião, por dedicarmos a maior parte do dia a um mesmo lugar, um ambiente de trabalho equilibrado se torna essencial. Segundo ele, o tipo de trabalho, o ambiente organizacional, as habilidades e competências dos servidores devem ser observados com mais atenção, pois tendem a ser fatores de risco, principalmente quando geram uma pressão

DAIANNE FERNANDES



SECRETÁRIO SE REÚNE COM PROFISSIONAIS DA JUNTA MÉDICA E DA SUBEN PARA DESENVOLVER DIAGNÓSTICO DA SAÚDE DO SERVIDOR

por resultados. “Às vezes as pessoas idealizam esses resultados que, quando não atingidos, geram uma frustração e, se não conseguir lidar com ela, o profissional tende a gerar alguns transtornos mais sérios” afirma.

PARCERIAS

A Junta também desenvolve um trabalho preventivo, por meio de parcerias com outros órgãos. “Um exemplo disso é a parceria que fechamos com o setor de saúde do Ministério Público Estadual (MPE), a qual vai possibilitar o desenvolvimento de um diagnóstico para correção e prevenção de doenças no ambiente de trabalho”, exemplificou a diretora.

Seguindo o foco em proporcionar qualidade de vida aos servidores, a Junta Médica, com a utilização do seu leque de profissionais, também vem desenvolvendo uma série de palestras voltadas para a conscientização e prevenção de doenças, com conscientizações sobre saúde bucal e problemas de ATM e articulação que serão ministradas pelas dentistas da Junta, por exemplo.

PROFISSIONAIS

Atualmente a Junta é formada por especialistas em Psiquiatria; Otorrinolaringologia; Ortopedia; Cardiologia; Oftalmologia; Ginecologia/Obstetrícia; Medicina do Trabalho; Neurologia; Cirurgia Geral; Clínica Geral e Odontologia, garantindo uma visão completa e multidisciplinar dos problemas de cada servidor atendido. ●



DEPOIS DO ELETRÔNICO, A INTELIGÊNCIA

A automatização da licitação atinge a maioria neste ano, quando a Lei do Pregão eletrônico completa 18 anos. Quando se avalia o resultado, ele é positivo. O Brasil avançou bastante com a

legislação, foi pioneiro e em entre 2007 e 2008 um novo paradigma se consolidava. Hoje, aproximadamente 70% das compras do País são feitas por meio de sistemas eletrônicos nas suas diferentes modalidades. Coroando esse cenário, um decreto federal



do ano passado estabeleceu que órgãos e entidades estaduais, distritais e os municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes deverão usar a modalidade pregão na forma eletrônica. Quem não fizer não será somente antiquado, mas fora da legalidade.

Apesar disso, o modelo de compras públicas brasileiro ainda está longe de ser um sucesso. A automatização agiliza a face externa da licitação e tem potencial para aumentar a base de competição, porém mal arranha a política integral do sistema de compras. Não chega a 5% do processo inteiro, com efeitos bastante limitados nos grandes objetivos, que são a redução de custos, não só de preços, e a prevenção e o combate à corrupção.

Para se avançar agora é preciso olhar todos os outros aspectos, considerando o processo como um todo. A real inovação do sistema de compras públicas reside justamente nas duas esferas que o eletrônico não atinge: dimensionamento da demanda e gestão de contrato.

Por exemplo, a forma da execução orçamentária. Não há como baixar o preço se não há credibilidade nos prazos e datas de pagamento. O fornecedor não se apresenta, temendo o calote e fugindo de licitações incertas, que não se realizam porque o preço é inexequível diante do que se pede. Tudo isso encarece o sistema e desperdiça recursos públicos.

Mais ainda, hoje inovar é dimensionar a demanda, onde residem decisões muito mais fundamentais e cruciais que a automatização da licitação. O que se compra, a quantidade que se compra, se é mesmo preciso comprar ou é melhor eliminar da lista do catálogo porque há alternativas muito melhores.

Atualmente, não há um foco estruturado nessa esfera de decisões, somente uma ação que se ampara unicamente no instinto e no talento individual de gestores. Falta metodologia e uma governança que oriente a compra, apoiando o gestor e reduzindo o risco de erro. A começar por decisões mais simples, como se é mesmo preciso adquirir a frota de pick-ups 4x4 ou se seria melhor outro carro. Ou ainda um modelo de gestão de frotas híbrido, usando um aplicativo para parte do transporte. Também não adianta procurar o menor preço de cartucho de impressora ou de impressora, quando se considera que esse modelo de negócio foi superado no mercado. Hoje faz muito mais sentido terceirizar a impressão. Ou, ainda, eliminar processos obsoletos que sequer devem existir no Século 21.

Por vezes, o preço baixo também ilude o comprador, como as baratíssimas lâmpadas incandescentes. Com ciclo de vida menor, o custo de manutenção

é maior. Por outro lado, lâmpadas mais modernas duram mais e sua iluminação reduz a criminalidade, uma economia não contabilizada nos custos totais.

Por isso, o ponto crítico da governança da compra pública é repensar toda a política. Não apenas como processo de aquisição e sim um processo de abastecimento do Estado, o que por vezes pode implicar não só a centralização do processo de compra como até a centralização do conhecimento sobre a compra. É repensar catálogos, rever hábitos, rediscutir paradigmas.

Esse processo de inovação precisa ser baseado em um *benchmarking* global do sistema. Hoje, há diversos diagnósticos de maturidade das compras públicas, mas eles são muito focados na maturidade digital do processo externo da compra. Não há, por exemplo, um estudo que mostre comparativamente modelos de governança de compras públicas, seja no Brasil ou mesmo na América Latina.

“O ponto crítico da governança da compra pública é repensar toda a política. Não apenas como processo de aquisição e sim um processo de abastecimento do Estado”

Um estudo como este precisa contrapor tendências globais com a realidade regional. Por exemplo, a tendência já bem estabelecida na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) de centralizar das compras públicas. É preciso entender urgentemente como se manifesta esse aspecto no Brasil. Há aqui modelos muito heterogêneos: em alguns casos são agências independentes que fazem as compras públicas, em outros casos dependem da Secretaria da Fazenda, em outros casos dependem de outros tipos de secretarias. Este é o caminho para revolucionar e avançar as compras públicas. Depois do eletrônico, a inteligência. ●

Florencia Ferrer é pós-doutora em governo digital e especialista em inovação e compras no setor público
Rogério Godinho é biógrafo e jornalista especializado no setor público

INDICAÇÕES – LIVROS PARA APRENDER

GESTÃO PÚBLICA INOVADORA

Se você quer transformar a realidade do setor público, se você quer deixar um país melhor para as gerações futuras, se você quer exercer sua cidadania contribuindo para a solução de problemas no governo, se você quer se engajar e se comprometer em ofertar serviços públicos e políticas públicas de qualidade, este livro é para você.

Antonio Isidro, professor da Universidade de Brasília e especialista em pessoas e inovação, acredita que as organizações públicas devem ser ecossistemas de inovação aberta e colaborativa para que as empresas privadas, as organizações de terceiro setor, os representantes da sociedade e os cidadãos interajam continuamente com servidores e gestores públicos na busca por soluções viáveis para problemas complexos.

Antonio Isidro vai motivar você a ser um (a) inovador (a), um (a) agente de mudança capaz de contribuir para a inovação no setor público municipal, estadual e federal. Para ele, a gestão pública inovadora se faz com pessoas comprometidas, qualificadas e motivadas, atuando de forma proativa e fundamentada em melhores práticas, ferramentas e conhecimentos científicos aplicados.

Desfrute da inovação como o novo paradigma de gestão pública e de governança colaborativa no século XXI.

A excelência na administração pública gera impacto positivo na vida das pessoas, ofertando serviços de qualidade e políticas públicas inclusivas. Para isso, inovar pressupõe que as políticas públicas, os processos organizacionais e os serviços públicos serão continuamente melhores, gerando mais valor e mais confiança no Estado. Sem inovação, o setor público frustrará a todos. Com o intuito de fortalecer as



capacidades organizacionais e institucionais do poder público, *Gestão Pública Inovadora* oferece meios para que você possa nutrir a inovação em todas as suas formas de expressão no setor público. ●

ESTE LIVRO DESTINA-SE A:

- Servidores e gestores públicos;
- Pesquisadores, consultores e profissionais de inovação;
- Professores e estudantes de cursos de graduação e pós-graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, Administração e demais áreas de conhecimento correlatas ao setor público.



A gente vive
para transformar

ESTUDOS DESENVOLVIMENTO

Indústria é transformação.

A Firjan e suas instituições apoiam as indústrias do Rio a se desenvolverem e a transformarem o estado. A gente trabalha junto às esferas públicas federais, estaduais e municipais, realiza eventos onde apresenta tendências e soluções para os mais diferentes setores e estimula a inovação, a qualificação profissional, a saúde e a segurança do trabalhador. Tudo para melhorar o ambiente de negócios e fazer com que as empresas do estado do Rio aumentem a sua produtividade e competitividade.

firjan.com.br

Firjan
 SENAI
SESI
IEL
CIRJ



NOTIFICAÇÃO

há 1 min

@Boleto está te seguindo.

Deslize para abrir

As contas de início de ano
não saem da sua cola?

Crédito BRB

Taxas a partir de

0,89%
a.m.

Simule e contrate pelo app.

Consulte condições nos canais de atendimento.

 @brb_bancodebrasil

 @BRB.BancodeBrasilia

 @BRB_oficial

 brb.com.br

Novo BRB.

REINVENTE-SE


BANCO DE BRASÍLIA